



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

PROJETO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

(Reestruturação do projeto elaborado em 2010 e atualizado em 2016)

VITÓRIA - ES

SETEMBRO DE 2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Adriana Pionttkovsky Barcellos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciano de Oliveira Toledo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Renato Tannure Rotta de Almeida

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS VITÓRIA

DIRETOR-GERAL

Hudson Luiz Côgo

DIRETOR DE ENSINO

Márcio Almeida Có

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Roseni da Costa Silva Pratti

DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Marcia Regina Pereira Lima



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

Prof. Dr. Lucas dos Passos e Silva – Coordenador

Ms. Camila Belizário Ribeiro – Técnica em Assuntos Educacionais

Prof. Dr. Antônio Carlos Gomes

Prof. Dra. Fernanda Borges Ferreira de Araújo

Prof. Ms. Geilson Silva Costa

Prof. Dra. Leticia Queiroz de Carvalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO CURSO	9
1.1 Áreas de atuação	11
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	12
2.1 Denominação	12
2.2 Área de conhecimento.....	12
2.3 Grau: Licenciatura	12
2.4 Modalidade: presencial.....	12
2.5 Diplomas e certificados	12
2.6 Turno de oferta: noturno.....	12
2.8 Tipo de oferta: por crédito	12
2.9 Número de vagas oferecidas.....	12
2.10 Periodicidade da oferta.....	12
2.11 Carga Horária Total.....	12
2.12 Formas de acesso.....	12
2.13 Local de oferta.....	12
2.14 Coordenador.	12
2.14.1 Acesso ao Currículo Lattes	12
2.14.2 Formação.....	13
2.14.3 Experiência Profissional.....	13
2.14.4 Coordenação de Projetos de Pesquisa	14
2.14.5 Outras atividades	14
2.14.6 Publicações	14
2.14.7 Participação em Bancas	18
2.14.8 Orientação	18
2.15 Prazo de Integralização curricular em anos.....	19



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

2.16 Histórico de criação e reformulações do PPC.....	19
3 JUSTIFICATIVA.....	19
4 OBJETIVOS.....	24
4.1 Objetivo Geral	24
4.2 Objetivos Específicos	24
5 PERFIL DO EGRESSO	26
6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	29
6.1 Concepção	29
6.2 Metodologias.....	33
6.2.1 Papel dos docentes	37
6.2.2 Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais.....	40
6.3 ESTRUTURA CURRICULAR	42
6.3.1 Matriz Curricular.....	43
6.3.2 Fluxograma.....	47
6.3.3 Composição curricular	48
6.3.4 Regime Escolar / Prazo de Integralização Curricular	48
6.3.5 Atividades formativas.....	48
6.3.6 A prática pedagógica como integrante de componentes curriculares.....	49
6.3.7 Disciplinas optativas	51
6.4 Estágio Curricular Supervisionado.....	52
6.4.1 Objetivos do Estágio	53
6.4.2 Organização do Estágio Supervisionado	54
6.4.3 Estágio Obrigatório	55
6.4.4 Estágio Não Obrigatório.....	59
6.5 Atividades teórico-práticas de aprofundamento (ATPAs).....	59
6.6 Trabalho de Conclusão de Curso	62



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6.6.1 Projeto	63
6.6.2 Apresentação e Divulgação do TCC	64
6.7 Iniciação Científica: pesquisa	65
6.8 Extensão	66
7 AVALIAÇÃO	71
7.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	71
7.2 Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem.....	71
7.3 Avaliação do Curso	77
7.4 Plano de Avaliação Institucional	78
7.5 Objetivos da Avaliação	79
7.6 Mecanismos de Integração da Avaliação	79
7.7 Diretrizes Metodológicas e Operacionais.....	79
8 ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	81
8.1 Acesso de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.....	83
8.2 Ações afirmativas e atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi)	84
9 GESTÃO DO CURSO.....	816
9.1 Colegiado de Curso.....	86
9.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	93
10 CORPO DOCENTE	94
11 INFRAESTRUTURA	97
11.1 Biblioteca.....	97
11.2 Espaço Físico Destinado ao Curso.....	98
11.2.1. Salas de aula	98
11.2.2. Sala de prática de Ensino	98
11.2.3 Laboratório de Línguas	98
11.3 Áreas de Apoio.....	99



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXO I - Planos de Ensino	107
Unidade Curricular: BASES SOCIOLOGICAS DA EDUCAÇÃO.....	107
Unidade Curricular: BASES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO	109
Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	111
Unidade Curricular: TEORIA DA LITERATURA I: NARRATIVA	113
Unidade Curricular: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS.....	115
Unidade Curricular: METODOLOGIA DA PESQUISA	117
Unidade Curricular: TEORIA DA LITERATURA II: POESIA E DRAMA	119
Unidade Curricular: ESTUDOS CLÁSSICOS	121
Unidade Curricular: FONÉTICA E FONOLOGIA	123
Unidade Curricular: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	125
Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AO LATIM	127
Unidade Curricular: LINGUÍSTICA TEXTUAL	129
Unidade Curricular: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.....	131
Unidade Curricular: MORFOLOGIA I	133
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA I	135
Unidade Curricular: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO.....	137
Unidade Curricular: MORFOLOGIA II.....	139
Unidade Curricular: SOCIOLINGUÍSTICA.....	141
Unidade Curricular: DIDÁTICA GERAL.....	143
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA II	146
Unidade Curricular: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	148
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA III	151
Unidade Curricular: SINTAXE I	153
Unidade Curricular: TECNOLOGIAS INTEGRADAS AO ENSINO.....	155



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Unidade Curricular: LÍNGUA ESTRANGEIRA I: INGLÊS	157
Unidade Curricular: DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO	159
Unidade Curricular: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	161
Unidade Curricular: SINTAXE II	163
Unidade Curricular: SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	165
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA IV	167
Unidade Curricular: LÍNGUA ESTRANGEIRA II - INGLÊS	169
Unidade Curricular: INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA.....	171
Unidade Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	173
Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (PROJETO).....	175
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA V	177
Unidade Curricular: ANÁLISE DO DISCURSO.....	179
Unidade Curricular: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	181
Unidade Curricular: LÍNGUA ESTRANGEIRA III - INGLÊS	183
Unidade Curricular: TRABALHO E EDUCAÇÃO	185
Unidade Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	187
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA VI	189
Unidade Curricular: LITERATURA INFANTOJUVENIL	191
Unidade Curricular: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA	193
Unidade Curricular: GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR.....	195
Unidade Curricular: EDUCAÇÃO ESPECIAL	197
Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II.....	200
Unidade Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	202
ANEXO II – Projetos de extensão ofertados na Licenciatura em Letras EAD.	205
ANEXO III – Atividades Teórico-Práticas De Aprofundamento – ATPAs.....	229



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

1 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Apresentamos neste documento o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras- Português do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que é um curso de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo - art. 44, II, Lei nº 9.394/1996.

A Lei nº 9.131, de 1995, que criou o Conselho Nacional de Educação, dispôs sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação quando tratou das competências desse órgão na letra "c" do parágrafo 2º de seu art. 9º. - Parecer CNE/CES nº 776/1997.

O projeto do curso de Licenciatura em Letras-Português é norteado pela Resolução do Conselho Superior nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. O mesmo documento também estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Tratando-se este da atualização do referido projeto, tivemos como documento-base a Resolução do Conselho Superior nº 1, de 11 de março de 2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes. Outros documentos utilizados como base foram: LDB 9394/96; Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; Decreto Federal nº 5.626 de 23 de dezembro de 2005, sobre a inclusão de Libras no currículo obrigatório dos cursos superiores; Decreto Federal n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino; Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, que define diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; a Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 que trata das diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; a Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que pontua diretrizes Nacionais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

para a Educação Ambiental; a Resolução do Conselho Superior nº 28, de 27 de junho de 2014, o Plano de Desenvolvimento Institucional do Sistema Ifes (PDI) e o Regulamento da Organização Didática para os Cursos Superiores (ROD).

No Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras-Português está definida a identidade do curso, a fim de favorecer maior uniformidade nas ações pelo caráter coletivo de sua elaboração, visando ao alcance dos objetivos propostos, que são: estruturar a identidade do curso, ser referencial para a realização do trabalho em equipe e ser elemento que consolida o curso.

O projeto do Curso de Licenciatura em Letras-Português foi elaborado por uma comissão de docentes da área de Códigos e Linguagens, utilizando diversos olhares que se complementaram para fazer, dentro das possibilidades, o que fosse mais significativo e prático. Ele está fundado na visão dialética, em que sujeito e objeto atuam influenciando-se mutuamente. Dessas características, tanto pode advir a riqueza quanto as falhas próprias de um processo de construção coletiva.

A palavra *projeto* faz referência à ideia de projetar, lançar para; ação intencional e sistemática, na qual estejam presentes a utopia concreta/confiança, a ruptura/continuidade e o instituinte/instituído. Segundo Gadotti (apud VEIGA, 2001, p. 18),

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Assim, o Projeto Pedagógico do curso estará sempre em reflexão e discussão, em busca de posturas viáveis à execução de sua principal meta, o processo ensino-aprendizagem, que será desenvolvido de maneira dinâmica e contextualizada, de modo que o aluno tenha uma participação ativa. Portanto, este trabalho poderá ser aperfeiçoado com as modificações e adaptações sempre que se fizerem necessárias.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

1.1 Áreas de atuação

Um profissional licenciado em Letras-Português tem um vasto campo de atuação, como: empresas jornalísticas, editoras, organizações privadas e, também, como autônomo. Entretanto, o foco da atuação do egresso da Licenciatura em Letras-Português do Ifes é a docência pública ou privada, nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional.

Ainda em relação ao campo da docência, o mercado de trabalho acena para os profissionais egressos com as oportunidades em diversos projetos decorrentes das políticas de incentivo à leitura e programas de alfabetização (embora a mobilização desses recursos esteja sujeita à articulação política de instituições governamentais e não governamentais, e até mesmo à articulação da própria categoria, no sentido de estabelecer estratégias de abordagem para a disseminação do hábito da leitura e diminuição dos índices de analfabetismo). Além disso, o profissional de Letras pode se aproveitar da expansão do ensino, cuja demanda regular exige frequentemente a contratação de profissionais gabaritados para o trabalho em disciplinas de produção de texto e de compreensão dos fenômenos da linguagem e da comunicação.

Portanto, ao profissional egresso do curso de licenciatura em Letras descortinam-se cinco áreas de atuação distintas: a) a docência em sistemas de ensino fundamental e médio, público ou privado; b) a docência em instituições de ensino superior (sobretudo com formação em cursos de pós-graduação); c) a participação em projetos de média e longa duração voltados para a promoção do hábito da leitura e da erradicação do analfabetismo; d) a atividade de consultoria e revisão da produção de textos; e) a docência em ambientes exteriores ao universo da educação regular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Denominação: Licenciatura em Letras-Português

2.2 Área de conhecimento: Linguística, Letras e Artes

2.3 Grau: Licenciatura

2.4 Modalidade: presencial

2.5 Diplomas e certificados: licenciado em Letras-Português

2.6 Turno de oferta: noturno

2.7 Periodicidade: semestral

2.8 Tipo de oferta: por crédito

2.9 Número de vagas oferecidas: 40 vagas

2.10 Periodicidade da oferta: anual

2.11 Carga Horária Total: 3015

2.12 Formas de acesso: O acesso ao curso será feito por meio do Sistema de Seleção Unificado – SISU. As vagas serão assim distribuídas: 50% das vagas serão destinadas a ações afirmativas e 50% para ampla concorrência. Os critérios de seleção serão definidos de acordo com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012a), ao Decreto nº 7.824 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012b) e à Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012c). Eventuais vagas remanescentes de períodos subsequentes ao primeiro serão preenchidas por edital de transferência e novo curso.

2.13 Local de oferta: Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* Vitória. Av. Vitória, 1729 - Jucutuquara, Vitória - ES, 29040-780.

2.14 Coordenador: Professor Doutor Lucas dos Passos e Silva / Professor EBTT (nível D304) do quadro permanente do Ifes *Campus* Vitória.

2.14.1 Acesso ao Currículo Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7618847422448650>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

2.14.2 Formação:

Doutorado em Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

Ano de Obtenção: 2016.

Grande Área: Linguística, Letras e Artes / Área: Letras.

Mestrado em Letras

Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

Ano de Obtenção: 2012.

Grande Área: Linguística, Letras e Artes / Área: Letras.

Especialização *Lato sensu* em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa

Período: 2014-2015.

Universidade Estácio de Sá, UES, Brasil.

Graduação em Licenciatura em Letras- Português.

Período: 2007-2010.

Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes, Brasil.

2.14.3 Experiência Profissional

Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes - Brasil.

Período: de 2012 até a presente data

- Ministrou no Ensino Médio as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.
- Ministrou no Mestrado Profissional em Letras a disciplina de Literatura Infantojuvenil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- Ministrou e/ou ministra Teoria da Literatura I, Teoria do Drama, Leitura e Produção de Textos, Introdução ao Latim, Estudos Clássicos, Literatura em Língua Portuguesa I, III, IV e V e Pesquisas de Linguagem Aplicadas ao Ensino na Licenciatura em Letras- Português.

2.14.4 Coordenação de Projetos de Pesquisa:

- 2012-2015: Poesia e política na ditadura militar brasileira: militância estética e tortura ideológica;
- 2017-2018: Poesia e sociedade: experiências do verso brasileiro pós-1970;
- 2018-atual: Formas do ritmo na poesia brasileira do século XXI

2.14.5 Outras atividades:

- Exerceu a função de Coordenador de Tutoria na Licenciatura em Letras EaD (Ifes – *campus* Vitória) de maio de 2018 a julho de 2019.

2.14.6 Publicações:

- Livro:
 - PASSOS, L. dos. **Menos teu nome** (poemas). Vitória: Cousa, 2016. v. 1. 106p. ISBN: 9788563746641.
- Artigos em Periódicos:
 - PASSOS, L. dos. Humor, engenho e arte: um 'Pato ao tucupi' de Marcelo Sandmann. **Percursos Linguísticos** (UFES), v. 7, p. 121-131, 2017.
 - PASSOS, L. dos. Celeumas póstumas: leituras de Leminski no século XXI. **Kalíope** (PUCSP), v. 12, p. 03-23, 2017.
 - PASSOS, L. dos. Grafia no tempo: o verso, a história e a música de 'Verdura', de Paulo Leminski. **Contexto**, v. 31, p. 218-243, 2017.
 - PASSOS, L. dos. Elementos de retórica e oralidade em duas odes horacianas. **CODEX: Revista Discente de Estudos Clássicos**, v. 4, p. 18-29, 2016.
 - PASSOS, L. dos. O verde-verdura e a dúvida interna: história e chiste em Paulo Leminski. **Palimpsesto** (Rio de Janeiro. Online), v. 18, p. 66-79, 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- PASSOS, L. dos. Limiar e história na poesia de Paulo Leminski (uma leitura benjaminiana). **e-lyra**, v. 2, p. 127-146, 2013.
- PASSOS, L. dos. A realidade do trauma: configurações ficcionais no romance *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós. **Literatura e Autoritarismo** (UFESM), v. 9, p. 31-50, 2012.
- PASSOS, L. dos. Do percalço ao espasmo: lendo a poesia de Paulo Leminski e a crítica. **REEL. Revista Eletrônica de Estudos Literários**, v. 8, p. 1-16, 2012.
- PASSOS, L. dos; SALGUEIRO, W. C. F. Política, amor e coprologia: aspectos humorísticos da poesia de Paulo Leminski. **Texto Poético**, v. 11, p. 17-29, 2011.
- PASSOS, L. dos. A dívida indecisa: lembranças de uma esperança duvidosa em Paulo Leminski. **Mafuá**, v. 12, p. 08, 2009.
- PASSOS, L. dos. A censura da arte, a cesura da história: a ditadura militar na Feira Brasileira de Opinião. **Revista Saberes Letras**, v. 7, p. 140-154, 2009.
- Capítulos de livros:
 - PASSOS, L. dos. Humor, oralidade e ensino: o caso da poesia marginal. In: Maria Amélia Dalvi; Arlene Batista da Silva; Renata Junqueira de Souza; Ana Karen Costa Batista. (Org.). **Literatura e educação: história, formação e experiência**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018, v. 1, p. 245-255.
 - SILVA, L. P.; PAULA, M. O. de. Tempos superpostos: um exame de Corpo de delito, de Saulo Ribeiro. In: Orlando Lopes Albertino; Paulo Roberto Sodrê; Wilberth Salgueiro. (Org.). **Bravos companheiros e fantasmas 6: estudos críticos sobre o autor capixaba**. Vitória: Edufes, 2017, v. 1, p. 185-194.
 - PASSOS, L. dos. Poesia e limiar em Benjamin e Agamben. In: Junia Cláudia Santana de Mattos Mattos Zaidan; Luis Eustáquio Soares; Sérgio da Fonseca Amaral. (Org.). **Marxismo e modernismo em época de literatura pós-autônoma**. Vitória: PPGL, 2015, v. 1, p. 597-607.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- PASSOS, L. dos. Sangue esferográfico: A tabela periódica de Sérgio Blank. In: Maria Amélia Dalvi; Orlando Lopes; Reinaldo Santos Neves. (Org.). **Bravos companheiros e fantasmas V**: estudos crítico sobre o autor capixaba. Vitória: Edufes, 2014, v. 1, p. 179-187.
- PASSOS, L. dos. Perguntas e anseios em torno da poesia: alguns ensaios de Paulo Leminski.. In: LEITE, Leni Ribeiro; CASER, Maria Mirtis; SODRÉ, Paulo Roberto; COSER, Stelamaris. (Org.). **Leitor, leitora**: literatura, recepção, gênero.. Vitória: Edufes/PPGL, 2011, p. 115-121.
- PASSOS, L. dos. Feira Brasileira de Opinião: o teatro sob as cortinas da ditadura. In: Edufes. (Org.). **Prêmio UFES de teoria e crítica literária**. Vitória: Edufes, 2011, p. 215-249.
- PASSOS, L. dos. Gestos e nomes: Domingos Cani, de Reinaldo Santos Neves, e Eulálio D'Assumpção, de Chico Buarque. In: AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de; NEVES, Reinaldo Santos; SALGUEIRO, Wilberth. (Org.). **Bravos companheiros e fantasmas 4**: estudos críticos sobre o autor capixaba. Vitória: Edufes, 2011, p. 150-154.
- PASSOS, L. dos. O humor nas cantigas obscenas galego-portuguesas. In: Alexandre Moraes; Maria Amélia Dalvi; Rafaela Scardino. (Org.). **A crítica literária**: percursos, métodos, exercícios. Vitória: PPGL, 2009, p. 274-283.
- PASSOS, L. dos. A poesia de Paulo Leminski nos anos de chumbo: os tiros e os risos do poeta. In: Lino Machado; Paulo Roberto Sodré; Wilberth Salgueiro. (Org.). **Pessoa, persona, personagem**. Vitória: PPGL, 2009, p. 423-432.
- SILVA, L. P. Luto por mim mesmo: insinuações de um ambíguo Paulo Leminski. In: Sergio da Fonseca Amaral; Jorge Luiz do Nascimento. (Org.). **Pensamentos, críticas, ficções**. Vitória: PPGL/MEL, 2008, p. 567-573.
- SILVA, L. P. Miguel, Reinaldo, Bith e o(s) soneto(s). In: Lino Machado; Paulo Roberto Sodré; Reinaldo Santos Neves. (Org.). **Bravos companheiros e**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

fantasmas 3: estudos críticos sobre o autor capixaba. Vitória: PPGL/MEL, 2008, p. 282-292.

- Trabalhos completos em anais de congressos:
 - PASSOS, L. dos. Formas de fruto e corpo em Ritos de passagem, de Paula Tavares. In: II Congresso Internacional, VII Seminário Internacional Acolhendo as Línguas Africanas: IV Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Direitos Humanos e Políticas Públicas, 2018, Vitória. **Anais do Congresso Africanidades e Brasilidades**. Vitória: DLL/Ufes, 2018. v. 1. p. 1-10.
 - PASSOS, L. dos. O corpo do poema de Ana Cristina Cesar. In: XV Congresso Internacional da Abralic - Textualidades contemporâneas, 2017, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da ABRALIC**. Rio de Janeiro: Abralic, 2017. v. 1. p. 5676-5686.
 - PASSOS, L. dos. No ritmo do silêncio: ideia do poema em Paulo Leminski. In: XVII Congresso de estudos literários - entre literatura e música: leituras, afinidades, tensões, 2016, Vitória. **Anais do XVII Congresso de estudos literários - entre literatura e música: leituras, afinidades, tensões**. Vitória: PPGL, 2016. v. 1. p. 205-216.
 - PASSOS, L. dos. Silêncio, barbárie e enigma: testemunhos da poesia brasileira contemporânea. In: VII Seminário Internacional de Literatura Brasileira: Literatura, vazio e danação, 2013, Montes Claros. **Anais do VII Seminário Internacional de Literatura Brasileira: Literatura, vazio e danação**. Montes Claros: Unimontes, 2013. v. 1. p. 1-12.
 - PASSOS, L. dos. Classes e formas: reflexos dos anos 1970 num nuvô romã leminskiano. In: XIII Congresso Internacional da Abralic, 2013, Campina Grande. **Anais dos XIII Congresso Internacional da ABRALIC: Internacionalização do Regional**, 2013. v. 1. p. 1-6.
 - PASSOS, L. dos. A dívida interna: história e chiste na poesia-limiar de Paulo Leminski. In: XIV Congresso de Estudos Literários: todos os poemas o poema, 2013, Vitória. **Todos os poemas o poema - anais**. Vitória: PPGL, 2012. v. 1. p. 187-194.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- PASSOS, L. dos. História, trauma e autoficção: Em câmara lenta, de Renato Tapajós. In: XIII Congresso de Estudos Literários: que autor sou eu?, 2012, Vitória. **Que autor sou eu? Deslocamentos, experiências, fronteiras**. Vitória: PPGL, 2012. v. 1. p. 290-301.
- PASSOS, L. dos. Ame-o e deixe-o: flashes da ditadura na poesia de Paulo Leminski. In: III Congresso Internacional Territórios, Poderes, Identidades, 2011, Vitória. **Anais eletrônicos do III Congresso Internacional Ufes/Université Paris-Est/Universidade do Minho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)**. Vitória: GM Editora, 2011. p. 1-13.
- PASSOS, L. dos. Na pele, na palma, na pétala: a poesia de Paulo Leminski e alguma crítica. In: II Encontro Nacional do GT: Cartografias da poesia moderna e contemporânea, 2011, Goiás. **ANAIS do II Encontro Nacional do GT: Cartografias da poesia moderna e contemporânea**, 2011. v. 1. p. 277-285.

2.14.7 Participação em Bancas

- 01 de Tese de Doutorado em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro – 2018
- 01 de Tese de Doutorado em Letras na Universidade Federal do Espírito Santo – 2019
- 01 de Dissertação de Mestrado Profissional em Letras no Instituto Federal do Espírito Santo – 2019
- 01 de Exame de Qualificação do Mestrado Profissional em Letras no Instituto Federal do Espírito Santo – 2018
- 04 de Monografia de Graduação em Licenciatura em Letras-Português no Instituto Federal do Espírito Santo – 2016 a 2019

2.14.8 Orientação

- 05 Monografias de graduação
- 12 Projetos de Iniciação Científica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

2.15 Prazo de Integralização curricular em anos: mínimo: 4 anos (8 períodos);
 máximo: 8 anos (16 períodos).

2.16 Histórico de criação e reformulações do PPC:

Criação	2011
Reformulação	2013
Reformulação	2016
Reformulação	2019

3 JUSTIFICATIVA

Vivemos em uma sociedade complexa na qual é difícil fazer um dimensionamento das mudanças e da velocidade em que elas ocorrem, complexidade percebida claramente quando pensamos na globalização e em todas as mudanças que afetam as realidades locais.

Esse contexto é constituído por aspectos da economia, da política, do social, do psicológico e por demais pontos que permeiam as realizações humanas (MORIN, 2003). Nesse emaranhado está nosso desafio educacional de formação profissional e, principalmente, do profissional de ensino, que lida com a informação e com a formação de pessoas.

Pensando especificamente na formação de professores, de acordo com as finalidades trazidas pela Lei nº 9.394/06 no Art. 35, além do aprofundamento dos conhecimentos adquiridos para o prosseguimento de estudos e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos da relação entre a teoria e a prática de cada disciplina temos, com a mesma importância, as finalidades referentes ao desenvolvimento cultural, pessoal, ao aprender contínuo, à postura ética e à flexibilidade nas relações e no viver com a diversidade. Para tal, é necessário pensar na formação do professor, oferecendo-lhe uma base sólida em conhecimentos e habilidades, relacionados ao domínio do conteúdo específico da sua área e à preparação pedagógica, como um saber necessário à docência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

[...] a pedagogia é totalmente inseparável dos outros componentes da atividade docente, ou seja, dos objetivos do trabalho, de seu objeto, assim como dos saberes e das técnicas particulares que caracterizam o ensino, que não pode ser concebido separadamente do processo de aprendizagem. (TARDIF, 2002, p. 148)

A peculiaridade dessa necessidade provoca, entre outras coisas, o fraco desempenho dos cursos superiores na formação do número de professores necessários ao aumento do número de matrículas de alunos dadas as políticas de acesso e permanência.

Particularmente no caso dos professores de Língua e Literatura, observa-se a ocupação de vagas – inicialmente destinadas a licenciados – por profissionais de outras áreas, ou sem a devida formação. O quadro 1 ilustra a quantidade de docentes de português com outra formação nas escolas municipais, estaduais e particulares nos níveis fundamental, médio e profissionalizante.

Visando a minimizar o problema relativo à formação do professor para a escola básica, há alguns anos o MEC tem incentivado a criação de cursos de licenciatura nas Instituições Federais de Ensino, num pressuposto de que esta questão deve ser colocada como prioridade na agenda da educação nacional, ampliando as oportunidades para que os jovens egressos do ensino médio e professores ainda não licenciados possam se encaminhar para os cursos de formação de professores.

Divulgado em maio de 2007, o relatório do CNE produzido por uma Comissão Especial instituída para estudar medidas para a melhoria do ensino médio, aponta um déficit de mais de **240 mil professores** para este nível de ensino, conforme mostra o quadro 1.

QUADRO 1: Demanda hipotética de professores no Ensino Médio, com e sem incluir o 2º ciclo do Ensino Fundamental, por disciplina, e número de licenciados entre 1990 e 2001.

Disciplina	Ensino Médio	Ensino Médio + 2º Ciclo do E. F.	Nº de Licenciados entre 1990-2001
Língua Portuguesa	47.027	142.179	52.829
Matemática	35.270	106.634	55.334
Biologia	23.514	55.231	53.294
Física	23.514	55.231	7.216
Química	23.514	55.231	13.559



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Língua Estrangeira	11.757	59.333	38.410
Educação Física	11.757	59.333	76.666
Educação Artística	11.757	35.545	31.464
História	23.514	71.089	74.666
Geografia	23.514	71.089	53.509
TOTAL	235.135	710.893	456.947

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em: set. 2019.

Verificou-se, também, que há uma grande evasão nos cursos de licenciatura (ver quadro 2), em decorrência inclusive de a maioria dos cursos não focar questões específicas, atuais, relacionadas à formação do professor para a escola básica. Os dados do relatório, feito em parceria entre o MEC e o Fórum de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD), e sintetizados na tabela a seguir, mostram o percentual de evasão nos cursos de licenciaturas no Brasil, em 1997.

QUADRO 2: Evasão nos cursos de Licenciatura, 1997.

CURSO	PERCENTUAL DE EVASÃO
Licenciatura em Matemática	56%
Licenciatura em Química	75%
Licenciatura em Física	65%
Licenciatura em Biologia	42%
Licenciatura em História	44%
Licenciatura em Geografia	47%
Licenciatura em Letras	50%
Licenciatura em Educação Artística	52%

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em: set. 2019.

Como resultado desse cenário, apenas 56% dos professores de Língua Portuguesa da escola básica possuem formação específica (ver quadro 3), ou seja, foram formados e estão aptos para o exercício do magistério.

QUADRO 3: Percentual nacional de docentes com formação específica, por disciplina

DISCIPLINA	DOCENTES COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA
Língua Portuguesa	56%
Matemática	27%
Biologia	57%



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Física	9%
Química	13%
Língua Estrangeira	29%
Educação Física	50%
Educação Artística	20%
História	31%
Geografia	26%

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em: set. 2019.

Visando a minimizar o problema relativo à formação do professor para a escola básica, há alguns anos o MEC tem incentivado a criação de cursos de licenciatura nas Instituições Federais de Ensino, num pressuposto de que esta questão deve ser colocada como prioridade na agenda da educação nacional, ampliando as oportunidades para que os jovens egressos do ensino médio e professores ainda não licenciados possam se encaminhar para os cursos de formação de professores.

A partir desses e de outros dados levantados pelo relatório do CNE, algumas propostas são sugeridas para que tentemos hoje amenizar, e amanhã resolver os problemas dos baixos resultados obtidos nas avaliações realizadas pelo próprio Ministério da Educação (dados do Saeb, Enem, Enade, disponíveis em: www.inep.gov.br).

Como prioridade está a criação de cursos de Licenciatura em Letras-Português, a partir da instituição da Política Nacional de Formação de Professores que visa à colaboração entre os entes federativos e os níveis de ensino, objetivando a contribuição mútua para essa qualificação urgente.

Em relação a esses pressupostos e com a Lei 5.224 de 01 de outubro de 1994 (Lei que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica) que em seu artigo 4º, inciso VII, institui que os Centros Federais de Educação Tecnológica têm por objetivo, dentre outros, “ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica”, o Ifes, busca contribuir com oferta e qualidade na formação de professores.

Atualmente, o Estado do Espírito Santo conta com 03 (três) cursos de licenciatura pública em Letras-Português, oferecidas pela Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, no campus Vitória, e pelo Instituto Federal do Espírito Santo, nos *campi* Vitória e Venda Nova do Imigrante. Nessa perspectiva, a Licenciatura em Letras-Português no Ifes *campus Vitória* visa a preencher uma lacuna na oferta desse curso para a Grande



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Vitória e o Estado, o que se comprova pelo grande número de inscritos para o curso, que oferece anualmente 40 vagas (quadro 4).

Licenciatura em Letras–Português Ifes
Ingresso Anual desde a implantação – Relatórios SISU
(conforme relatórios disponíveis no site do Sisu Gestão)

Ano	Nº de inscritos					Número de matrículas
	1ª chamada	2ª chamada	3ª chamada	Lista de espera	TOTAL	
2011	2287	2233	2215	500	7.235	40
2012	3938	3877	-----	-----	7.815	40
2013	3622	3563	-----	-----	7.185	40
2014	4686	4628	-----	747	10.061	40
2015	4722	1824	-----	-----	6.546	40
2016	4528	-----	-----	-----	4528	40
2017	723	-----	-----	-----	723	40
2018	688	-----	-----	-----	688	40
2019	611	-----	-----	-----	611	40

Disponível em: <<http://sisugestao.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2019.

Assim, considerando o potencial técnico e pedagógico dos profissionais que atuam no Ifes e a existência, na instituição, de uma infraestrutura física e organizacional favorável, conclui-se que há condições suficientes para gerir o curso de Licenciatura em Letras-Português e atender à demanda de docentes para atuar na segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio na área de linguagens.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em Letras-Português do Ifes reconhece como sua função precípua: formar profissionais capazes de atuar em diversos campos relacionados à docência da língua portuguesa e suas literaturas, a partir de uma sólida orientação humanística, teórica e estética.

4.2 Objetivos Específicos

O objetivo geral se complementa pela adição de outros itens, decorrentes das finalidades de Educação Superior, preconizadas no art. 43 da LDB, a saber:

- Apresentar referenciais teóricos e técnicos que tornem os alunos capazes de assimilar as regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas que determinam o emprego dos sons, formas e relações sintáticas necessários à produção dos significados;
- Reconhecer a língua como fato social e estabelecer suas relações com a cultura dos povos;
- Refletir sobre o papel do Licenciado em Letras como sujeito moral, as implicações éticas de sua profissão e sua relação com os valores democráticos, pluralistas e humanitários da sociedade brasileira;
- Incentivar o desenvolvimento do gosto e do respeito pela língua e pela literatura, o espírito empreendedor, criativo e autônomo, bem como o desejo de aprender ao longo de toda a vida;
- Dar acesso à memória e à tradição da cultura relacionada com as linguagens;
- Propiciar a formação de espírito crítico, a partir dos discursos científicos e das áreas de humanidades afins à linguagem;
- Formar o hábito do debate de temas ligados à área de Letras e de Humanidades no âmbito da academia e no da prática pedagógica em que o licenciado atuará;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- Planejar conteúdos didáticos relativos às capacidades discursiva, textual e frasal;
- Empreender habilidades de relacionamento e condução de atividades educativas, individualmente e em grupo;
- Desenvolver a capacidade de análise técnica dos fenômenos linguísticos e da literatura, tanto para fins de pesquisa e planejamento didático quanto para aprimorar especificamente os campos de conhecimento que assumem a linguagem como seu objeto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

5 PERFIL DO EGRESSO

O Ifes deve proporcionar uma sólida formação acadêmica com conhecimentos, habilidades e valores adquiridos inseridos em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação, objetivando à construção de uma sociedade justa e democrática.

Considerando os princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica detalhados na da Resolução do Conselho Superior nº 2, de 1º de julho de 2015 (p. 4-5) e as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Língua e suas literaturas, espera-se do licenciado em Letras-Português o seguinte perfil:

- Formação humanística, teórica e prática;
- Comprometimento com o papel de educador, com disposição para atualizar constantemente seus conhecimentos, habilidades e atitudes, acompanhando os avanços científicos e tecnológicos;
- Criatividade e versatilidade para lidar com situações diferentes, dialogando com a comunidade, buscando inserir a prática educativa no contexto social, em ações voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável;
- Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística e literária;
- Atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Domínio dos diferentes usos da língua e suas gramáticas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- Domínio ativo e crítico de um repertório representativo de literaturas em língua portuguesa;
- Capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Assimilação crítica de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Habilidade para gerir o processo ensino-aprendizagem, estruturar e sistematizar informações e envolver os discentes no processo de construção do conhecimento;
- Capacidade de dar significado e relevância aos conhecimentos e à vivência da realidade social no exercício da docência, preparando novos estudantes para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- Habilidade para a criação de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua área de atuação e seletivos quanto à qualidade do material disponível;
- Capacidade de ser crítico de seus próprios conhecimentos científicos e educacionais, e de refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com os contextos culturais, socioeconômicos e políticos;
- Competência para lecionar de acordo com as exigências da educação inclusiva, através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional que deve lidar com o ensino de línguas, o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso das línguas e literaturas não é suficiente. O processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de língua e literatura.

O formando deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada à compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no aluno uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata mais de acumular informações, porque elas estão disponíveis a quase qualquer um, mas de se desenvolver individualmente, atingindo a maturidade necessária para operar com a abundância de conteúdos de forma crítica e responsável.

O Curso de Letras do Ifes está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo, mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 Concepção

Nas últimas décadas vêm se acentuando as discussões sobre o papel do ensino de língua materna, tanto na constituição e manutenção de identidades quanto no aprimoramento de competências cognitivas relativas à interação na sociedade e ao desenvolvimento intelectual. Esse debate acontece num cenário em que se pode visualizar uma série de contribuições disponíveis entre as nações com as quais mantemos as mais diversas relações: culturais, econômicas, políticas etc.

Há, contudo, uma questão que se mostra, a todo momento, de uma significativa atualidade: como promover de forma eficiente a passagem dos falantes de uma língua para universos de expressão mais elaborados, do ponto de vista da formação de sentidos (na escrita, na fala e na leitura) e da produção e manutenção da cultura que emerge nos universos da linguagem? Como equacionar a apropriação de processos comunicativos e práticas culturais que se instalam cada vez mais potentes no próprio ambiente da cultura nacional?

Os professores de língua materna enfrentam cotidianamente o desafio de ampliar o processo de desenvolvimento de capacidades cognitivas vinculadas às operações de referenciação, de regulação e de representação. É preciso, portanto, lançar mão de instrumentos teóricos capazes de descrever o sistema formal das linguagens, recorrendo às diversas correntes da Linguística e às Teorias da Literatura (com seus desdobramentos pelos outros discursos das Humanidades), ao mesmo tempo em que se possa ver estimulada a associação entre os saberes oriundos desses campos e as proposições — teóricas e práticas — fornecidas pelas Ciências da Educação. Pelo emprego desses discursos teóricos e técnicos, torna-se possível alcançar mais eficientemente uma compreensão complexa dos diversos fenômenos relacionados com a linguagem, de forma a permitir intervenções na formação de hábitos, de competências cognitivas e de identidades.

Dessa forma, o curso de Letras do Ifes assume como pressuposto para o desenvolvimento de suas atividades a incorporação dos saberes disponíveis nas diversas áreas de conhecimento científico, humanístico e estético, com o fim de integrá-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

los, de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar à prática dos licenciados na área de ensino de língua e literatura formados pela Instituição.

Os princípios que norteiam o Curso de Licenciatura em Letras-Português são definidos por meio de valores relacionados aos aspectos profissionais e éticos, ajustáveis aos diversos níveis de desenvolvimento do estudante. São eles:

- *Compromisso com a educação e com os educadores* – Acredita-se que a educação é a forma pela qual uma sociedade evolui e se estrutura, ela transcende o momento de aprendizagem formal proporcionado pelas instituições de ensino. Por isso, o curso visa a formar professores que sejam: comprometidos com seu papel de educador, competentes no exercício de seus misteres, criativos e versáteis para lidar com situações diferentes, conscientes do valor do profissional da educação, hábeis na gestão do processo ensino-aprendizagem e capazes de trabalhar em equipe, numa perspectiva inter e transdisciplinar;
- *Compromisso com a ciência* – Muito mais que a formação de profissionais ricos em conteúdos e hábeis no manejo de classe para atendimento à demanda, aspira-se a uma educação para a ciência, por meio da formação de professores habilitados, qualificados e engajados na construção de uma educação que proporcione uma visão holística do mundo em que vivemos;
- *Compromisso com a igualdade* – Objetiva-se contribuir para a construção de uma geração capaz de desenvolver autonomia intelectual, buscando incessantemente formas de levar o conhecimento e o desenvolvimento científico e tecnológico a todas as camadas da população. Acredita-se que o círculo vicioso da desigualdade social só será rompido quando todas as pessoas puderem usufruir das informações e dos avanços que a ciência pode proporcionar ao ser humano;
- *Compromisso com o desenvolvimento* – Deseja-se um curso proativo, no sentido de buscar a participação em ações concretas para o desenvolvimento científico, social, ambiental e econômico por meio da educação, preparando cidadãos autônomos. Serão desenvolvidos projetos voltados para o desenvolvimento e geração de conhecimentos relevantes, aliados à aplicação de novos métodos e técnicas de ensino;
- *Compromisso do corpo docente* – Todos os docentes têm o compromisso de desenvolver um curso voltado para a formação de estudantes comprometidos com a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

qualidade profissional e de manter uma postura proativa, dispondo-se à permanente atualização, troca de experiências e investigação de novos aprendizados;

- *Compromisso com a comunidade* – Serão mantidas estreitas relações com a comunidade, com a realização de projetos conjuntos e a participação em associações profissionais e de classe. Os estudantes serão estimulados, desde o início do curso, a vivenciar experiências profissionais que possam contribuir com o desenvolvimento de sua competência profissional;
- *Compromisso com a excelência profissional* – Objetiva-se que todos os atores envolvidos com o curso, docentes ou estudantes, norteiem sua ação pautando-se na busca incessante da excelência profissional, tanto pela realização de atividades úteis e relevantes quanto pela alta qualidade técnica;
- *Compromisso com a ética* – Todas as ações consideram não apenas os aspectos técnicos, mas também os éticos, sejam esses relacionados ao estrito exercício do magistério, sejam vinculados ao estabelecimento de relações humanas baseadas no respeito ao próximo e a si mesmo.

O Curso de Licenciatura em Letras-Português está estruturado em um conjunto de créditos e horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento (ATPAs) desenvolvidos em períodos semestrais de 15 semanas, obedecidos os dias letivos anuais previstos na LDB, n.º 9.394/96. Para efeito de cálculo da carga horária do curso e de cada componente curricular, atribui-se a cada crédito uma carga horária de 15 (quinze) horas semestrais.

O currículo do curso foi elaborado em conformidade com as diretrizes para cursos de Licenciaturas: Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras; Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 170/2016, de 16 de setembro de 2016, que estabelece o núcleo comum dos Cursos de Licenciatura do Ifes, dá outras providências e revoga os artigos 2º e 4º da Resolução CS 49/2011; Portaria do Ministério da Educação nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que regulamenta a oferta de disciplinas integrantes do currículo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

que utilizem modalidade semipresencial. Na elaboração do projeto, levou-se em conta também demais resoluções, portarias e pareceres, anteriores e vigentes, publicados pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

Visando à formação de professores de forma integral e holística, o currículo do curso abrange as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, buscando contemplar as diversas premissas relativas à formação do sujeito crítico e atuante na sociedade, em que se destaca

[...] a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros.

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012, p. 4), ao tratarem da formação inicial de professores, incluem a Lei nº 9.795/1999, cujo artigo 11 estabelece que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. Assim, visando ao caráter transversal da educação ambiental, conforme determina essa Lei, consideram-se as questões ambientais como parte integrante da formação docente.

Com base na Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na formação inicial e continuada de professores, também se busca contemplar no currículo do curso temáticas que envolvam questões étnico-raciais, em concordância com o Art. 2º de tal lei, o qual determina a promoção da “educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”.

Ademais, o currículo engloba as questões relativas à Educação em Direitos Humanos, ao perpassarem em diversos componentes curriculares questões referentes a “práticas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de formação, proteção defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas”, conforme estabelece a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, visando à promoção da educação para fins de transformação social, fundamentada em princípios de emancipação do sujeito, tais como: dignidade, igualdade, reconhecimento e valorização da diversidade, laicidade do Estado e democracia.

Ainda em torno da formação em Direitos Humanos, o curso aborda, de maneira interdisciplinar, os conteúdos voltados aos fundamentos da educação, em cumprimento à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015: formação em políticas públicas e gestão da educação; diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; Língua Brasileira de Sinais (Libras); educação especial; direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Tais questões estão contempladas nos componentes curriculares de formação geral, mais especificamente em Diversidade e Educação; História da Educação; Política e Organização da Educação Básica; Educação de Jovens e Adultos; Trabalho e Educação; Língua Brasileira de Sinais - Libras; Gestão do Trabalho Escolar; Educação Especial.

6.2 Metodologias

Encontramo-nos em um momento histórico de reaproximação de saberes, de um retorno ao conhecimento mais inteiro que pode dar conta de responder aos enormes desafios que nos pressionam (MORIN, 2002). Por isso, nos últimos anos, a concepção metodológica da prática de ensino conseguiu romper com a tradição retórico-instrumental e começou a estabelecer novos objetivos de trabalho, demandando uma recomposição efetiva tanto das estratégias a serem utilizadas pelos professores quanto dos próprios espaços de atuação disponíveis à categoria. Por um lado, a atividade docente necessita agenciar junto aos educandos outros modos de cognição, ampliando e tornando mais complexa a noção de capacidade de comunicação, o que envolve não só a atividade estrita da fala, da leitura e da escrita, mas também o próprio processo de formação de sentido, de modo genérico mais sintonizado com os discursos verbais e não verbais que circulam na sociedade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Dessa forma, ao propormos as estratégias pedagógicas para o curso de Licenciatura em Letras-Português não poderíamos deixar de pensar na sociedade e no mundo em que estamos inseridos, para com isso, pensarmos no currículo, nas propostas didáticas e nos métodos, sem perder de vista a articulação da realidade local com aspectos globais. Assim, propomos estratégias pedagógicas que possam integrar a teoria com a prática profissional e promover a integração entre os componentes curriculares – através de projetos interdisciplinares, estágios na atividade de docência e visitas a instituições – que possibilitem aos discentes vivenciarem situações reais de atuação, estabelecendo relações entre os conhecimentos de diferentes áreas curriculares e a atividade de ensino.

Seguindo essa linha de ação e objetivando contribuir para a formação integral do sujeito, complementando a formação teórica recebida dentro da instituição, os discentes terão oportunidades de participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão, de modo a atuar de forma integrada às necessidades da comunidade interna e externa, de acordo com a proposta de cada projeto, pois entendemos também a necessidade de articulação entre os saberes linguísticos, literários e a realidade vivida, visando desenvolver no futuro professor a sensibilidade, a compreensão do momento histórico-social em que vive e a capacidade de refletir sobre sua prática, em busca da construção e produção de conhecimentos com uma visão transformadora, a partir da especificidade da sua área de formação.

Julgamos indispensável a interação entre professores e alunos na produção do conhecimento, reiterando um dos aspectos colocados pela abordagem Vygotskyana: “[...] construir conhecimentos implica uma ação partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas.” (apud REGO, 1995, p. 110).

A fundamentação dos estudos de nossos alunos se fará pela análise e discussão permanentes dos pressupostos teóricos proporcionados pela Linguística e pela Teoria da Literatura, apoiando-se também em campos adjacentes, como a Semiologia e a Semiótica. De outro, serão chamadas à discussão as proposições das teorias *stricto sensu* a respeito do complexo fenômeno do ensino-aprendizagem, a fim de criar um contraponto que atenda às especificidades da docência nas áreas de atuação dos licenciados em língua portuguesa e literatura.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A perspectiva de ensino a ser adotada pretende absorver características positivas das diversas correntes, articuladas com um núcleo de abordagem metodológica, para que se mantenha a coerência entre projetos institucionais, pedagógicos e comunitários.

Quanto à linguagem, aspira-se a elaborar junto aos alunos uma concepção que ressalte o valor da significação em sua própria produção linguística e na produção daqueles que futuramente estarão sob seu acompanhamento, formal ou informal.

Se as últimas décadas formam um panorama em que se visualizam os estudos linguísticos de forma complexa e especializada, o campo das metodologias pode ser, *grosso modo*, reduzido a três concepções: a normativista, a texto-instrumental e a interacionista (esta última ligada aos aspectos pragmáticos e enunciativos), todas de alguma forma vigentes no sistema escolar.

Ao assumir uma orientação interacionista, o curso de Letras do Ifes entende a necessidade de estimular a formação de um ambiente em que a produção textual do aluno se constitua como uma autêntica produção de sentido, mediante a execução de uma ação de linguagem, em oposição ao método de produção textual tradicional, que não se incomodava em apagar todo o processo dialógico da linguagem. Esse movimento precisa levar em consideração uma discussão de bastante relevo, concernente à definição de quais componentes das demais concepções podem ser reinvestidos na abordagem interacionista; com isso pretendemos tornar a discussão e implementação de revisões metodológicas uma atitude permanente.

Em resumo, propomos um curso de licenciatura que seja orientado pela reflexão, ensino e pesquisa, indissociados desde o início, pelo planejamento, flexibilidade, participação e historicidade, de forma a contemplar as exigências de uma formação baseada em princípios interacionistas.

A proposta de composição curricular está centrada na integração entre as diversas disciplinas, resguardando-se suas especificidades e pré-requisitos, e na integração entre o alunado e a comunidade. A autonomia da formação individual constituiu também uma preocupação no desenho da matriz curricular, materializada de forma mais evidente nas atividades de pesquisa e práticas, que assumirão a tarefa de propor, sempre com a tutoria de um docente, conexões entre os conteúdos e a realidade docente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A prática de ensino, na medida do possível, aparece incorporada a algumas disciplinas tradicionalmente reservadas à discussão teórica. Assim também as disciplinas pedagógicas constituem-se espaço de planejamento, organização, reflexão e avaliação, em que a teoria e a prática se unem para impulsionar o processo pedagógico necessário à profissão do professor. Também se constitui num lugar de participação, comunicação, produção de conhecimento e relações sociais e pessoais.

O estágio supervisionado objetiva integrar teoria e prática. Possui dimensão formadora e sociopolítica, que proporciona ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolida a sua profissionalização e explora as competências básicas indispensáveis para sua formação; deverá ser realizado a partir da segunda metade do curso e consolidado num relatório final que inclui as ações realizadas nas três etapas associadas (Estágio Supervisionado I, II e III).

Os componentes curriculares de natureza científico-cultural são de caráter teórico-prático. Relacionam-se a conteúdos básicos e instrumentais, essenciais para compreender a língua, a literatura e a pedagogia. Além disso, compreendem também a formação humanística, que contribui para ampliar a visão de mundo do aluno.

As atividades de caráter acadêmico-científico-cultural serão desenvolvidas ao longo do curso, não se restringindo ao ambiente acadêmico. Tais atividades visam a possibilitar aos alunos o desenvolvimento da responsabilidade pela própria formação, adquirindo as competências relacionadas ao “saber”, “saber fazer”, “saber ser” e “saber conviver”. Será ofertado aos alunos um conjunto de atividades para que escolham entre elas, segundo seus próprios interesses. Os alunos também têm a responsabilidade de buscar atividades científicas e culturais e divulgá-las entre os colegas como forma de ampliar o envolvimento nessas atividades.

A dinâmica do curso prevê uma convergência para atividades de pesquisa autônomas, a serem realizadas sob a forma de Trabalhos de Conclusão de Curso, que poderão ter natureza “teórica” (descritiva, explicativa, metodológica) ou “prática” (que avançará sobre os domínios da experimentação, da aplicação e da intervenção). O trabalho de conclusão de curso visa à consolidação e aprofundamento temático numa área do curso e/ ou atividade do magistério, bem como estimula a produção científica e a capacidade crítico-reflexiva dos alunos na aplicação dos conhecimentos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Outro ponto a ser destacado, enquanto estratégia pedagógica, concerne ao estímulo e à participação em eventos da área, assim como à pesquisa e à inovação, que deverão estar presentes no cotidiano do curso.

Por isso, além do atendimento contínuo, os professores do curso de Letras-Português e a Direção de Pesquisa e Extensão estarão disponíveis para orientação de Iniciação Científica, pois os atores envolvidos no curso acreditam na tríade Ensino – Pesquisa – Extensão como a chave para que o perfil do egresso seja consolidado.

Em síntese, o curso adotará metodologias variadas, com caráter interdisciplinar, que aliem teoria e prática, estimulem à pesquisa, à extensão e a inovação, de modo a atingir o perfil do profissional.

6.2.1 Papel dos docentes

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Art. 13, diz, sobre a atuação dos professores:

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Ainda que a legislação nos traga as diretrizes gerais da atuação docente, a partir dela podemos estabelecer especificidades dessa atuação, que são diversas em cada período histórico e em cada *lócus*, lembrando que a docência

[...] está compreendida como forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

'objeto' de trabalho, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana (TARDIF; LESSARD, 2012, p. 8).

O docente como profissional de interações humanas tem papel relevante em uma educação que se deseja de qualidade e para todos, principalmente por ser o responsável em zelar pela aprendizagem dos alunos, além de estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento, conforme LDB, art. 13, incisos III e IV (BRASIL, 1996).

O Art. 2 do Regulamento da Organização Didática dos Cursos Superiores do Ifes (IFES, 2017) destaca que "o ensino ministrado no Ifes observará não só os objetivos próprios de cada curso, como também os ideais e os fins da educação nacional previstos na Constituição da República Federativa do Brasil e na legislação que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e suas regulamentações – tendo em vista a formação integral dos educandos". Tendo em vista a formação integral do educando, cabe ao docente assumir o compromisso de pesquisar, planejar e encontrar metodologias mais apropriadas para os temas, conteúdos e objetivos de aprendizagem previamente definidos, procurando sempre novas e eficientes estratégias de ensino na busca contínua da aprendizagem significativa.

Com base nesse perfil de docência, o docente assume o papel de contribuir para a formação do estudante em seu percurso formativo, orientando-o durante o processo de aprendizagem, que é pessoal e intransferível, pois

Educar é colaborar para que professores e alunos – nas escolas e organizações – transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional - do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornarem-se cidadãos realizados e produtivos (MORAN, MASETTO, BEHRENS, 2000).

Cabe ao docente do Curso de Licenciatura em Letras, do Ifes campus Vitória, domínio sobre conhecimentos teóricos consistentes e atualizados em uma determinada área, que lhe possibilitarão atuar em disciplinas específicas, trabalhando com conhecimentos práticos que objetivam tornar o estudante apto para uma atuação profissional completa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A compreensão da inter-relação entre disciplinas, visando à construção de conhecimento de uma maneira completa, é característica fundamental do docente do Curso de Licenciatura em Letras-Português, bem como a atuação conjunta entre ensino, pesquisa e extensão.

Considerando as informações constantes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (IFES, 2009a), no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFES, 2009b) e no Regulamento de Organização Didática do Ensino de Graduação do Sistema Ifes (IFES, 2011), cabe ainda aos docentes do presente curso:

- Elaborar o planejamento didático-pedagógico de sua(s) disciplina(s) e atualizá-lo para acompanhar a evolução científica e tecnológica (de acordo com o ROD dos Cursos Superiores do Ifes – ROD Art.9) (IFES, 2011);
- Ministrar a(s) disciplina(s) sob sua responsabilidade cumprindo integralmente os programas e a carga horária;
- Apresentar ao aluno, no início do período letivo, o plano de ensino, o sistema de avaliação e a metodologia de ensino que será empregada (de acordo com o ROD Art.10) (IFES, 2011);
- Comparecer às reuniões pedagógicas (de acordo com o ROD Art. 87) (IFES, 2011);
- Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- Estabelecer o calendário de eventos, em comum acordo com os alunos, divulgando-o entre os demais professores;
- Elaborar e aplicar no mínimo três instrumentos de avaliação de aproveitamento dos alunos (de acordo com o ROD, Art.77), entregando ao Setor Pedagógico cópia da prova aplicada ou definições do trabalho pedido (IFES, 2011);
- Aplicar instrumento final de avaliação (de acordo com o – ROD, Art 82) (IFES, 2011);
- Conceder o resultado das atividades avaliativas pelo menos 72 horas antes da próxima avaliação, quando o aluno tomará conhecimento de seu resultado e tirará suas dúvidas quanto à correção (Art.76; § 2º do ROD) (IFES, 2011);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- Incluir no Sistema Acadêmico as avaliações e a frequência dos alunos nos prazos fixados;
- Observar o regime disciplinar da Instituição;
- Participar das reuniões e dos trabalhos dos órgãos colegiados e/ou coordenação a que pertence, bem como das comissões para as quais for designado;
- Orientar trabalhos escolares e atividades complementares relacionadas com a(s) disciplina(s) sob sua regência;
- Planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- Participar da elaboração dos Projetos Pedagógicos da Instituição e do seu curso;
- Exercer outras atribuições pertinentes.

Além das atribuições regimentais descritas, espera-se que os professores, no exercício de suas funções, mantenham excelente relacionamento interpessoal com os alunos e seus pares, coordenação do curso, setor pedagógico e demais funcionários da instituição, estimulando-os e incentivando-os ao desenvolvimento de um trabalho compartilhado, interdisciplinar e de qualidade.

Cabe incluir como um dos maiores desafios para o professor em nossa sociedade o manter-se atualizado e o desenvolver práticas pedagógicas eficientes. Nóvoa (2002, p. 23) diz que “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente.” Da mesma maneira acreditamos que a formação continuada se dá de modo individual ou compartilhado, depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise.

6.2.2 Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais:

Desde 2011/1 o Ifes tem ofertado o Curso de Licenciatura em Letras-Português nas modalidades presencial e a distância. Portanto, a formação docente consiste no desenvolvimento de habilidades para a atuação em ambas as modalidades, visto que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

uma das especificidades do curso consiste na possibilidade do aluno cursar até 20% da carga horária na modalidade semipresencial, em concordância com o Art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996:

Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996 [...]

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Assim, além da oferta de vagas para os alunos regularmente matriculados na modalidade EaD, a cada semestre letivo as vagas remanescentes da EaD são ofertadas a alunos da modalidade presencial, tendo como objetivo contribuir para o cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios para fins de integralização curricular. Para tanto, os docentes que atuam na modalidade EaD devem atender às demandas e as especificidades do ensino via plataforma Moodle/ Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Quando os alunos da modalidade presencial optam por cursar disciplinas na modalidade EaD, algumas das demandas dos docentes são:

1. Trabalhar na perspectiva da concepção do curso, conforme seu Projeto Político Pedagógico;
2. Elaborar o planejamento das atividades de tutoria;
3. Disponibilizar os conteúdos e atividades no ambiente virtual de aprendizagem - AVA;
4. Garantir a interação dos tutores a distância entre si e destes com os tutores presenciais;
5. Esclarecer dúvidas, acompanhar e orientar os tutores a distância no exercício de suas atividades;
6. Gerenciar os tutores a distância na inclusão dos resultados das atividades avaliativas/provas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

7. Acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem do aluno;
8. Acompanhar as correções e resultados das avaliações presenciais antes da aplicação de novas avaliações, assim como a entrega dos resultados finais pelos tutores a distância;
9. Acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e sala de bate-papo da disciplina;
10. Registrar e divulgar experiências do cotidiano pedagógico para os Diretores Acadêmicos, Administrativos e Coordenadores dos Cursos;
11. Disponibilizar horário para atendimento aos tutores a distância, quando necessário;
12. Participar dos Fóruns de Discussão dos tutores quando necessário;
13. Encaminhar relatórios específicos de acompanhamento dos tutores a distância ao Coordenador do Curso, conforme modelos fornecidos pelo Cefor/Ifes.

É fundamental destacar que, além do professor formador, as disciplinas ofertadas via Moodle contam com o suporte da mesma equipe multidisciplinar responsável pelo funcionamento do curso na modalidade EaD: tutores presenciais e a distância; apoio pedagógico; designer instrucional; e coordenador geral do curso.

6.3 ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Letras-Português do Ifes *Campus* Vitória foi constituída de forma a respeitar a tradição de estudos concernentes aos diversos aspectos e teorias sobre a linguagem e sobre o fenômeno literário, realizados nos cursos de Letras. Nela foram incorporadas as seguintes diretrizes relativas às disciplinas do currículo básico:

- o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- o acolhimento e o trato da diversidade;
- o exercício de atividades de enriquecimento cultural;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- o aprimoramento em práticas investigativas;
- a elaboração e a execução de projetos relacionados aos conteúdos curriculares;
- o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

6.3.1 Matriz Curricular

CURSO LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

Modalidade: PRESENCIAL – Turno: NOTURNO

MATRIZ CURRICULAR – 2019

1º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Bases Sociológicas da Educação	Cient/Ped	30	-	30	02
Bases Filosóficas da Educação	Cient/Ped	30	-	30	02
Introdução aos Estudos Linguísticos	Cient	50	10	60	04
Teoria da Literatura I: narrativa	Cient	60	-	60	04
Leitura e Produção de Textos	Cient/ Prat	50	10	60	04
Metodologia da Pesquisa	Cient	50	10	60	04
Total do Período			30	300	20

2º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Teoria da Literatura II: poesia e drama	Cient	80	10	90	06
Estudos Clássicos	Cient	30	-	30	02
Fonética e Fonologia	Cient	50	10	60	04
História da Educação	Cient/Ped	50	10	60	04
Introdução ao Latim	Cient	50	10	60	04
Total do Período			40	300	20

3º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Linguística Textual	Cient	50	10	60	04
Língua Brasileira de Sinais – Libras	Cient/Ped	40	20	60	04
Morfologia I	Cient	60	15 ¹	75	05
Literatura em Língua Portuguesa I	Cient	60	-	60	04
Psicologia da Educação	Cient/Ped	60	-	60	04
Total do Período			45	315	21

1 atividades monitoradas extraclasse



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

4º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Morfologia II	Cient	60	15 ¹	75	05
Didática Geral	Cient/Ped	50	10	60	04
Sociolinguística	Cient	50	10	60	04
Literatura em Língua Portuguesa II	Cient	60	-	60	04
Política e Organização da Educação Básica	Cient/Ped	60	-	60	04
Total do Período			35	315	21

1 atividades monitoradas extraclasse

5º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Literatura em Língua Portuguesa III	Cient	60	-	60	04
Didática e Avaliação da Aprendizagem	Cient/Ped	25	05	30	02
Tecnologias Integradas à Educação	Cient/Ped	30	30 ¹	60	04
Sintaxe I	Cient	60	15 ¹	75	05
Língua Estrangeira I (Inglês ou Espanhol)	Cient	50	10	60	04
Diversidade e Educação	Cient	50	10	60	04
Total do Período			70	345	23

1 atividades monitoradas extraclasse

6º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Sintaxe II	Cient	60	15 ¹	75	05
Semântica e Pragmática	Cient	50	10	60	04
Literatura em Língua Portuguesa IV	Cient	60	-	60	04
Língua Estrangeira II (Inglês ou Espanhol)	Cient	50	10	60	04
Instrumentação para o Ensino de L. e Literatura (A)	Cient/Ped	30	60 ¹	90	06
Estágio Supervisionado I	Estágio		135	135	09
Total do Período			95	480	32

1 atividades monitoradas extraclasse

7º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Trabalho de Conclusão de Curso I (Projeto)	Cient	30	30 ¹	60	04
Literatura em Língua Portuguesa V	Cient	60	-	60	04
Análise do Discurso	Cient	50	10	60	04
Educação de Jovens e Adultos	Cient/Ped	30	-	30	02
Língua Estrangeira III (Inglês ou Espanhol)	Cient	50	10	60	04
Trabalho e Educação	Cient	30	-	30	02
Optativa I	Cient	30	-	30	02
Estágio Supervisionado II	Estágio		135		09
Total do Período			50	465	31

1 atividades monitoradas extraclasse



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

8º PERÍODO					
Disciplina	Tipo	Carga Horária			Créditos
		Teórica	Prática	Total	
Literatura em Língua Portuguesa VI	Cient	60	-	60	04
Literatura Infantojuvenil	Cient	50	10	60	04
Prática de Ensino de Língua e Literatura	Ped/Prat	30	30 ¹	60	04
Gestão do Trabalho Escolar	Cient/Ped	50	10	60	04
Educação Especial	Cient/Ped	30	-	30	02
Trabalho de Conclusão de Curso II (Pesquisa)	Cient	30	30 ¹	60	04
Optativa II	Cient	30	-	30	02
Estágio Supervisionado III	Estágio	135			09
Total do Período			80	495	33

1 atividades monitoradas extraclasse

No âmbito da formação global proposta pela matriz curricular de Letras-Português, existem linhas de fuga para domínios que demandam discussões e desenvolvimento de habilidades específicas. Pautou-se pela tentativa de atender a necessidades de formação que, enfatizando a materialização de algumas das vocações expressas nas concepções filosóficas, metodológicas e sociais do curso, potencializem o desenvolvimento do alunado e deem vazão às competências específicas do corpo docente.

As disciplinas foram distribuídas entre os períodos objetivando o crescimento gradual do aluno durante o curso. Para que esse objetivo seja alcançado, algumas disciplinas são interligadas, necessitando de pré-requisitos, ou seja, dependem do conhecimento trabalhado em componentes curriculares anteriores. A exigência de pré-requisito é fundamental e deve ser respeitada para um aproveitamento adequado do curso. Assim, só será possível a matrícula em determinados componentes depois de cumpridos todos os seus pré-requisitos. Abaixo, quadro com a especificação de disciplinas com seus respectivos pré-requisitos:

Período	Disciplina	Pré-requisitos
1º	Bases Sociológicas da educação	
	Bases Filosóficas da Educação	
	Introdução aos Estudos Linguísticos	
	Teoria da Literatura I: narrativa	
	Leitura e Produção de Textos	
	Metodologia da Pesquisa	
2º	Teoria da Literatura II: poesia e drama	
	Estudos Clássicos	
	Fonética e Fonologia	
	História da Educação	
	Introdução ao Latim	



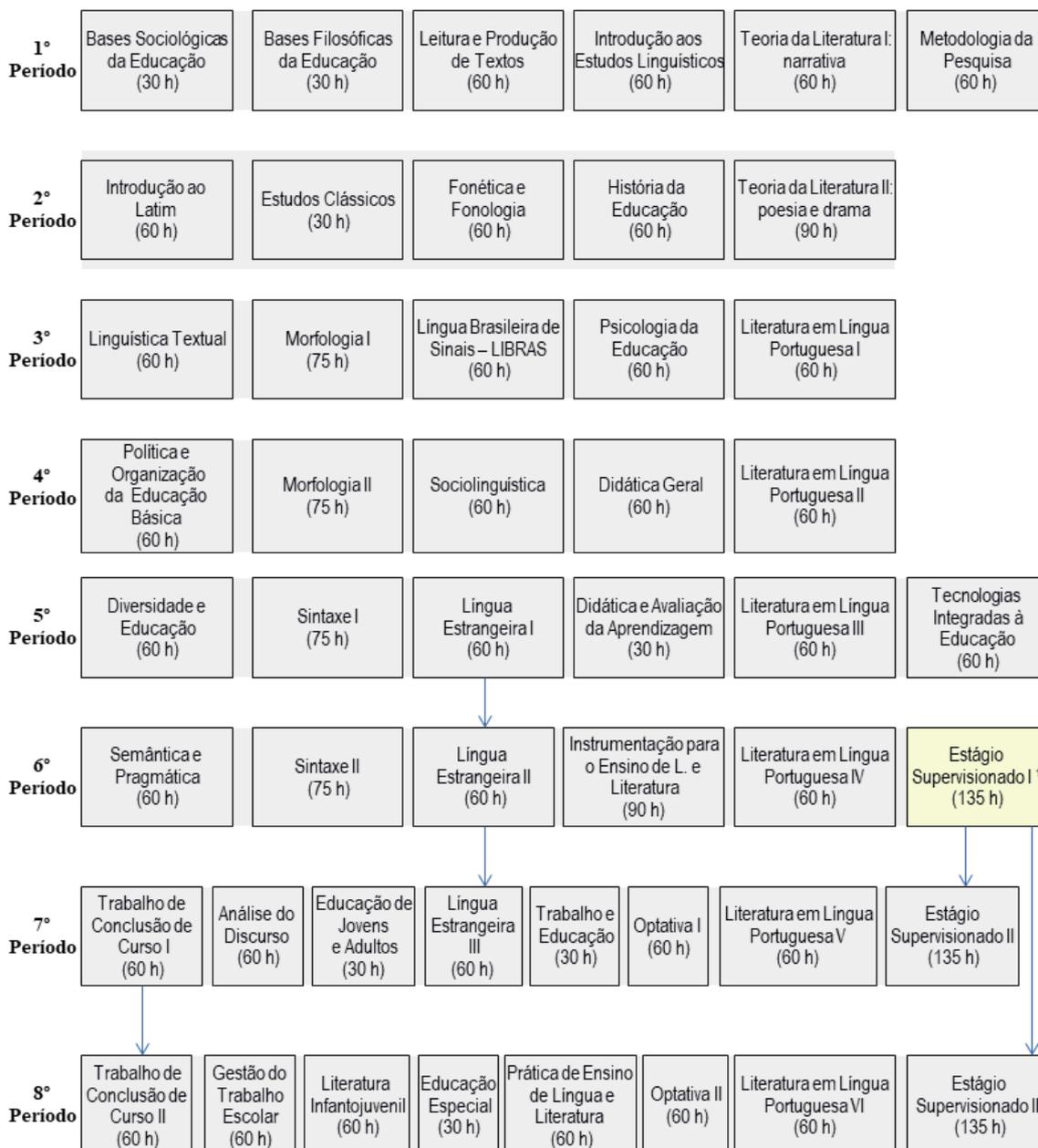
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

3°	Linguística Textual	
	Língua Brasileira de Sinais – Libras	
	Morfologia I	
	Literatura em Língua Portuguesa I	
	Psicologia da Educação	
4°	Morfologia II	
	Didática Geral	
	Sociolinguística	
	Literatura em Língua Portuguesa II	
	Política e Organização da Educação Básica	
5°	Literatura em Língua Portuguesa III	
	Tecnologias Integradas à Educação	
	Sintaxe I	
	Língua Estrangeira I (Inglês ou Espanhol)	
	Diversidade e Educação	
6°	Didática e Avaliação da Aprendizagem	
	Sintaxe II	
	Semântica e Pragmática	
	Literatura em Língua Portuguesa IV	
	Língua Estrangeira II (Inglês ou Espanhol)	Língua Estrangeira I (Inglês ou Espanhol).
7°	Instrumentação para o Ensino de L. e Literatura (A)	
	Estágio Supervisionado I	Leitura e Produção de Textos; Psicologia da Educação; POEB; Didática Geral; Teoria da Literatura I e II; Morfologia I; Sintaxe I.
7°	Trabalho de Conclusão de Curso I (Projeto)	70% dos créditos.
	Literatura em Língua Portuguesa V	
	Análise do Discurso	
	Educação de Jovens e Adultos	
	Língua Estrangeira III (Inglês ou Espanhol)	Língua Estrangeira II (Inglês ou Espanhol).
	Trabalho e Educação	
	Optativa I	
Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado I.	
8°	Literatura em Língua Portuguesa VI	
	Literatura Infantojuvenil	
	Prática de Ensino de Língua e Literatura	
	Gestão do Trabalho Escolar	
	Educação Especial	
	Trabalho de Conclusão de Curso II (Pesquisa)	Trabalho de Conclusão de Curso I.
	Optativa II	
Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado I.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6.3.2 Fluxograma



¹ Ter sido aprovado nas disciplinas: Leitura e Produção de Texto, Psicologia da Educação, Política e Organização da Educação Básica, Didática Geral, Teoria da Literatura I e II, Morfologia I e Sintaxe I.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6.3.3 Composição curricular – 3.215 horas

Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº2/2015, e respeitando a legislação vigente, a carga horária total do curso é assim distribuída por eixos curriculares:

EIXOS DO CURRÍCULO	Nº horas ofertadas	INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	
		Horas	Créditos
Atividades formativas	2.165	2.610	174
Prática como componente curricular	445		
Atividades teórico-práticas de aprofundamento - ATPA	-	200	-
Estágio Supervisionado	405	405	27
TOTAL	3.015	3.215	201

Para garantir o equilíbrio necessário entre as atividades acadêmicas, recomenda-se que o aluno se matricule em, no mínimo, 06 (seis) e, no máximo, 42 (quarenta e dois) créditos por período. O tempo mínimo para integralização curricular será de 08 (oito) períodos e o tempo máximo 16 (dezesesseis) períodos/semestres.

6.3.4 Regime Escolar / Prazo de Integralização Curricular

REGIME ESCOLAR			
PERIODIZAÇÃO	PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO		REGIME DE MATRÍCULA
	MÍNIMO	MÁXIMO	
Semestral	8	16	Por disciplina

6.3.5 Atividades formativas

Os componentes curriculares de natureza formativa são de caráter teórico-prático. Eles relacionam-se a conteúdos básicos, profissionais e instrumentais, essenciais para compreender a linguagem, a literatura em língua portuguesa e a pedagogia, bem como para atuar como professor de português na educação básica. Além dessa formação, compreendem também a formação humanística desejada à formação de educadores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6.3.6 A prática pedagógica como integrante de componentes curriculares

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, estabelece que os cursos de Licenciatura garantam, na distribuição de carga horária, a destinação de “400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo” (Art. 13º, § 1º, inciso I). Institui também que “deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência” (Art. 13º, §3º).

O mesmo documento ainda determina que:

§ 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

- a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

No curso de Licenciatura em Letras-Português do *Campus* Vitória, para que haja integração efetiva entre os conteúdos disciplinares e a atividade docente, desde o primeiro período do curso, a carga horária destinada à prática pedagógica está distribuída entre as disciplinas que apresentam relação direta com o magistério em Língua Portuguesa e Literatura, conforme estrutura curricular do curso.

A prática pedagógica alcança seus objetivos quando está integrada a situações reais de ensino e aprendizagem. Por isso não deve ser desenvolvida exclusivamente na sala de aula da IES; é preciso alcançar as diversas instituições de educação básica do entorno, assim como outros espaços educativos da comunidade, como associações e bibliotecas, por exemplo. O futuro professor, nas atividades de prática pedagógica, pode participar das aulas de educação básica e profissional do próprio Instituto Federal do Espírito Santo e de outras escolas da região; também pode visitar espaços educativos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

formais e não formais, bibliotecas, secretarias de educação e associações; pesquisar material didático e documentos balizadores da atividade docente; discutir, em fóruns e grupos de estudo, a situação real das aulas de língua e literatura e possíveis alternativas de ensino; explorar novas tecnologias educacionais e elaborar material didático para uso real com estudantes da educação básica, dentre outras ações dessa mesma natureza.

Para que tudo isso seja possível, é necessário que a prática pedagógica seja desenvolvida na modalidade não presencial. O docente da disciplina propõe e organiza as atividades de prática pedagógica relacionadas ao programa de sua disciplina, e atribui-lhes uma carga horária adequada. Essas horas práticas são, posteriormente, registradas pelo professor no diário da disciplina, até que seja atingido o número de horas prescritas para aquela unidade curricular. O aluno que não cumpre as atividades de prática pedagógica não terá a carga horária relativa a elas registrada em diário, correndo o risco, dessa forma, de não ser aprovado na disciplina por não cumprir sua carga horária mínima.

Organizando-se a prática pedagógica dessa forma, atende-se o que está disposto no Art. 3º da resolução CNE/CP 02/2015:

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica [...], e deve contemplar:

- sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;
- a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente.

A possibilidade de destinação de uma parte da carga horária total do curso para atividades não presenciais está garantida pelo Ministério da Educação por meio da Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004:

Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

O fato de a carga horária prática não ser desenvolvida necessariamente de forma presencial acarreta várias possibilidades, dentre elas, a mais importante: a atividade não presencial possibilita e favorece o estabelecimento efetivo da relação entre teoria e prática, por meio da inserção do estudante de Letras nos espaços reais de ensino. Além disso, a prática não presencial oferece outras vantagens, dentre as quais pode-se destacar: favorece a autonomia do aluno no estudo, na pesquisa e nas atividades de extensão acadêmica; flexibiliza o currículo com atividades variadas em espaços diversos; permite a observação da situação real das escolas da região, com suas boas práticas e experiências, seus problemas, suas conquistas e seus anseios; fomenta a utilização de tecnologias de informação e comunicação e descentraliza a reflexão da prática pedagógica ao permitir experiências reais de interação com sujeitos de diferentes espaços e realidades educacionais.

O cumprimento das atividades de carga horária prática por parte dos alunos implicará no registro em pauta como frequência às aulas correspondentes; por consequência, o descumprimento dessas atividades será registrado em pauta como ausência; serão aprovados apenas os estudantes que alcançarem no mínimo 75% de cumprimento da carga horária total da disciplina.

6.3.7 Disciplinas optativas

Serão ofertados, no sétimo e no oitavo períodos, três eixos de disciplinas optativas, a serem escolhidas conforme o interesse dos alunos. As disciplinas serão definidas pelo Colegiado de Curso no semestre anterior ao de oferta e o aluno deve cursar, no mínimo, duas disciplinas optativas para integralização do curso. Caso o aluno tenha interesse em mais disciplinas, elas podem ser cursadas e aproveitadas como Atividades teórico-práticas de aprofundamento.

Disciplinas optativas
Eixo 1: Tópicos especiais de Ensino em Línguas e Linguística
Eixo 2: Tópicos especiais de Ensino em Literatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6.4 Estágio Curricular Supervisionado

Considerada uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, o estágio supervisionado visa integrar teoria e prática de ensino, pesquisa e extensão. Possui dimensão formadora e sociopolítica, que proporcionam ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolidam a sua profissionalização e exploram as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável.

O estágio supervisionado deverá ser realizado a partir da segunda metade do curso, sendo consolidado num relatório final, e constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional, que tem como função integrar teoria e prática. O projeto de estágio está melhor delineado no anexo IV.

O estágio curricular, que tem como função integrar teoria e prática, constitui um momento de aquisição e aprimoramento de saberes e habilidades essenciais ao exercício profissional.

Trata-se de uma experiência com dimensões formadora e sociopolítica que proporciona ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolida a sua profissionalização e explora as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável pelo desenvolvimento humano e pela melhoria da qualidade de vida.

O estágio é entendido como eixo articulador da produção do conhecimento em todo o processo de desenvolvimento do currículo do curso. Baseia-se no princípio metodológico de que desenvolver competências profissionais implica “pôr em uso” conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na vida profissional e pessoal.

Como instrumento de integração, o estágio curricular constitui-se uma atividade centrada no homem como ser ativo e capaz de fazer a articulação entre a teoria e a prática, entre o saber e o fazer. É também uma atividade de relacionamento humano comprometida com os aspectos afetivos, sociais, econômicos e, sobretudo, político-culturais, porque requer consciência crítica da realidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O estágio possibilita ao aluno entrar em contato com problemas reais da sua comunidade, onde poderá analisar e implementar possibilidades de atuação em sua área de trabalho. Permite, assim, fazer uma leitura mais ampla e crítica de diferentes demandas sociais, com base em dados resultantes da experiência direta. Deve ser um espaço não apenas para o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também para formação de homens pensantes e conscientes de seu papel social. Além disso, habilidades interpessoais, imprescindíveis à sua formação já que no mundo atual são priorizadas as ações conjuntas e a integração de conhecimentos, serão desenvolvidas no estágio.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Letras-Português do Ifes - *Campus Vitória*, é chamado Estágio Supervisionado e está previsto na matriz do curso como um eixo obrigatório. A carga horária de Estágio Supervisionado é de 405h e poderá ser iniciado após a conclusão da primeira metade do curso e o cumprimento dos pré-requisitos e será realizada em três etapas que estão especificadas no tópico referente à organização do Estágio Supervisionado Obrigatório. Além do estágio obrigatório, o aluno poderá fazer o estágio não obrigatório de acordo com a Resolução do Conselho Superior 11/2010, de 16 de abril de 2010.

Vale destacar que o estágio, antes de ser uma atividade curricular, é um ato educativo assumido pelo Ifes com o intuito de propiciar a integração do educando com a comunidade e prepará-lo para o trabalho produtivo.

6.4.1 Objetivos do Estágio

A implementação do Estágio Supervisionado tem como grande objetivo a convergência entre o conhecimento técnico-científico e a atividade prática do docente de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. A preocupação da Instituição é formar alunos capazes de lidar eficientemente com as variáveis a que está sujeito o procedimento cotidiano de ensino-aprendizagem, visando “[...] ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular”.

A realização do estágio propicia ao aluno uma etapa fundamental de construção do conhecimento (e da síntese pela aplicação) disponível nos formatos disciplinares, pois a atividade prática funciona como elemento catalisador de competências e habilidades que, de outra forma, talvez não pudessem ser levadas a efeito apenas no âmbito das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

atividades teórico-curriculares estabelecidas. Assim, os objetivos do estágio supervisionado são:

- integrar o processo de ensino, pesquisa e aprendizagem;
- gerar trabalhos técnicos que produzam resultados práticos e relevantes, dentro de uma visão sistêmica, para toda a comunidade acadêmica;
- aprimorar hábitos e atitudes profissionais;
- proporcionar aos alunos a aplicação de habilidades desenvolvidas durante o curso;
- inserir o aluno no contexto do mercado de trabalho, a fim de conhecer a realidade;
- propiciar ao aluno a oportunidade de solucionar problemas técnicos reais, sob a orientação de um supervisor;
- proporcionar segurança ao aluno no início de suas atividades profissionais, dando-lhe oportunidade de executar tarefas relacionadas às suas áreas de interesse e de domínio adquirido;
- possibilitar ao acadêmico o confronto entre o conhecimento teórico e a prática adotada em atividades relacionadas à docência na educação básica e profissional;
- promover condições para que o acadêmico reflita, ética e criticamente, sobre as informações e experiências recebidas e vivenciadas;
- estimular o desenvolvimento do espírito científico, por meio do aperfeiçoamento profissional;
- agregar valores ao processo de avaliação institucional, a partir do resultado do desempenho do aluno no mercado de trabalho;
- integrar a Instituição de Ensino e a comunidade regional.

6.4.2 Organização do Estágio Supervisionado

De acordo com a Resolução do Conselho Superior Nº 28/2014, de 27 de junho de 2014, que trata da regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes, o estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório, “conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

área de ensino e do projeto pedagógico do curso. ” O Art. 4º §1º da referida resolução estabelece estágio obrigatório como aquele definido “no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma e seu início só poderá acontecer atendendo aos seguintes requisitos mínimos [...]”. Assim, entende-se por Estágio Obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras os Estágios Supervisionados I, II e III, enquanto componentes curriculares obrigatórios.

Quanto ao estágio não obrigatório, o §2º da resolução citada pontua que este consiste em uma “*atividade opcional*, acrescida à carga horária regular e obrigatória”, podendo acontecer desde que atenda aos requisitos definidos no projeto pedagógico do curso [grifo nosso].

6.4.3 Estágio Obrigatório

Para que o estágio alcance suas finalidades, associando o processo educativo à aprendizagem técnica, precisa ser planejado, acompanhado e avaliado dentro de diretrizes bem definidas e estar de acordo com os pressupostos que norteiam o projeto pedagógico do curso e com todas as condições dispostas pela legislação sobre o assunto.

Nesse sentido, o estágio didático-pedagógico obrigatório (Estágio Supervisionado) do curso de Licenciatura em Letras-Português inicia-se a partir da 2ª metade do curso, ou seja, o aluno precisará ter cursado mil e quatrocentas horas para poder se matricular na referida disciplina no 6º período, conforme preconizado na Resolução do Conselho Superior Nº 28/2014, de 27 de junho de 2014, Art. 4 §1º:

[...] para os Cursos de Licenciatura - de acordo com a Resolução CNE/CP N º 2, de 19 de fevereiro de 2002, [o estágio supervisionado será realizado] a partir do início da segunda metade do curso e após a conclusão dos componentes curriculares obrigatórios exigidos para o estágio curricular supervisionado no projeto pedagógico do curso.

O estágio obrigatório deverá ser realizado nos Ensinos Fundamental e Médio, e na Educação Técnica e Profissional de Ensino Médio, iniciando-se no nível de Ensino Fundamental. O desenvolvimento das atividades de estágio pauta-se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

fundamentalmente pela realização individual, por parte do aluno, de tarefas de observação e participação em organizações reconhecidas perante a legislação brasileira, supervisionadas por um ou mais profissionais indicados pela própria organização e por um ou mais docentes indicados pela equipe administrativa do curso de Letras do Ifes.

Um professor orientador do estágio será o responsável pela orientação dos alunos estagiários, fornecendo-lhes todos os aportes teórico-metodológicos necessários para atuar eficazmente nas escolas em que se realizará o estágio. Caberá ao professor orientador as atribuições determinadas pelo Art. 18º da Resolução do Conselho Superior Nº 28/2014, de 27 de junho de 2014; dentre elas, aprovar o plano de estágio do aluno, encaminhar este à escola, fazer o acompanhamento e a avaliação do seu aproveitamento durante o estágio.

O programa de Estágio Supervisionado Curricular será desenvolvido por meio de atividades prático-pedagógicas, incluindo as atividades de pesquisa, planejamento, orientação, execução e avaliação de projetos, bem como a feitura de relatórios. Além das atividades de rotina na instituição de ensino, o estagiário poderá atuar em projetos pedagógicos existentes, sob a orientação e a avaliação do professor titular da instituição parceira.

O Estágio Supervisionado obrigatório terá a duração de 405 horas e será desenvolvido após o cumprimento de um conjunto de componentes curriculares pedagógicos planejados do 1º ao 5º período.

Os estagiários que já atuam na educação básica e/ou profissional como docentes da área poderão convalidar até 50% das horas de estágio, sujeitas à avaliação e aprovação pela Coordenação do Curso, conforme sugere a Resolução do Conselho Superior 28/2014, de 27 de junho de 2014, Capítulo V.

Os alunos que tiverem direito à redução de carga horária deverão comprovar a atividade docente regular, apresentando ao professor orientador do estágio, no início e no final de cada estágio, declaração carimbada com os seguintes dados: identificação do nível de ensino, cargo docente e respectiva disciplina e o tempo de serviço. A declaração, no final de cada etapa do estágio obrigatório, será anexada ao Relatório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O Estágio Supervisionado obrigatório do curso de licenciatura em Letras-Português organiza-se da seguinte forma:

Estágio Supervisionado I: Focado na segunda etapa do Ensino Fundamental, organiza-se em duas fases. Na fase I ocorrerá observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como preparatória para o planejamento norteador das ações do processo ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental, a serem executadas na fase II. Inicia-se com a participação na escola e em sala de aula, como observador crítico, desde o planejamento até a avaliação de uma etapa do processo. As reflexões dessa fase compõem o relatório final das atividades observadas.

A fase II é o momento construtivo da experiência, com ações práticas voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. Compreende atuação do estagiário em sala de aula, inicialmente como observador, depois como participante e auxiliar do docente das aulas de português e, por fim, como regente.

O estágio supervisionado I se conclui com uma discussão sobre a prática vivenciada pelos alunos e a elaboração de propostas de encaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). Cada estagiário deverá elaborar um relatório contendo o conteúdo/planejamento com descrição das atividades, resultados obtidos e apreciação crítica. Localiza-se no sexto período, com carga horária de 135 horas.

Estágio Supervisionado II – Focado no Ensino Médio, organiza-se em duas fases.

Na Fase I ocorrerá investigação, reflexão e problematização de práticas relacionadas à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como fase preparatória para o planejamento norteador das ações do processo ensino e aprendizagem no Ensino Médio, a serem executadas na fase II. Inicia-se com a participação do estagiário na escola e em sala de aula, como observador crítico, desde o planejamento até a avaliação de uma etapa do processo. As reflexões dessa fase compõem o relatório final das atividades observadas.

A Fase II é o momento construtivo da experiência, com ações práticas voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. Compreende atuação do estagiário em sala de aula, inicialmente como observador, depois como participante e auxiliar do docente das aulas de Língua e Literatura e, por fim, como regente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O estágio supervisionado II se conclui com uma discussão sobre a prática vivenciada pelos alunos e elaboração de propostas de encaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). Cada estagiário deverá elaborar um relatório contendo o conteúdo/planejamento com descrição das atividades, resultados obtidos e apreciação crítica. Localiza-se no sétimo período, com carga horária de 135 horas.

Estágio Supervisionado III - Fase final de execução e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola. Aprofundamento do processo de construção do conhecimento; discussão da prática vivenciada; avaliação; elaboração do relatório final do estágio.

Essa etapa se inicia com a reflexão sobre experiências dos estágios anteriores, compreendendo ações práticas voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. Nessa etapa deverá ser elaborado um projeto docente interdisciplinar envolvendo língua, redação e/ou literatura e outros componentes do currículo. Esse projeto poderá ser implementado em unidade escolar ou em espaços alternativos de educação, constituindo-se em mais uma experiência de atuação do estagiário como docente.

O aluno poderá optar por estagiar em uma modalidade de ensino diferente das vivenciadas nos estágios anteriores. O estágio supervisionado III se conclui com uma discussão sobre as práticas vivenciadas, que devem ser incluídas em relatório final contendo apreciação de todos os estágios, descrição do projeto, resultados obtidos e visão crítica sobre todo o processo. Localiza-se no oitavo período, com carga horária de 135 horas.

Os trabalhos realizados durante o estágio supervisionado poderão culminar no Trabalho de Conclusão do Curso, e, para isso, o estagiário contará também com um orientador.

O Estágio Supervisionado obrigatório poderá ser realizado em instituições de ensino público ou privado, reconhecidas oficialmente, mediante aprovação da Coordenação de Estágio do Ifes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6.4.4 Estágio Não Obrigatório

Considera-se estágio não obrigatório aquele que for desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (§2º, Art. 1, da Lei 11.788/2008). Trata-se de uma atividade complementar de natureza prático-pedagógica a ser desenvolvida com o acompanhamento efetivo de um professor do Ifes e de um profissional supervisor da parte concedente. A duração mínima do estágio não obrigatório, na mesma unidade concedente, é de um semestre e a máxima é de dois anos.

O estágio não obrigatório pode ser realizado a partir do **primeiro período** do curso, e deverá ser em áreas afins à programação curricular, somando uma jornada máxima de 30 horas semanais, conforme a Resolução CS 28/2014, de 27 de junho de 2014, Art. 13º. No caso particular de estágio em período de férias escolares, a jornada de estágio poderá ser estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a concedente do estágio, sempre com a interveniência do Ifes.

O estágio não obrigatório poderá ser convertido em ATPA, mediante solicitação por escrito do aluno à Coordenação do Curso, desde que atenda os parâmetros estabelecidos no regulamento aprovado para ATPA do curso de Letras.

Para efeito de contabilização da carga horária do estágio obrigatório, não serão consideradas as horas já cumpridas no estágio não obrigatório. Essas poderão ser acrescidas à carga horária regular do curso (conf. §2º, Art. 1, da Lei 11.788/2008), se não forem usadas como ATPA.

Para a realização do estágio não obrigatório o estudante deve estar matriculado e frequentando o curso regularmente. Também vale ressaltar que os estagiários com deficiência terão direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial, conforme Resolução CNE/CEB nº 01, de 21 de janeiro de 2004, bem como outras especificidades regulamentadas na Lei de Estágio.

6.5 Atividades teórico-práticas de aprofundamento (ATPAs)

As atividades de caráter teórico-prático de aprofundamento estão contempladas nas atividades complementares e serão desenvolvidas ao longo do curso, não se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

restringindo ao ambiente acadêmico. Tais atividades visam possibilitar aos alunos o desenvolvimento da responsabilidade pela própria formação, diversificando-a e enriquecendo-a com a vivência de situações reais inerentes à profissão e ao exercício da cidadania, adquirindo as competências relacionadas ao “saber”, “saber fazer”, “saber ser” e “saber conviver”. Será ofertado aos alunos um conjunto de atividades em forma de projetos de extensão para que escolham dentre elas, segundo seus próprios interesses e possibilidades, as que desejarem. Os alunos também têm a responsabilidade de buscar atividades científicas e culturais e divulgá-las entre os colegas como forma de ampliar as possibilidades de envolvimento nessas atividades.

Pretende-se que as atividades teórico-práticas de aprofundamento auxiliem principalmente no desenvolvimento do perfil de educador nos estudantes. Esse perfil deve ser caracterizado pela criatividade, iniciativa, perseverança, humanidade e capacidade de promover mudanças e se adequar a elas, bem como de estabelecer relacionamentos interpessoais construtivos.

As atividades teórico-práticas de aprofundamento, obrigatórias para todos os alunos, são curriculares. Por esse motivo, devem constar no histórico escolar do estudante. Elas devem ser realizadas fora dos programas das disciplinas previstas na matriz curricular do curso.

Além dos projetos de extensão, outras atividades teórico-práticas de aprofundamento são oferecidas aos estudantes:

- **Iniciação científica:** permite conduzir os estudantes de graduação à pesquisa científica. Trata-se da possibilidade de colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Nesse sentido, a iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e se constitui em um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, essa atividade pode ser definida como instrumento de formação.
- **Monitoria:** deverá ser incentivada como parte da formação do aluno em atividades didáticas, para acompanhamento e construção de experiências que garantam um maior equilíbrio entre teoria e prática.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- **Participação em eventos:** diz respeito à participação dos alunos em congressos, seminários, conferências, simpósios, colóquios e similares, na qualidade de ouvintes ou de apresentadores de trabalhos científicos.
- **Participação em sessões de defesa de trabalho acadêmico:** envolve a presença do aluno em defesas de trabalho de conclusão de curso, de monografias, de dissertações ou de teses.
- **Experiência profissional:** é o aproveitamento da experiência do aluno que já trabalha na área; ele deve apresentar ao Coordenador do Curso uma declaração, em papel timbrado da instituição, carimbada e assinada pelo responsável, especificando as atividades e a carga horária do trabalho.
- **Trabalho voluntário:** são atividades de auxílio, acompanhamento, organização e execução de atividades de caráter voluntário

É importante salientar as seguintes observações:

- Como quesito necessário à integralização do curso, o aluno deverá cumprir um mínimo de 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento. Assim, crie-se um mecanismo que incentiva o aluno a buscar um conjunto de atividades diferentes.
- A denominação das atividades teórico-práticas de aprofundamento realizadas pelo estudante deve constar do seu histórico escolar com o número de créditos atribuídos.
- A proposta de normatização das atividades teórico-práticas de aprofundamento deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso.
- Casos omissos serão definidos pelo Colegiado do Curso.

A tabela com os valores das atividades teórico-práticas de aprofundamento e seu regulamento está no ANEXO III.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

6.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de texto científico resultante de um projeto de pesquisa, é obrigatório e representa um momento em que o estudante demonstra as competências e habilidades desenvolvidas no curso em um projeto de maior porte. O texto, a contar da primeira página da introdução à última página das referências (excetuando-se, portanto, os elementos pré-textuais e eventuais apêndices e anexos), deverá observar o limite mínimo de 20 (vinte) e máximo de 50 (cinquenta) páginas, configuradas de acordo com as Normas para apresentação de Trabalhos Acadêmicos Científicos do Ifes.

Sob a orientação de um professor, o aluno começa a ter contato já no primeiro período com os mecanismos envolvidos na pesquisa acadêmica ao cursar a unidade curricular “Metodologia da Pesquisa”. Depois de seis períodos, no sétimo se inicia de fato o processo de pesquisa que culminará na elaboração do projeto de TCC, quando, também sob orientação de um professor, o aluno cursará a unidade curricular “Trabalho de Conclusão de Curso I (Projeto)”. Embora especificamente nesta etapa ocorra a formulação do problema e a determinação de tema e recorte crítico-teórico do trabalho, vale notar que esse movimento poderá se desenvolver em atividades de pesquisa e extensão constantes no currículo do curso, ou em outros momentos da formação do aluno junto à instituição, como projetos de Iniciação Científica (Piic) ou de Iniciação à Docência (Pibid). Para o oitavo período, a fim de acompanhar o trabalho a ser desenvolvido na unidade curricular “Trabalho de Conclusão de Curso II (Pesquisa)”, será designado um orientador para o aluno, de acordo com os interesses da pesquisa a ser realizada.

Atenta aos aspectos de uma Licenciatura em Letras-Português, a pesquisa deverá ser feita, individualmente, enfocando de maneira objetiva elementos do estudo da Língua Portuguesa, das Literaturas de Língua Portuguesa ou do Ensino de Língua Portuguesa e/ou de Literaturas de Língua Portuguesa. A critério da perspectiva adotada pelo projeto, esses elementos inerentes à área de Letras podem ainda ser coadunados à análise de questões histórico-sociais relacionadas ao objeto em estudo. Para isso, deve-se observar o diálogo com as unidades curriculares que podem colaborar para o desenvolvimento da pesquisa, desde as disciplinas teóricas até as experiências práticas, como as vivenciadas nos estágios curriculares obrigatórios, que podem ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

aproveitados para o desenvolvimento do projeto caso este esteja relacionado à prática pedagógica.

Sendo assim, o objetivo do Trabalho de Conclusão de Curso é consolidar os conteúdos vistos e/ou as práticas experienciadas ao longo do curso no desenvolvimento de um projeto de pesquisa individual, sob orientação de um professor da instituição. O desenvolvimento desse trabalho deve possibilitar ao aluno a integração entre teoria e prática e a verificação de sua capacidade de síntese das vivências do aprendizado durante o curso.

Como indicado, estão previstas na matriz curricular do curso estas três disciplinas: “Metodologia da Pesquisa”, “Trabalho de Conclusão de Curso I (Projeto)” e “Trabalho de Conclusão de Curso II (Pesquisa)”. A primeira vai oferecer os primeiros subsídios para a sistematização do projeto de pesquisa, a segunda refere-se ao momento de elaboração do projeto que será desenvolvido ao final do curso, e a última diz respeito ao período em que o aluno estará comprometido com o desenvolvimento de sua pesquisa e a apresentação dos resultados.

6.6.1 Projeto

Na prática, a montagem do projeto parte da reflexão acerca de um problema relacionado às áreas que envolvem a Licenciatura em Letras-Português, e seu desenvolvimento requer um estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de aprofundar reflexões e produzir conhecimento.

A pesquisa exige operacionalidade e método de trabalho. Sendo necessário:

- a) definição do tema, que deverá levar em conta critérios como atualidade e relevância, o conhecimento do pesquisador a respeito, sua preferência e aptidão pessoal para lidar com o assunto escolhido;
- b) revisão bibliográfica, ou seja, um levantamento da bibliografia já publicada sobre o assunto da pesquisa;
- c) justificativa, em que se exponham os motivos da pesquisa e contribuições pessoais e sociais que dela podem resultar;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- d) determinação dos objetivos, geral e específicos, que deverão nortear o projeto e, posteriormente, o Trabalho de Conclusão de Curso;
- e) metodologia, que deverá descrever os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa;
- f) redação do trabalho científico, que exige análise, síntese, reflexão e aplicação do que se leu e pesquisou (cria-se um texto com embasamento teórico resultante de leituras preliminares, expondo fatos, emitindo parecer pessoal, relacionando conceitos e ideias de diversos autores);
- g) apresentação do trabalho, a ser redigido segundo os “Princípios da Metodologia e Norma para apresentação de Trabalhos Acadêmicos Científicos do Ifes” visando à padronização, à estruturação do trabalho e à forma gráfica do texto;
- h) cronograma de execução do projeto de pesquisa, que deverá ser observado atentamente.

6.6.2 Apresentação e Divulgação do TCC

O orientador deverá definir, de acordo com o calendário acadêmico, a data para a apresentação oral do trabalho e sugerir a banca examinadora, que será composta pelo orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (presidente) e outros dois professores convidados. A apresentação deverá ser pública, com divulgação de, no mínimo, uma semana de antecedência da data a ser realizada. Cada aluno terá de 20 a 30 minutos para apresentação oral de seu trabalho.

Após a apresentação, o presidente da banca examinadora dará a palavra a cada um dos membros, que terá entre 15 e 20 minutos para fazer comentários e perguntas. Após cada arguição, o presidente dará a palavra ao autor para respostas. Então, a banca se reunirá em particular para decidir a aprovação ou não do trabalho e a nota a ser atribuída ao trabalho.

No caso de o Trabalho de Conclusão de Curso ser aprovado, mas, no entender da banca examinadora, carecer de modificações, essas deverão ser providenciadas pelo autor e revisadas pelo professor orientador, que será o responsável pela verificação do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

cumprimento das exigências. A versão final deverá ser entregue no prazo previsto no calendário.

O aluno só constará como aprovado na pauta de notas finais mediante a entrega de uma cópia encadernada e uma cópia em mídia digital da versão final do trabalho ao Colegiado do Curso.

Não podem existir restrições de propriedades, segredos ou quaisquer impedimentos ao amplo uso e divulgação dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Todas as publicações devem conter o nome do Ifes, do Curso e do(s) orientador(es) do projeto.

6.7 Iniciação Científica: pesquisa

No âmbito da graduação, as atividades de pesquisa – além de estarem integradas ao desenvolvimento das disciplinas regulares, tanto no plano do docente quanto no do discente – concentram-se nos projetos de Iniciação Científica, que têm por fito conduzir de maneira mais sistemática os graduandos ao domínio da pesquisa, uma vez que se entende esta como fundamental também para a formação continuada que se almeja após o fim da graduação. Sendo assim, trata-se da possibilidade de colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa, pois esta, junto ao Ensino e à Extensão, constitui, para os atores envolvidos no curso, um dos pilares do perfil do egresso.

De um modo geral, a Iniciação Científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e se revela um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, essa atividade pode ser definida como um instrumento de formação em que o aluno se engaja no desenvolvimento do projeto de pesquisa de um docente, ficando responsável por um plano de trabalho vinculado a este projeto, que tem duração mínima de um ano, podendo ser renovado sucessivamente. Anualmente, a Reitoria do Ifes abre, por meio de edital próprio, o período de submissão das propostas de projetos de Iniciação Científica; nesse período, o docente submete à avaliação cega de pares o texto de seu projeto de pesquisa (aprovado em sua coordenadoria de origem) e planos de trabalho a serem desenvolvidos por alunos pesquisadores, dentro de um limite pré-estabelecido



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

pelo edital e respeitando o cronograma de até doze meses – ao fim dos quais os resultados são apresentados em evento científico específico. O referido edital vincula-se ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que também recebe propostas de pesquisadores voluntários (Pivic), uma vez que o quantitativo de bolsas é limitado e distribuído segundo critérios de avaliação que envolvem, além da análise de projeto e plano de trabalho, a pontuação alcançada pelo currículo do orientador.

Desse modo, observa-se que, além de oportunizar um contato mais sistemático com o domínio da pesquisa científica, a Iniciação Científica oferece ao estudante da graduação a possibilidade de participar de eventos acadêmicos e se engajar em projetos que visam à construção de saberes que se põem em circulação do meio acadêmico à comunidade. Ressalta-se, ainda, que essa inserção do aluno no mundo da pesquisa constitui ponto de apoio de relevo para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso.

6.8 Extensão

A integração entre o ensino superior e a comunidade (ou conjunto de comunidades) que lhe serve de ambiente é fundamental para que se promova tanto uma contínua avaliação das diretrizes de ensino estabelecidas pelo Ifes quanto uma progressiva interferência deste em eventos que reflitam melhorias na qualidade de vida da comunidade.

No primeiro caso, existe o propósito de diagnosticar e incorporar as necessidades manifestas pela população à grade de atividades acadêmicas e ao universo de interesses epistemológicos e metodológicos que delinea a identidade do curso. No segundo, o de envolver-se mais diretamente com os diversos processos ligados à educação formal ou, de modo mais sutil, com uma série de intervenções voltadas para o aprimoramento de atitudes de formação, valorização e fortalecimento de identidades locais (formação e manutenção da memória coletiva e de valores identitários, culturais no sentido *lato* e artísticos no sentido *stricto*), de identidades profissionais (proposição de fóruns de debates e de aprimoramento técnico entre membros das classes profissionais relacionadas com as áreas de formação do curso) e de desenvolvimento cognitivo (habilidades relativas à manipulação de informação e à produção de sentido).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O curso de Letras do Ifes pretende, durante o ciclo inicial de sua implementação, estabelecer focos para ações estratégicas, a serem concretizadas na forma de projetos de extensão.

Entre os objetivos dos programas e cursos de extensão propostos pelo curso de Letras, destacam-se:

- firmar a Extensão Universitária – indispensável para a formação do aluno, para a qualificação do professor e para o intercâmbio com a sociedade – como procedimento acadêmico regular, definido e efetivado por meio do Ensino e da Pesquisa em função das exigências da realidade regional;
- assegurar uma relação bidirecional entre o curso de Letras e o conjunto de comunidades que lhe dá suporte;
- dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com a área de Educação, Comunicação Instrumental, Arte e Cultura, considerando os possíveis desdobramentos nas diversas áreas ligadas ao curso de Letras (Linguística Descritiva, Psicolinguística, sociolinguística, Teorias do Texto e da Literatura) e pelas Humanidades em geral (Antropologia, Sociologia, Psicologia, História, Geografia etc.);
- estimular a realização de atividades que impliquem relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais, de forma a permitir maior interação entre os diversos setores do Ifes;
- incentivar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da Educação, aí incluindo a Educação Continuada e a Distância;
- considerar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação da identidade nacional e de suas manifestações regionais;
- participar de programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes e parcerias;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão como um dos parâmetros de avaliação do próprio curso de Letras;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- buscar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso aos saberes mobilizados nas atividades da comunidade acadêmica.

Em atendimento ao Plano Nacional da Educação 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aponta como uma de suas estratégias “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (PNE, 2014, p. 74), o Curso de Licenciatura em Letras do Ifes – *Campus Vitória* prevê a oferta de projetos de extensão, nas modalidades presencial e a distância, que permitam ao aluno cumprir esses créditos na forma de atividades teórico-práticas de aprofundamento. Os alunos do Curso de Licenciatura em Letras do *Campus Vitória*, modalidade presencial, poderão também participar de projetos a serem ofertados pelo Curso de Licenciatura em Letras a Distância, detalhados no Anexo II, que poderão ser aproveitados também como carga horária de Atividades teórico-práticas de aprofundamento.

Outros projetos e atividades específicas constarão do cronograma oficial de atividades do curso, respeitando o processo de formação estabelecido nas diretrizes epistemológicas e materializado pela grade curricular. Dessa forma, a dinâmica de implantação desses projetos será mediada pelo desenvolver dos diversos ramos de atividade acadêmica (progressiva oferta de disciplinas, formação de grupos de estudo e pesquisa, criação de programas de estágio, organização da representação estudantil etc.), distribuindo-se as várias iniciativas ao longo do curso.

Alguns programas e cursos de extensão que podem ser implementados ao longo do curso:

- *Fórum de reflexão*
Objetivo: promover consórcio entre entidades públicas e privadas, cujo interesse gire em torno da atividade do magistério de língua materna.
- *Programa de publicações*
Objetivo: divulgar conhecimentos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O curso de Letras do Ifes entende que o conhecimento só se torna efetivo na medida em que circula nos ambientes que dele necessitam e que, para isso, é fundamental criar espaços formais de distribuição do conhecimento acumulado. Os resultados das pesquisas realizadas sob sua tutela e os produtos constituídos em projetos de extensão serão publicados em revista acadêmica, sítios digitais e outras mídias.

O Instituto Federal do Espírito Santo tem dedicado especial atenção às modalidades de incentivo à produção e à difusão de conteúdos produzidos por servidores e alunos, principalmente por meio de editais internos aos *campi*, tanto em suas diretorias quanto em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Extensão, e da Editora do Ifes (Edifes), que tem se tornado um importante canal de editoração e distribuição de livros. Além disso, a instituição também conta com o Programa Institucional de Difusão Científica (Prodif), que disponibiliza recursos para o pagamento de publicações em periódicos qualificados, versão e revisão de artigos para o inglês e apoio à participação em eventos para apresentação de trabalho.

- *Oficina de leitura e redação técnica*

Objetivo: desenvolver habilidades específicas de leitura e redação de textos próprios do universo acadêmico.

Programa: emprego adequado da pontuação, uso de elementos de coesão, flexão verbal, concordância nominal e verbal, sintaxe de regência e de colocação, dentre outros conteúdos gramaticais, que serão trabalhados por meio da análise e da produção de textos. Assim, a gramática será trabalhada subsidiariamente à leitura e à redação.

Público alvo: alunos e funcionários do Ifes, membros da comunidade local.

- *Oficina de leitura e redação criativa*

Objetivo: desenvolver habilidades e sensibilidades relativas à produção e fruição de objetos estéticos literários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- *Oficina de iniciação ao teatro*

Objetivo: desenvolver habilidades e sensibilidades relativas à produção e fruição de objetos estéticos baseados na representação teatral.

- *Oficina de iniciação musical*

Objetivo: ampliar o horizonte cultural e artístico dos educandos.

- *Oficina de técnicas vocais*

Objetivo: Preparar alunos e professores para a impostação adequada da voz no exercício do magistério.

- *Oficina de contadores de história, resgate da memória e do folclore*

Objetivos: promover a recuperação de práticas sociais e artísticas fundamentadas na expressão oral; estimular iniciativas de resgate da memória comunitária pela via da história oral e documental; incentivar ações de apropriação de elementos do folclore nacional e local.

- *Cursos de línguas instrumentais*

Objetivo: propiciar à comunidade local o acesso à compreensão e expressão no universo das culturas que interagem com a cultura nacional.

Portanto, o curso de Letras do Ifes pretende desenvolver programas de extensão, linhas de pesquisa e atividades de ensino de tal forma que os três itens se definam mútua e continuamente.

Com os resultados desse trabalho, será possível estabelecer parâmetros para o desenvolvimento de pesquisas de interesse regional e para o redimensionamento de diversos elementos curriculares presentes nas disciplinas do curso, pois o fazer regular de pesquisa poderá estabelecer um processo de incorporação de exigências da comunidade às preocupações do curso. Ao mesmo tempo, será necessário desenvolver recursos capazes de interferir, direta e indiretamente, na rede de relações de produção econômica e cultural e de circulação social. Pela implantação de programas de extensão, a comunidade acadêmica poderá interagir diretamente com a comunidade externa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

7 AVALIAÇÃO

7.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do desenvolvimento do Projeto Pedagógico se dará em relação a: cumprimento de seus objetivos, perfil do egresso, estrutura e flexibilização curricular, atividades acadêmico-científico-culturais, pertinência do curso no contexto regional e corpo docente e discente.

7.2 Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem

Respeitando a premissa de que o homem constitui-se por meio de interações sociais, num processo dialético que ultrapassa em muito um mero somatório entre fatores inatos e adquiridos, e também as premissas explicitadas pelo conceito de “zona de desenvolvimento proximal” elaborado por Vigotsky (1987), não é difícil compreender a aprendizagem como uma realização individual, mediada por um determinado ambiente. Estabelecer esse cenário como pano de fundo para a formulação de estratégias de avaliação exige uma análise das práticas vigentes e, em algumas situações, a reformulação das estratégias a serem empregadas.

Os sistemas de avaliação mais tradicionais, quando recorrem a testes, provas, trabalhos, entre outros instrumentos, costumam tabular apenas os dados que permitam uma análise do desenvolvimento real de cada aluno, um expediente que fornece uma percepção demasiado parcial do processo de desenvolvimento de cada sujeito. Essa abordagem, ao considerar apenas as conquistas já realizadas, tende a concentrar-se apenas no passado, constituindo-se, portanto, como uma avaliação retrospectiva. O fato de o aluno estar em pleno processo de formação demanda, obviamente, o estabelecimento de diagnósticos nos quais se reconheça o momento presente de cada aluno como um elemento decisivo para que se possa “preparar terreno” para novas conquistas, o que se constitui numa avaliação de caráter prospectivo. A avaliação apresenta-se, assim, como uma ferramenta que, ao expressar os níveis de desenvolvimento dos alunos, fornece uma visão razoável sobre a qualidade da aprendizagem: valores, habilidades, hábitos e conhecimentos conscientemente internalizados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

A lógica de prospecção de potencialidades dos alunos do curso de Letras tem, é claro, o contraponto da responsabilidade relativa à exigência de formação técnica e humanística, elemento fundamental para a atividade profissional desenvolvida no campo da linguagem (o que não constitui, de forma alguma, uma potência antagônica ou conflito de interesses, tratando-se, antes, de estratégias complementares). A Portaria Ministerial nº 280, de 30/01/2002, que descreve os objetivos e itens a serem avaliados no Exame Nacional de Cursos de Letras, por exemplo, propõe a integração de “um processo continuado de avaliação da formação profissional do graduado em Letras”, implementado de forma a “avaliar a formação do bacharel e do licenciado em Letras com base nos conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos durante a graduação e necessários ao exercício profissional”. Obter a habilitação de licenciado em Letras–Português fica, portanto, condicionada ao desenvolvimento de habilidades e competências para, entre outras:

- ler, analisar e produzir textos em diferentes linguagens e traduzir umas em outras;
- descrever e justificar as características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua portuguesa, em diferentes contextos;
- ler e analisar criticamente textos literários e identificar relações de intertextualidade entre obras da literatura em língua portuguesa e da literatura universal;
- estabelecer e discutir as relações dos textos literários com outros tipos de discurso e com os contextos em que se inserem;
- relacionar o texto literário com os problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
- interpretar textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e explicitar os processos ou argumentos utilizados para justificar tal interpretação;
- compreender, à luz de diferentes teorias, os fatos linguísticos e literários e conduzir investigações sobre linguagem e sobre problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de línguas;
- compreender e aplicar diferentes teorias e métodos de ensino que permitam a transposição didática dos conhecimentos sobre língua e literatura para a educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

básica.

Quanto aos procedimentos de avaliação, o curso de Letras do Ifes *Campus* Vitória reafirma sua crença no fato de que não há valores imanentes aos instrumentos disponíveis. O valor de uma avaliação é construído pelo sentido que se forma em torno do ato de avaliar, dependendo então fundamentalmente da mentalidade que subjaz à prática de cada profissional docente (e isso leva mais uma vez à questão da necessidade de se elaborar e reelaborar incessantemente a percepção que o corpo docente, o corpo técnico-administrativo e o corpo discente fazem circular, no que tange à concepção e à prática da avaliação). Assim, o curso de licenciatura em Letras do Ifes entende que a adoção de uma ou outra estratégia com fins avaliativos depende, em rigor, do atendimento a três critérios, em conjunto ou intercalando-se uma das duas primeiras com a terceira:

- intenção prospectiva: a situação de avaliação permite estabelecer como objetivo demandas remanescentes e potencialidades do aluno?
- Intenção retrospectiva: a situação de avaliação permite estabelecer como objetivo a aproximação em relação à constituição do perfil profissional pretendido pelo curso de licenciatura em Letras do Ifes?
- Adequação metodológica: o instrumento permite coletar os dados necessários para a avaliação pretendida?

Nesse sentido, de acordo com o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Superiores do Sistema Ifes – ROD, a avaliação será realizada de forma processual, envolvendo alunos e professores. Compreenderá a avaliação de aproveitamento em todos os componentes curriculares e se efetivará por meio de, no mínimo, três instrumentos documentados por período, e será vista como parte integrante do processo de formação, com funções diagnóstica, formativa e somativa.

De acordo com Haydt (1997), a função diagnóstica da avaliação identifica as dificuldades de aprendizagem; a formativa determina o alcance dos objetivos propostos; e a somativa tem a função principal de promover o aluno.

No entender de Luckesi (1999, p.43), “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”. Na página 44,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

coloca o autor “a avaliação deverá verificar a aprendizagem não só a partir dos **mínimos possíveis**, mas a partir dos **mínimos necessários**.”

Quanto às estratégias propriamente ditas, sua arquitetura obedecerá, *grosso modo*, a um procedimento de Avaliação Formativa. Considerando a descrição feita no texto “Avaliação formativa: algumas notas” (do qual se faz aqui uma espécie de súmula), pode-se entender como avaliação formativa aquela em que “os processos de formação se vão adequando às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às diferenças individuais”, incidindo “preferencialmente sobre os processos desenvolvidos pelos alunos face às tarefas propostas”, mas considerando também os resultados da aprendizagem.

É preciso compreender, aqui, que o teor formativo somente se constitui a partir da compreensão, por parte do aluno, das “diferentes dimensões” desse processo e da abertura de possibilidades de regulação da aprendizagem, o que supõe, portanto, “a escuta dos pares e o confronto de pareceres facilitadores da autoavaliação e do autocontrole”.

A avaliação formativa ocorre quando, após pequenos períodos de aprendizagem, analisam-se os seus produtos e procede-se, caso seja necessário, a uma reorientação do trabalho. Além disso, depois de um período mais longo, a avaliação formativa “permite fazer um balanço das aprendizagens, rumo à reorganização de atividades conforme as diferentes necessidades dos alunos”, o que torna evidente a concepção de aprendizagem não como “armazenamento de noções e processos”, mas como uma espécie de “movimento em espiral”. A avaliação formativa cumpre, então, uma função de regulação, “facilitando a construção de itinerários pessoais de formação”, introduzindo os alunos nos mecanismos da aprendizagem e da construção do saber e nas regras da convivência democrática, constituindo um circuito de “meta-aprendizagem”.

A composição procedimental da avaliação formativa será definida após a identificação dos seguintes indicadores e critérios de “exigência” (níveis de aprendizagem):

- Competências Cognitivas. Modalidades Estruturais da inteligência. Operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- Habilidades Instrumentais. Referem-se especificamente ao plano do "saber fazer" e decorrem diretamente do nível estrutural das competências adquiridas, que se transformam em habilidades. As competências podem ser categorizadas em três níveis distintos de ações e de operações mentais, que se diferenciam pela qualidade das relações que se estabelecem entre o sujeito e o objeto do conhecimento.
- Nível Básico, em que estão as ações que tornam presente o objeto do conhecimento para o sujeito. São realizadas, principalmente, pelas seguintes atividades:

identificar	Indicar	localizar
descrever	discriminar	apontar
constatar	nomear	ler
observar	perceber	posicionar
reconhecer	transformar	e suas correlatas

- Nível Operacional, em que estão as ações e operações que pressupõem o estabelecimento de relações com e entre os objetos. Isso significa que na estrutura da inteligência já se desenvolveram os procedimentos necessários para realizar as seguintes atividades:

associar	classificar	comparar
conservar	compreender	compor
decompor	diferenciar	estabelecer
estimar	incluir	interpretar
justificar	medir	modificar
ordenar	organizar	quantificar
relacionar	representar	transformar e correlatas

- Nível Global (operatório), referente às ações e operações mais complexas que envolvem aplicação de conhecimentos e resolução de problemas inéditos. São realizadas pelas seguintes atividades:

analisar	antecipar	avaliar
aplicar	abstrair	construir
criticar	concluir	supor
deduzir	explicar	generalizar
inferir	julgar	prognosticar
resolver	solucionar	e correlatas

- Descritores de Desempenho. A construção de matrizes constitui-se no universo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

possível de cruzamentos entre conteúdos e competências, referidos aos diferentes níveis e aos diferentes ciclos de avaliação. O que determina a maior ou menor porcentagem de competência em cada nível e em cada ciclo é a capacidade operatória do aluno, caracterizada pelo desenvolvimento de suas estruturas de inteligência.

Quanto aos procedimentos propriamente ditos, a orientação é proceder ao emprego de um sistema de avaliação integrada (resguardando-se, obviamente, as especificidades das diversas disciplinas e as singularidades de cada situação de avaliação) pelos seguintes instrumentos:

- roteiros de observação (individual e grupal);
- avaliações individuais (testes, estudos dirigidos, exposições orais e dissertações escritas);
- avaliações grupais (testes, estudos dirigidos, debates e seminários);
- recuperações;
- registros de desempenho.

Pelo exposto, a avaliação no Curso de Licenciatura em Letras-Português do Ifes deverá apontar para as seguintes finalidades:

- diagnosticar as etapas em que os alunos estão em determinado conteúdo para que sejam tomadas medidas para recuperação de conceitos e estímulo a novas estruturas;
- propiciar a reflexão do processo ensino-aprendizagem pelos atores envolvidos;
- integrar conhecimentos por ser, também, um recurso de ensino-aprendizagem;
- comprovar a capacidade profissional nas formas individual e coletiva;
- demonstrar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos;
- possibilitar a reflexão do indivíduo, do grupo, dos professores, dos alunos e da instituição sobre como está se desenrolando o proposto para a formação do licenciado em Letras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

7.3 Avaliação do Curso

O curso de Licenciatura em Letras-Português será avaliado em todo o percurso de sua execução, obedecidas as diretrizes nacionais para a avaliação de cursos de nível superior, as diretrizes curriculares dos cursos de Licenciatura e a proposta de avaliação Institucional do Ifes.

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação desses dois elementos permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se aqui a avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes.

Adotará uma metodologia participativa, conforme orientação da avaliação Institucional. Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

As dimensões a serem avaliadas são:

- a execução e aplicabilidade do plano do curso e a definição de propostas de redirecionamento;
- a produção acadêmica, visando a possíveis mudanças, atualizações e adequações;
- a relação do curso com a comunidade, por meio da avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade;
- os recursos humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente;
- o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- a infraestrutura física e tecnológica - sua adequação para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento;
- a adequação do projeto do curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional;
- as formas de atendimento ao corpo discente e integração deste com a vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no Ifes para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade.

7.4 Plano de Avaliação Institucional

A avaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do Ifes, ocorrerá com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Nesse processo serão considerados o ambiente externo - partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a organização - e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda. O resultado da avaliação da Instituição balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo.

As orientações e instrumentos propostos nesta avaliação institucional apoiam-se na Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 20.12.96, nas Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pelo Ifes, no Decreto 3.860 e na Lei 10.861, que institui o Sistema de Avaliação.

Essa avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que o Ifes oferece para a sociedade. Confirma também a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

Essa proposta inicia-se com um breve histórico da Instituição; em seguida, define os objetivos principais da avaliação; explicita os mecanismos de integração entre os diversos instrumentos de avaliação; apresenta os procedimentos metodológicos que serão utilizados com a definição das etapas do processo; aponta as tarefas distribuindo-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

as entre os setores responsáveis que participarão do trabalho; propõe uma política de utilização dos resultados da avaliação na definição dos rumos da instituição e encerra-se com a apresentação de um cronograma de trabalho que contempla as ações definidas e os recursos necessários para a execução destas.

7.5 Objetivos da Avaliação

São objetivos da avaliação:

- promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- planejar e redirecionar as ações do Ifes com base na avaliação institucional;
- garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- consolidar o compromisso social, científico e cultural do Ifes.

7.6 Mecanismos de Integração da Avaliação

A proposta de avaliação do Sinaes prevê a articulação entre a avaliação do Ifes (interna e externa), a avaliação dos cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do Ifes, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas, o que garantirá um melhor entendimento da realidade institucional.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos ocorrerá pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

7.7 Diretrizes Metodológicas e Operacionais

Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9394/96 e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Superior; seria paradoxal estabelecer critérios e normas rígidas para a avaliação, cujo processo não se encerra em si mesmo.

O processo de autoavaliação deve contar com a participação de uma Comissão designada para planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo; com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica; com o apoio da alta gestão do Ifes e com a disponibilização de informações e dados confiáveis.

Como um processo democrático que se constrói ao longo do seu desenvolvimento, está sujeito a tantas variáveis quanto o número de agentes envolvidos. Por essa razão, ficará para um segundo momento estabelecer os métodos e ações a serem adotados para identificação e saneamento das deficiências.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes.

A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda a comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada ano. Para tal foi designada, pelo órgão diretivo competente da Instituição, uma Comissão Própria de Avaliação, composta por representantes da comunidade externa, do corpo técnico-administrativo, discente e docente.

Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta. As técnicas utilizadas poderão ser seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outras. Para problemas complexos poderão ser adotados métodos que preservem a identidade dos participantes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

8 ATENDIMENTO AO DISCENTE

O atendimento aos discentes do curso de Licenciatura em Letras-Português do campus Vitória tem como base a Legislação Nacional vigente. De acordo com o art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino deverá ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Com isso, faz-se necessário construir a assistência estudantil como espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social.

O Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010) tem como finalidade criar mecanismos que atendam ao que diz a LDB, ampliando assim, as condições de permanência dos estudantes da Educação Superior.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), aprovada pela Resolução nº 19/2011, de 09 de maio de 2011, do Conselho Superior (IFES, 2011b).

Visando ao cumprimento da Lei nº13.146, de 13 de julho de 2015, e do Decreto nº 7.611/2011, foi implantando em 2014 o Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas – Napne. O órgão tem como finalidade o desenvolvimento de ações que contribuam para a inclusão e atendimento às pessoas com necessidades específicas, viabilizando as condições de acesso e permanência destas, com o auxílio de profissionais da área de saúde e suporte educacional – médicas, psicólogas, assistentes sociais, pedagogas (os).

Assim, os estudantes do curso de Licenciatura em Letras-Português, do campus Vitória, contarão com os programas presentes na referida Política, visando, dentre outros princípios, garantir a equidade de condições no processo de formação acadêmica. Os programas são divididos em dois grupos: Programas Universais e Programas Específicos, que serão detalhados a seguir.

- Programas Universais - objetivam favorecer o desenvolvimento integral do sujeito;
- Incentivo a atividades culturais e lazer – contribuir para a formação física e intelectual dos discentes, na perspectiva de formação cidadã;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- Apoio à Pessoa com Necessidades Educativas Específicas – contribuir para a implantação de uma cultura inclusiva na educação, através do Napne – Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Específicas do *campus*, cujo detalhamento das ações está descrito no item 2.12 deste projeto de curso;
- Ações educativas/Formação para a Cidadania – promover a discussão de temas transversais ao currículo do curso, ampliando o universo conceitual dos discentes;
- Atenção Biopsicossocial – neste programa estão incluídas as ações de acompanhamento psicológico, orientação e acompanhamento social, aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva – quando comprovada a necessidade deles para garantir o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas, atendimento ambulatorial, primeiros socorros, campanhas educativas e preventivas, entre outras ações, planejadas a partir da necessidade percebida no campus;
- Programas Específicos - objetivam o atendimento aos discentes em vulnerabilidade social.

Atenção Primária – determinantes para a permanência na Instituição, concedidos a partir da avaliação da situação socioeconômica de cada discente, conforme normas estabelecidas em Edital próprio:

- Auxílio transporte – contribuir com o transporte do estudante da residência ao *campus* e vice-versa;
- Auxílio Alimentação – contribuir para a permanência dos alunos no campus, seja para complementação dos estudos ou para as aulas;

Auxílio Didático – facilitar a aquisição de cópias, impressões, instrumentos específicos ao curso, entre outros que sejam imprescindíveis à formação do discente;

- Auxílio Moradia – na ausência de “alojamento estudantil”, este programa pode contribuir para os gastos com aluguel dos estudantes que residem em outra localidade;
- Auxílio Financeiro – tem por objetivo atender aos discentes que, mesmo com os programas descritos anteriormente, ainda não tiverem suas necessidades contempladas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Atenção Secundária – visam a contribuir para a formação acadêmica, mas não interferem na permanência do estudante na Instituição:

- Auxílio Monitoria – contribuir para o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, atendendo tanto aos alunos com bom desempenho acadêmico, quanto aos alunos que necessitam de maior apoio nas atividades acadêmicas.

É importante destacar que para a concessão dos benefícios listados, o *campus* fará, anualmente, uma avaliação das necessidades e do orçamento disponibilizado para a Assistência Estudantil, de modo a garantir a permanência e a possibilidade de avanço nos estudos daqueles que apresentarem vulnerabilidade social ou dificuldades em seu processo de aprendizagem.

Além das ações descritas na Política, o discente ainda contará com o atendimento extraclasse, conforme Código de Ética e Disciplina Discente, em horários agendados pelos docentes das disciplinas e com o apoio pedagógico, sempre presente do início ao fim do curso (IFES, 2011c).

Para prestar o melhor atendimento possível aos discentes, o campus conta com os serviços de Psicologia, Enfermagem e Serviço Social, com a Equipe multidisciplinar do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne e com a Coordenadoria de Gestão Pedagógica, que fará o acompanhamento pedagógico e educacional com os docentes e discentes, objetivando assegurar a permanência e o sucesso dos estudantes em todas as etapas do curso.

8.1 Acesso de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Os Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2010, p. 9) prescrevem que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, e avançam em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Em respeito aos direitos da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, e com base, principalmente, nos Art. 24, 25 do Decreto nº 5.296/2004, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e em atendimento a esses critérios, os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ambientes do *campus* Vitória estão em favor da acessibilidade. Como exemplos destas adaptações, podemos citar, o elevador, as rampas de acesso a todos os níveis que não sejam térreos; os banheiros adaptados e que possuem instalações específicas; as portas das salas de aula possuem vidros nas portas; desníveis entre calçadas foram evitadas, os estacionamentos possuem vagas reservadas, próximos aos principais acessos e nas imediações das salas de aula e prédio administrativo (BRASIL, 2004).

O Instituto Federal do Espírito Santo também tem uma equipe constituída que está responsável pelo projeto de implementação da sinalização tátil, visual e sonora em todos os *campi* para o atendimento que a legislação estabelece.

O *campus* Vitória conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, que tem como finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito. Para o Núcleo as pessoas com necessidades específicas são entendidas como aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Contudo, quando falamos de acessibilidade não podemos restringir o termo apenas à questão arquitetônica; é imprescindível elucidar que existem outros tipos de barreiras concernentes à acessibilidade, tais como: acessibilidade atitudinal, que requer uma mudança na cultura de nossa sociedade por meio de programas e práticas de sensibilização das pessoas e da convivência na diversidade humana; acessibilidade comunicacional, que significa não ter barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual; acessibilidade metodológica, com métodos e técnicas de estudo adaptados; acessibilidade instrumental, entendida como não haver barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, nas atividades da vida diária, de lazer, esporte e recreação; e a acessibilidade programática, que significa não ter barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, em regulamentos e normas em geral.

8.2 Ações afirmativas e atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi)

O campus Vitória instituiu através da Portaria Nº 847-GDG, de 02 de dezembro de 2016, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi). O núcleo é responsável por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

organizar no ambiente escolar e promover as abordagens relacionadas aos estudos afro-brasileiros e indígenas. Tais ações perpassam na organização de eventos, como o Seminário de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em Educação e o Seminário Estadual sobre Racismo Institucional. Todas essas ações atendem ao Parecer do CNE/CP nº.03/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

9 GESTÃO DO CURSO

9.1 Colegiado de Curso

A constituição do Colegiado, suas atribuições e as dos coordenadores encontram-se detalhadas abaixo, conforme normatização expressa pela Câmara de Graduação.

I. O Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras-Português é composto pelos seguintes membros natos:

➤ Membros natos:

- coordenador do curso;
- coordenador de estágios;
- coordenador pedagógico.

- Membros representantes:
 - 2 (dois) docentes representantes de outras coordenadorias que atuem no Curso de Licenciatura em Letras-Português;
 - 2 (dois) docentes representantes da coordenadoria de Códigos e Linguagens, responsáveis pelo Curso de Licenciatura em Letras-Português, designados pela respectiva Coordenadoria;
 - 2 (dois) representantes discentes, regularmente matriculados no Curso de Licenciatura em Letras-Português, eleitos entre seus pares por meio de escrutínio direto e secreto.
 - Os representantes mencionados terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas faltas, impedimentos ou vacância.

II. O Colegiado de Curso é o órgão responsável pela administração do Curso de Licenciatura em Letras-Português, sendo suas atribuições:

- designar a comissão responsável pela eleição do Coordenador do Curso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- escolher o Coordenador de Estágios e o Coordenador Pedagógico;
- estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- elaborar o seu regimento interno;
- elaborar, analisar e avaliar o projeto do curso e suas alterações;
- analisar e aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações, quando necessárias;
- fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical do curso, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- fixar o turno de funcionamento do curso;
- estabelecer normas quanto à matrícula e integralização do curso, respeitando o estabelecido pelos órgãos do Ifes hierarquicamente superiores;
- deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões dos Coordenadores de Curso, de Estágios e Pedagógico;
- exercer as demais atribuições conferidas por dispositivos legais aplicáveis.
- propor às Coordenadorias que ofertam disciplinas ao Curso de Licenciatura em Letras-Português mudanças na sua filosofia, nos seus objetivos e na sua orientação pedagógica;
- definir o número de vagas a serem ofertadas para o ingresso no Curso;
- propor a criação e/ou a extinção de disciplinas ligadas ao Curso, bem como alteração de cargas horárias e de programas, respeitado a legislação vigente;
- elaborar a lista de pré-oferta semestral de disciplinas, submetendo-as às coordenadorias envolvidas;
- propor medidas para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- aprovar o plano geral de monitorias, nas diversas disciplinas do curso, ouvido o Coordenador Pedagógico;
- decidir sobre pedidos referentes à matrícula, trancamento de matrícula no curso, cancelamento de matrícula em disciplinas, permanência, complementação pedagógica, exercícios domiciliares, expedição e dispensa de transferência e colação de grau;
- examinar, decidindo em primeira instância, as questões acadêmicas suscitadas pelos corpos discente e docente, cabendo recurso da decisão à Subcâmara de Ensino Superior.

III. O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso ou, em sua ausência, respectivamente pelo Coordenador Pedagógico e pelo Coordenador de Estágios.

- Em caso de ausência do Coordenador de Estágios, a reunião será presidida por um membro do Colegiado indicado para a ocasião.

IV. O Colegiado de Curso reunir-se-á:

- ordinariamente, com periodicidade semestral;
- extraordinariamente, por convocação do Coordenador de Curso ou por requerimento dos demais Coordenadores ou por 1/3 (um terço) de seus membros.
- No caso de reuniões extraordinárias, a convocação deverá ser expedida com o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
- No caso de requerimento pelos Coordenadores ou por 1/3 (um terço) dos membros, a convocação deverá se tornar efetiva em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da solicitação. Findo esse prazo, é lícito ao requerente tomar as providências cabíveis para convocação da reunião.

V. O Coordenador do Curso é eleito pelos professores e alunos do curso e nomeado pelo Diretor Geral para um mandato de dois anos.

- a) A eleição do Coordenador de Curso será direta, com votação secreta e em um único turno, observadas disposições específicas aplicáveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

b) O Colegiado do Curso nomeará uma comissão para elaborar o Regimento Eleitoral a ser por ele homologado e, a cada eleição, indicará uma comissão para coordenar o processo eletivo.

c) Poderão votar:

a) os docentes do curso em efetivo exercício, excluindo-se os licenciados integral ou parcialmente;

b) os discentes regularmente matriculados no curso.

- O peso eleitoral dos votos por categoria corresponde a setenta por cento para os docentes e trinta por cento para os discentes, não sendo permitido mais de um voto por pessoa, nem o voto por procuração.
- Poderá candidatar-se a Coordenador qualquer professor do curso integrante do quadro efetivo do Ifes.
- O resultado da eleição estará sujeito à homologação pelo Conselho Diretor.
- O Coordenador poderá ser destituído do mandato nos casos previstos em Lei e, especialmente, se praticar atos que atentem contra a instituição ou que firam o decoro exigido para o exercício de suas funções.
- No caso de vacância do cargo de Coordenador de Curso, decretada em sessão do Conselho Diretor, seja por falecimento, renúncia, objeção ou destituição, a função será exercida por um coordenador interino, escolhido pelo Diretor da Unidade de Ensino, devendo o Coordenador interino, juntamente com o Colegiado do Curso, promover nova eleição no prazo máximo de sessenta dias.
- O Coordenador de Curso é substituído, na sua ausência ou impedimento, respectivamente pelo Coordenador Pedagógico e pelo Coordenador de Estágios.

VI. São atribuições do Coordenador de Curso:

- administrar e representar o curso na Unidade de Ensino;
- convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso na Unidade de Ensino;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- submeter, na época devida, à consideração dos professores e conforme instruções dos órgãos superiores, o plano de atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo;
- supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como verificar o cumprimento da frequência dos docentes nas atividades relacionadas ao curso, comunicando ao Diretor da Unidade de Ensino os resultados da verificação;
- zelar pela ordem, nas atividades do curso, adotando medidas necessárias e fazendo representações ao Diretor da Unidade de Ensino, quando for o caso;
- cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos e autoridades a que estiver subordinado;
- propor a admissão de pessoal docente e de apoio, observadas as disposições estatutárias e regimentais pertinentes;
- praticar todos os demais atos de sua competência, previstos no Regimento ou por delegação dos órgãos superiores;
- organizar seu plano geral de trabalho e submetê-lo ao Colegiado do Curso;
- apreciar os programas das disciplinas do curso e emitir parecer;
- adotar providências para o constante aperfeiçoamento do curso;
- coordenar as atividades do pessoal docente, visando à unidade e à eficiência no ensino, na pesquisa e na extensão;
- acompanhar a execução dos planos gerais de trabalho;
- opinar sobre admissão, promoção e afastamento de pessoal docente;
- representar o Colegiado junto aos órgãos do Ifes;
- designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado;
- decidir, ad referendum, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- promover a integração com as demais coordenadorias;
- superintender as atividades da secretaria do Colegiado do Curso;
- outras, a critério do Colegiado do Curso.

VII. São atribuições do Coordenador de Estágios:

- acompanhar a execução dos planos de estágio supervisionado;
- promover a integração acadêmica entre o Ifes e a comunidade, atuando conjuntamente com a Coordenadoria de Integração Escola-Empresa (CIE-E);
- supervisionar o atendimento às diretrizes de estágio do curso de Licenciatura em Letras- Português;
- assegurar a operacionalização dos planos de estágio e avaliar a dinâmica pedagógica dos mesmos, em parceria com o coletivo de professores e com a CIE-E;
- divulgar o estágio supervisionado e suas diretrizes aos alunos;
- discutir com os alunos e professores do curso a importância do estágio na formação profissional;
- assegurar o cumprimento das exigências legais educativas ligadas ao estágio;
- promover, junto aos professores-orientadores do estágio, estudos e debates sobre o estágio supervisionado, para decidir sobre a organização do processo didático-pedagógico;
- articular e negociar com Instituições, em colaboração com a CIE-E, a viabilização de espaços para atuação dos estagiários e, nesse sentido, facilitar a celebração de convênios e garantir o cumprimento de seus termos;
- realizar o levantamento das instituições em que os estudantes poderão estagiar;
- oficiar às unidades educacionais, consultando-as sobre o interesse em receber estagiários;
- examinar as indicações dos estagiários para novos campos de estágio;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- responsabilizar-se pelo encaminhamento do termo de compromisso ao professor orientador, com as respectivas indicações de instituições escolares potenciais para o estágio;
- discutir e propor alternativas didático-pedagógicas para fortalecer o espírito de pesquisa e a busca de novas ideias para a dinâmica do Estágio;
- manter organizado e atualizado o cadastro dos estagiários e o arquivo de dados referentes ao estágio.
- outras, a critério do Colegiado do Curso.

VIII. São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- elaborar os horários de aula, ouvidas as coordenadorias envolvidas;
- verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concludentes;
- analisar os pedidos de transferência e retorno;
- orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do curso;
- examinar os programas e as cargas horárias das disciplinas do curso, analisando sua adequação, cuidando da sua constante atualização, bem como da sua obediência às disposições legais e regulamentares;
- apreciar os programas das disciplinas do curso e emitir parecer;
- adotar providências para o constante aperfeiçoamento do curso;
- pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos de alunos transferidos e diplomados;
- assegurar a implementação dos princípios pedagógicos e concepção que norteiam o projeto do Curso de Licenciatura em Letras-Português do Ifes, por meio de assessoria pedagógica aos professores;
- promover pesquisas e análise educacional que viabilizem a percepção da realidade educativa como forma de redirecionar o trabalho docente;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

- contribuir com o desenvolvimento profissional dos professores por meio da promoção de momentos de reflexão sobre a prática educativa;
- contribuir com a organização da avaliação do curso;
- outras, a critério do Colegiado do Curso.

9.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto pelo coordenador do curso, como presidente, e quatro docentes atuantes no curso, sendo dois do núcleo profissionalizante e/ou específico e dois professores que tenham participado da comissão da autorização ou reestruturação do curso, conforme orienta a Resolução do Conselho Superior nº 14/2009. Tem sob sua esfera de atuação a atualização, a implantação e a consolidação do Projeto Pedagógico de Curso, tendo como norte as Diretrizes Curriculares Nacionais e os instrumentos normativos internos que orientam o Instituto, como o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (IFES, PDI, 2014- 2019). O NDE deve ter uma renovação de no mínimo 50% a cada 2 anos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

10 CORPO DOCENTE

Considerando as exigências contidas no art. 52, incisos II e III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define o perfil que deve ter o corpo docente para cursos de terceiro grau:

II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com habilitação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral,

e considerando o currículo apresentado a seguir do corpo docente atualmente lotado no Ifes, constata-se que o Curso, do ponto de vista das exigências contidas em Lei, é plenamente viável.

Para as disciplinas são alocados, principalmente, professores efetivos do *Campus* Vitória, cujos currículos são apresentados a seguir, mas contamos com a colaboração de profissionais de outros *campi*.

NOME /E-MAIL/ LATTES	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
ANDRÉ EFFGEN DE AGUIAR aeffgen@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/9897295456897064	Mestre	Leitura e Produção de Textos; Instrumentação para o Ensino de Língua e Literatura
ANDRÉIA PENHA DELMASCHIO andreiad@ifes.edu.br adelmaschio@gmail.com http://lattes.cnpq.br/5899447868618380	Doutora	Literatura em Língua Portuguesa I e II; Literatura Infantojuvenil
ANTONIO CARLOS GOMES antonioscarlos@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/9995004018308532	Doutor	Estágio Supervisionado III; Gestão do Trabalho Escolar
ANTONIO DONIZETTI SGARBI donizetti@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/9637068474044846	Doutor	Bases Filosóficas da Educação
CAMILA DAVID DALVI camiladalvi@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/8821167575641944	Doutora	Metodologia da Pesquisa; Literatura em Língua Portuguesa III
CARLOS EDUARDO DEOCLÉCIO deoclecio@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/4181764395770888	Mestre	Introdução aos Estudos Linguísticos; Sociolinguística; Fonética e Fonologia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CHARLINI CONTARATO SEBIM charlini@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/2179341623957580	Doutora	Educação de Jovens e Adultos; Psicologia da Educação; Educação Especial
ETELVO RAMOS FILHO etelvo@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/4975489033851392	Doutor	Língua Inglesa I, II e III
FERNANDA B. F. DE ARAÚJO faraujo@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/2356963552728689	Doutora	Sintaxe I e II; Análise do Discurso
GEILSON SILVA COSTA geilson.costa@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/7065735454503086	Mestre	Morfologia I; Morfologia II
ILIONI AUGUSTA DA COSTA ilioni@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/1800353439546137	Doutora	Linguística Textual; Diversidade e Educação
IVANIA COVER ivania.cover@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/7133600161545592	Mestre	Estágio Supervisionado I
JOÃO HENRIQUE CAMINHAS caminhas@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/1834336741433507	Mestre	Tecnologias Integradas à Educação
LEONARDO BIS DOS SANTOS leonardo.bis@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/9329890613026505	Doutor	Bases Sociológicas da Educação
LETÍCIA QUEIROZ DE CARVALHO leticia.carvalho@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/2450281340934414	Doutora	Didática Geral; Didática e Avaliação da Aprendizagem; Estágio Supervisionado II
LUCAS DOS PASSOS E SILVA lucas.silva@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/7618847422448650	Doutor	Teoria da Literatura I; Estudos Clássicos; Introdução ao Latim.
MARIA M. C. DA SILVA DE MACEDO madalena@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/1229084686153298	Doutora	Semântica e Pragmática; Trabalho e Educação; Prática de Ensino de Língua e Literatura
NELSON MARTINELLI FILHO nelson.martinelli@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/9186790476855298	Doutor	Literatura em Língua Portuguesa V e VI
PHILIFE DOMINGOS philipe.domingos@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/3433837746973252	Mestre	Libras
WANDER L. P. DOS SANTOS	Mestre	História da Educação; Política e Organização da Educação Básica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

wpereira@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/3433942776848903		
WEVERSON DADALTO weverson.dadalto@ifes.edu.br http://lattes.cnpq.br/8645829114288837	Mestre	Teoria da Literatura II; Literatura em Língua Portuguesa IV



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

11 INFRAESTRUTURA

11.1 Biblioteca

A Biblioteca Nilo Peçanha, do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória, subordinada à Gerência de Apoio ao Ensino, tem como objetivo servir de apoio ao processo ensino-aprendizagem dos currículos dos cursos ministrados pelo Ifes - Ensino Médio Integrado, Cursos Técnicos e Cursos Superiores. Possui um espaço físico de 1583 m² e funciona de segunda-feira à sexta-feira, das 08h às 21h e aos sábados, das 08h às 12h. Essa área foi projetada com 579,29 m² (pavimento superior) e 526,01 m² (pavimento térreo). No pavimento térreo estão localizados os seguintes ambientes:

- sala de vídeo;
- guarda-volumes;
- área para exposição;
- gabinete da chefia;
- sanitários feminino e masculino;
- laboratório de multimídia;
- hemeroteca;
- sala de leitura;
- cabinas de estudo e hall.

No pavimento superior, estão localizados:

- seção de catalogação e processos;
- obras de referência;
- cabinas de estudo;
- coleção;
- leitura e empréstimos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Para atender à pesquisa na área de Letras e educação, o Ifes conta atualmente com o acesso aos periódicos do Portal Periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br), onde são disponibilizadas bases de dados e periódicos, num total de 12.766 publicações nacionais e internacionais.

11.2 Espaço Físico Destinado ao Curso

11.2.1. Salas de aula

Para seu funcionamento, o curso de Licenciatura em Letras-Português demanda regularmente, **no turno noturno**, quatro salas de aula no Campus Vitória. O curso, hoje, tem capacidade para atender 160 alunos semestralmente.

11.2.2. Sala de prática de Ensino

Está em fase de estruturação um Laboratório para prática de Ensino de Línguas e Redação, com área suficiente para 20 alunos, com a finalidade de tornar mais dinâmico, criativo e eficaz o processo de ensino-aprendizagem.

11.2.3 Laboratório de Línguas

O laboratório de línguas consiste em um sistema de intercomunicação que permite ao professor monitorar e comunicar-se individualmente com cada um de seus alunos. Da mesma forma, permite atividades totalmente interativas, como conversação aluno-aluno e entre diversos grupos, oportunizando um aprendizado mais dinâmico, que leve o aluno a uma participação mais eficaz.

Vantagens da aprendizagem por meio do laboratório de línguas:

- individualização do trabalho pedagógico;
- supervisão e orientação individual;
- aproveitamento integral do tempo de aula com participação ativa do aluno;
- maior intensidade e concentração nas atividades interativas;
- maior qualidade sonora.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

11.3 Áreas de Apoio

Ambiente	Existente
Gráfica	1
Coordenadoria de Integração Escola-Empresa (CIEE)	1
Serviço Social	1
Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne)	1
Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP)	1
Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA)	1
Sala destinada a professores e coordenação do curso e de área	1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

ANDRÉ, Marli E. D. A., O papel da Pesquisa na articulação entre saber e prática docente. Psicologia da Educação: **Revista do programa de estudos pós-graduação em psicologia da educação**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N1, p 35-41, dez. 1995.

BALZAN, Newton Cezar. DIAS SOBRINHO, José (orgs). **Avaliação Institucional**: teoria e experiência. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BELLONI, Isaura. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. In: **Linhas críticas**: Revista semestral da faculdade de educação. Brasília, DF: UNB. V 5, n 9, Jul – dez, 1999

BRASIL. **Decreto Nº 3.860**, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Revogado pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860compilado.htm>. Acesso em abr. 2010.

BRASIL. **Decreto Nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: abr. 2010.

BRASIL. **Lei Nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: abr. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em set. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 9394**, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em set. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 04**, 2014. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escola. Disponível em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos temas transversais, ética, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em set. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, temas transversais, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em out. 2016.

BRASIL. **Escassez de professores no Ensino Médio**: Propostas estruturais e emergenciais Relatório produzido pela comissão especial instituída para estudar medidas que visem a superar o deficit docente no ensino médio (CNE/CEB). Maio de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em set. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CES Nº 18**, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>>. Acesso em set. de 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em abr. de 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1**, de 18 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em abril de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em nov. 2016.

BRASIL. **Resolução Nº 1**, de 17 de junho de 2004. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em out. 2016.

BRASIL. **Resolução Nº 1**, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. **Resolução Nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

<<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>>. Acesso em nov. 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 01**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em fev. 2010.

BRASIL. Resolução do Conselho Superior nº 1, de 11 de março de 2019. Estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.

CEFETES. **Ata nº 58ª do conselho diretor**, de 23 de novembro de 2006. Homologa as decisões da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Cefetes de 26 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Atas/2006/ata%20conmdir%2058.pdf>. Acesso em abr. 2010.

CEFETES. **Resolução CD Nº 04/2004**, de 12 de abril de 2004. Fixa o valor máximo a ser concedido para os custos de deslocamento previstos no inciso II do Art. 19 da Resolução CD nº 03/2001. Disponível em: <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2004/resolucao_2004_04.pdf>. Acesso em: abr. 2010.

CEFETES. **Resolução CD Nº 05/2004**, de 12 de abril de 2004. Altera o art. 19 da Resolução do Conselho Diretor nº 03/2001, de 5 de abril de 2001, que “Institui o Sistema de treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Unidades Sede e de Ensino Descentralizadas – UnEDs).” Disponível em: <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2004/resolucao_2004_05.pdf>. Acesso em abr. 2010.

CEFETES. **Resolução CD No 12/2003**, de 20 de agosto de 2003. Cria a Câmara de Ensino e Pesquisa do Cefetes. Disponível em: <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2003/resolucao_2003_12.pdf>. Acesso em abr. 2010.

CEFETES. **Resolução CD Nº 13/2005**, de 27 de setembro de 2005. Disponível em: <https://ifes.edu.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2005/resolu%e7ao_2005_13.pdf>. Acesso em abr. 2010.

CEFETES. **Resolução CD Nº 14/2007**, de 18 de junho de 2007. Fixa condições de afastamento do servidor técnico-administrativo em educação para evento de capacitação em instituições ou empresas nacionais ou estrangeiras. (Revoga a Resolução do Conselho Superior nº 01, de 03 de março de 1995, bem como todas as disposições da Resolução do Conselho Diretor nº 03/2001, de 05 de abril de 2001, que se refiram aos servidores técnico-administrativos). Disponível em: <http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2007/res_cd_14_2007.pdf>. Acesso em abr. 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CEFETES. **Resolução N.º 03, de 05 de abril de 2001**. Institui o Sistema de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Unidades Sede e de Ensino Descentralizadas – UnEDS). (Alterada pelas Resoluções CD N.º 04/2004 E 05/2004 e parcialmente revogada pela Res. 14/2007). Disponível em:

<http://www.cefetes.br/internet_arquivos/O_Cefetes/Informacoes_institucionais/Conselho_Diretor/Resolucoes/2001/resolucao_2001_03.pdf>. Acesso em abr. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ESTEBAN, Teresa Maria (org). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERREIRA, Lucila C. Ferreira. PEROTA, Maria Luiza L. R. Perota. **Inter-relacionamento de alguns paradigmas do campo de estudo da avaliação educacional com seus fundamentos teórico-metodológicos**. Vitória, 1995. Mimeo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky & Bakhtin – psicologia e educação**: um intertexto. São Paulo: Ática, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1998.

HAIDT. R. C. Cazaux. **Curso de didática geral**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtivista. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2004.

IFES. **Plano de desenvolvimento institucional**. Disponível em: <http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/pdi_ifes_2009_2013_we101b.pdf>.

Acesso em mai 2016.

IFES. **Minuta de Projeto pedagógico institucional**. 2014-2018. Disponível em: <http://ifes.edu.br/images/stories/files/noticias/2014/02_Fevereiro/ppi_janeiro_2014.pdf>. Acesso em: mai 2016.

IFES. **Regulamento da organização didática dos cursos de graduação do Ifes**. 2011. Disponível em: <http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/regulamentacao_organizacao_didatica/Portaria_1315-2011-Homologa_ROD_Graduacao_Revisada.pdf>. Acesso em out. 2016.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 25/2011**, de 10.06.2011. Anexo I: *código de ética e disciplina do corpo docente do ifes*. Institucional. Disponível em: <www.ifes.edu.br>. Acesso em mai 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

IFES. **Orientação normativa 003/2010**, de 16 de agosto de 2010. Altera e substitui a Orientação normativa 003/2009, de 18 dezembro de 2009, que normatiza o Núcleo Comum dos Cursos de Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo.

IFES. **Orientação normativa nº 01/2011**, de 24 de janeiro de 2011. Proen. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

IFES. **Portaria nº 1.315, de 28 de novembro de 2011**. Anexo I: Regulamento da organização didática dos cursos de graduação do ifes. Proen. Vitória: IFES, 2011. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

IFES. **Resolução CS 011/2010**, de 16 de abril de 2010. Aprova a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br/institucional/869-conselho?start=5>>. Acesso em set 2016.

IFES. **Resolução CS 29/2010**, de 04 de agosto de 2010. Aprova a utilização do resultado da prova do Enem 2010 para 100% das vagas para ingresso nos cursos de graduação presenciais e a distância do Ifes. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br/institucional/869-conselho?start=5>>. Acesso em set 2010.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 28/2014**, de 27 de junho de 2014. Aprova a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes. Institucional. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 14/2009**, de 11 de dezembro de 2009. Cria o Núcleo Docente Estruturante nos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo. Institucional. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 49/2011**, de 13 de setembro de 2011. *Estabelece normas para o núcleo comum dos Cursos de Graduação do Ifes*. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 50/2011**, de 13 de setembro de 2011. Estabelece os procedimentos de implantação e acompanhamento de cursos de Graduação do Ifes. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 64/2011**, de 08 de dezembro de 2011. Normatiza a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos cursos Técnicos e de Graduação do Ifes. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

IFES. **Resolução do conselho superior nº 65/2010**, de 23 de novembro de 2010. Altera e substitui a Resolução CD nº 01/2007, de 07/03/2007, que cria os Colegiados dos Cursos Superiores do Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

IFES. **Resolução do conselho superior nº 65/2011**, de 08 de dezembro de 2011. Normatiza a utilização da oferta de componentes curriculares a distância em cursos Técnicos e de Graduação presenciais do Ifes. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em mai 2016.

LATAILLE, Yves et alii. **Piaget, Vigotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MORIN Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NÓVOA, Antonio. **Entrevista a revista nova escola**. Agosto/2002, p. 23.

NÓVOA, Antonio. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação**: novos tempos. Novas práticas. 4 ed Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RISTOFF, Dilvo I. Ristoff. Avaliação Institucional: pensando princípios. In. SOBRINHO et al (orgs). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. (p. 15-37)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Saber escolar, currículo e didática**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A pesquisa em educação**: abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. In: Contraponto / Universidade do Vale do Itajaí, ano 1, n. 1, p. 11-22, Itajaí: Univali, jan./jun. 2001.

SGUISSARDI, Valdemar (org). **Avaliação universitária em questão**: reformas do Estado e da educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIA. **O mecanismo da memória:** conhecer os mecanismos cerebrais envolvidos pode facilitar o processo de memorização. 2005. Disponível em < > Acesso em fev. 2008.

UNIVERSIDADE Federal de Pelotas. **Guia de extensão, arte e cultura.** Pelotas: UFPEL/ Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/ Divisão de Planejamento e Apoio Técnico., 1999. URL: <<http://www.ufpel.tche.br/prec/diplan/guia.htm>>. Acesso em ago 2010.

UNIVERSIDADE Federal do Espírito Santo. Pró-Reitoria de Extensão. **Estrutura administrativa da pró-reitoria de extensão.** Vitória: UFES, s. d.

VASCONCELOS, Celso S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto de educativo. 2.ed. São Paulo: Libertad, 1996.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus. 2001.

VYGOTSKY, L. A. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ANEXO I - Planos de Ensino

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: BASES SOCIOLOGICAS DA EDUCAÇÃO	
Professor: LEONARDO BIS DOS SANTOS	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a contribuição da Sociologia no estudo dos fatos educacionais, desenvolvendo capacidade de problematização das práticas e realidades sociais e educativas, a partir de seus pressupostos teóricos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar os clássicos da Sociologia e suas concepções sobre a Educação, refletindo sobre teorias que permitam explicar os problemas da educação. Analisar as transformações processadas na estrutura da sociedade, articulando os temas, problemas e as questões da sociedade atual com os conhecimentos das ciências sociais. Posicionar-se sobre as questões sociais envolvidas na educação, questionando o papel da educação e do educador na realidade atual. Refletir sobre as relações entre o homem, a sociedade e o tipo de educação resultante de todo este processo e contexto. Compreender a educação na dinâmica das transformações do movimento político, econômico, cultural e social ocorridas de forma globalizada. 	
EMENTA	
Introdução ao estudo da Sociologia: contexto histórico de seu surgimento, diferença entre ciência e senso comum, a sociologia como ciência da sociedade. Os Clássicos Sociológicos e a Educação. Principais conceitos da sociologia clássica e a relação destes com a escola e o educador. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI. Conexões entre processos sócio culturais e educação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>1ª UNIDADE: Introdução à Sociologia 1.1 Mudanças resultantes do processo de industrialização 1.2 O desenvolvimento do pensamento sociológico 1.3 Sociologia uma ciência reflexiva. 1.4 Positivismo: uma primeira forma de pensamento social.</p>	06
<p>2ª UNIDADE: 2. Sociologia e Educação 2.1 Os clássicos da Sociologia e a Educação: 2.1.1 Émile Durkheim: Educação e socialização; 2.1.2 Karl Marx: Educar no mundo capitalista; 2.1.3 Max Weber: Educação e racionalização.</p> <p>3. O processo educacional no final do século XX e início do século XXI 3.1. A perspectiva crítico-reprodutivista da educação 3.2. A perspectiva da educação libertadora e a dialogicidade na prática pedagógica 3.3. As perspectivas pós-críticas da educação</p>	08
<p>3ª UNIDADE: 4. Dimensões culturais, sociais e políticas do processo educativo na sociedade contemporânea</p>	10
	06

1. Educação como processo social 2. Educação, instituições políticas e Estado. 3. Escola e diversidade cultural.	
Total	30
METODOLOGIA	
O processo ensino aprendizagem será desenvolvido por meio de uma metodologia interativa em que o aluno, juntamente com o grupo, é responsável por sua aprendizagem, e o professor tem papel de mediar as múltiplas relações da sala de aula. Priorizará sempre uma abordagem interdisciplinar porque os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas e entrevistas.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostilas, revistas, textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios	Instrumentos
A avaliação será processual, observando a participação ativa nas aulas, execução das atividades solicitadas, apresentação e participação no seminário; contribuições nas discussões ocorridas em pequeno grupo e sala de aula; pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.	<ul style="list-style-type: none"> – Exercícios – Fichamentos – Resenha – Prova operatória
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.</p> <p>RODRIGUES, Alberto. Sociologia da Educação. 6.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007</p> <p>TURA, M^a de Lourdes (org.) Sociologia para educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4.ed. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Org.s) Pierre Bourdieu - Escritos de Educação. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 25^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998</p> <p>VILA NOVA, Sebastião. Introdução à Sociologia. 6.ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2008.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: BASES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO	
Professor: ANTONIO DONIZETTI SGARBI	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar os conhecimentos filosóficos que dão embasamento às práticas docentes, desenvolvendo a capacidade crítica e reflexiva sobre o trabalho educativo, na contemporaneidade. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> conhecer o que é a Filosofia e a importância da atitude filosófica; reconhecer as contribuições da Filosofia para a Educação; refletir sobre os pressupostos filosóficos que fundamentam as propostas educativas nas escolas; identificar e analisar pressupostos filosóficos que fundamentam as várias teorias e práticas pedagógicas presentes na educação: as concepções de homem, a construção de valores e o conhecimento; compreender o pensamento histórico e filosófico de maneira crítica e reflexiva procurando vislumbrar as relações de mútua cooperação entre Filosofia e Educação; reconhecer como a humanidade inventou e interpretou diferentes maneiras de compreensão de mundo identificando racionalidades na educação de acordo com as condições histórico-sociais de cada tempo, configurando o arcabouço cultural; desenvolver a consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade; refletir sobre os valores em educação, reconhecendo que uma educação baseada em valores contribui para a formação de homens conscientes de seu papel no mundo. 	
EMENTA	
Introdução a Filosofia. A Filosofia e o Pensamento educacional. Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação. Antropologia Filosófica e Educação. O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação. Filosofia da Educação e a Pós-Modernidade. Axiologia na Educação: Os valores em educação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>Introdução a Filosofia: O que é Filosofia? (Mito, Senso Comum, Ciência, Arte, Filosofia) / Atitude Filosófica A interface entre Filosofia e Educação (Epistemologia, Cultura, Ideologia) A Filosofia e o Pensamento educacional (A diferença entre educação, ensino e doutrinação; Práxis pedagógica)</p>	4 h
<p>Do mito à invenção da razão: contribuições da filosofia clássica e medieval na educação As bases da racionalidade ocidental e implicações filosófico-pedagógicas A razão transformada em fé: pensamento e educação medieval</p>	4h
<p>Antropologia Filosófica e Educação As concepções de homem: metafísica; essencialista; naturalista e histórico-social</p>	6h
<p>O Pensamento Moderno e Contemporâneo e a Educação O homem moderno e a educação como iluminação (Inatismo e empirismo) Renascimento, Filosofia da Práxis e a educação Política, ética e liberdade: o pensamento contemporâneo na educação (Liberalismo, Positivismo e Escola Nova)</p>	6h

Filosofia da Educação e a Pós-Modernidade Emergência das identidades culturais e a educação na Pós-Modernidade (gênero, relações étnico-raciais e diversidade, educação popular, formal, não-formal, inclusão) Educação, mídias e educação: um olhar filosófico crítico		6h
Axiologia na Educação: Os valores em educação Ética e Estética na Educação: O processo formativo educacional/político		4h
Total		30
METODOLOGIA		
Aula expositiva dialogada, seminário, painel de discussão, discussão em pequenos grupos.		
RECURSOS		
Kit multimídia, revistas; textos, quadro branco.		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
Critérios A avaliação será processual, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões ocorridas em pequeno grupo e sala de aula; pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.	Instrumentos – Atividades escritas, – Discussões orais, – Seminário, – Prova	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, M. H. Pires. Filosofando : introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2014. ARANHA, M. L. de Arruda. Filosofia da Educação . 2 ed. São Paulo: Moderna, 2014. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia . 12 ed. São Paulo: Ática, 2014. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia da educação . São Paulo: Ática, 2006. KECHIKIAN, A. (Org.). Os filósofos e a educação . Lisboa: Edições Colibri, 1993. MORANDI, Franc. Filosofia da Educação . Bauru: Edusc, 2002. SAVIANI, Dermeval. Educação : do Senso Comum à Consciência Filosófica. Coleção contemporânea. 13 ed. São Paulo: Editora Autores, 2014.		

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	
Professor: CARLOS EDUARDO DEOCLECIO	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entender a linguística como ciência, sua origem e suas principais correntes. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conhecer as correntes da linguística contemporânea Discutir as concepções de gramática e de norma linguística. Problematizar o “erro” linguístico. Perceber as línguas naturais como objeto de investigação. Analisar as possíveis aplicações da Linguística ao ensino de línguas. 	
EMENTA	
O surgimento da Linguística moderna. As concepções de gramática. As concepções de norma linguística. Os métodos de análise linguística. Noções de Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo, Sociolinguística, Linguística Textual, Análise do Discurso e Pragmática. Linguística e ensino.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
A linguística como estudo científico da linguagem	04
Concepções de gramática e de norma linguística	08
Áreas e níveis dos estudos linguísticos e gramaticais	08
O Estruturalismo linguístico	05
A gramática gerativa	05
O funcionalismo linguístico	05
A Sociolinguística - variação e mudança	05
A Linguística textual: marcas e operadores	05
Elementos introdutórios à Análise do Discurso	05
. Motivações pragmáticas	05
. Linguística e ensino de língua(s)	05
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projeto de slides; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios:</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prova escrita. Exercícios. Apresentações orais. Seminário. Produções de texto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística I: objetos teóricos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Introdução à linguística II: princípios de análise**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GÖRSKI, Edair Maria; ROST, Cláudia Andréa. **Introdução aos estudos gramaticais**.

Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. B. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras** – Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo, Parábola Editorial, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

CAMARA JR., Joaquim M. **Dicionário de linguística e gramática**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2009

CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure**. 13. ed. Petrópolis: Petrópolis: Vozes,

2004. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DUBOIS, J. (et.al). **Dicionário de linguística**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução à história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

FAVERO, L. L.; KOCH, Ingedore V. G. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 2000.

LYONS, J. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TEORIA DA LITERATURA I: NARRATIVA	
Professor: KARINA BERSAN ROCHA	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a Teoria da Literatura com as diversas manifestações literárias da cultura universal. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar textos teóricos em suas especificidades. • Identificar as peculiaridades das principais correntes da crítica literária. • Aplicar os princípios da teoria literária na análise de obras sugeridas. 	
EMENTA	
Introdução à Teoria Literária: os limites da teoria, da crítica e da história da literatura. Literatura e linguagem: definição do fenômeno literário e do conceito de literariedade. Normativismo e descritivismo na criação, na teoria e na crítica do texto literário: a questão dos gêneros. Análise de manifestações literárias em prosa. Características formais dos textos literários narrativos. O texto literário como objeto de estudo e objeto de fruição. O texto literário como instrumento de circulação da cultura. A presença do texto literário na educação formal. Principais correntes da crítica literária. A intertextualidade.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Conceitos de literatura e teoria literária	05
Os gêneros literários: a tradição clássica	10
Correntes da crítica e teoria literárias	10
Elementos de análise de textos literários	15
Formas literárias em prosa	10
Poéticas da modernidade	05
O texto literário em circulação na escola	05
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; quadro branco; datashow; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Crítérios:</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <p>Exercícios Participação em Debate Resenha, Seminário Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

- ADORNO, Theodor. Posição do Narrador no Romance Contemporâneo. In **Notas de Literatura**. Tradução Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- ALMEIDA, Tereza Virginia de. **Teoria da Literatura II**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011, p. 171-193.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GANCHO, Candida Vilares. **Como analisar narrativas**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- TAVARES, Hênio. **Teoria literária**. 11ª ed. São Paulo: Vila Rica, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, Tereza Virgínia de. **Teoria da literatura III**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Texto integral. São Paulo: Ars Poética, 2003.
- BERGEZ, D. et al. **Métodos críticos para análise literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KAMITA, Rosana Cássia. **Teoria da Literatura IV**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.
- KAMITA, Rosana. **Teoria da Literatura V**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: introdução à problemática da literatura**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa [volume único]**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa I, formas em prosa: o conto, a novela, o romance**. 21ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- OLIVEIRA, Salma Ferraz de Azevedo de. **Estudos Literários III: a metalinguagem na literatura de expressão portuguesa**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
- PLATÃO. **A República**. Livro X. Disponível em:
http://www.eniopadilha.com.br/documentos/Platao_A_Republica.pdf
- POUND, Ezra. **ABC Da Literatura**. 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 1992.
- SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- TELLES, Renata; CANDIDO, Jeferson. **Teoria da literatura I**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	
Professor: FERNANDA BORGES FERREIRA DE ARAÚJO	
Período Letivo: 1º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a capacidade de operar com a linguagem, adequando-se à modalidade (oral ou escrita) e ao grau de formalidade da situação enunciativa. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ler, interpretar e produzir diferentes tipos textos. • Utilizar o padrão culto da língua, fazendo uso de normas gramaticais relacionadas à ortografia, morfologia, sintaxe e semântica. • Desenvolver e identificar o parágrafo como unidade de composição do texto dissertativo; • Reconhecer e empregar a coerência e a coesão em parágrafos e em textos; • Perceber a importância dos nexos (conectores) na sequência de um texto; • Identificar relações lógico-semânticas estabelecidas pelos diferentes nexos, na ligação entre as ideias; • Empregar corretamente os pronomes e verbos, atentando à regência verbal, à coesão e à coerência textuais; • Identificar estruturas e problemas de estrutura tais como paralelismo, ênfases, ambiguidade. • Compreender técnicas de produção, revisão e correção textual, respeitando o nível de linguagem adequado à situação. • Entender como resumir, resenhar, fichar e organizar um artigo. 	
EMENTA	
<i>Leitura, discussão e produção de textos diversos. Estimulação à leitura e transposição de textos. Noção de discursos. Noção de tipo e de gênero textual. Elementos de revisão textual (coesão, coerência e textualidade). Emprego dos pronomes. Elementos de revisão gramatical (ortografia, regência, colocação, paralelismo e encadeamento sintático). Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão). Resumo e fichamentos. Resenha. Artigo Científico.</i>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Leitura, discussão e produção de textos diversos.	12
Estimulação à leitura e transposição de textos.	04
Noção de discursos.	04
Noção de tipo e de gênero textual.	02
Elementos de revisão textual. (coesão, coerência e textualidade).	06
Emprego dos pronomes.	04
Elementos de revisão gramatical	06
Organização do texto científico (introdução, encadeamento e conclusão).	06
Resumo e fichamentos.	06
Resenha.	06
Estrutura do artigo científico.	04
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais,	

dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.	Instrumentos Exercícios Fichamentos Resenha Prova operatória
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ABREU, A. S. Curso de redação. 11.ed. São Paulo: Ática, 2006. MARCUSCHI, L. A. Produção textual. São Paulo: Parábola, 2009. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática. Campinas: Unicamp, 2010. KOCH, I. G. V. A coesão textual. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA L. C. A coerência textual. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1990. PACHECO, A. de C. A dissertação: teoria e prática. 16.ed. São Paulo: Atual, 1988. SAVIOLLI, F. P. & FIORIM, José Luiz. Para entender o texto. 13.ed. São Paulo: Ática, 2007.	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: METODOLOGIA DA PESQUISA	
Professor: CAMILA DAVID DALVI	
Período Letivo: 1°	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir os fundamentos básicos do processo de iniciação à pesquisa científica. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando a relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA); • Reconhecer o campo de pesquisa em sua abordagem científica e educativa; • Identificar os critérios adotados para a classificação da pesquisa científica; • Discutir as etapas do planejamento da pesquisa; • Elaborar o projeto de pesquisa: introdução, justificativa, objetivos, referencial teórico, metodologia, cronograma; • Conhecer a normatização técnica na estruturação do texto científico. 	
EMENTA	
Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando a relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA). A construção do conhecimento científico em Educação. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Comitê de Ética em pesquisa. Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. Classificação da pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e considerações metodológicas. Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. Os referenciais teóricos. A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia e etc. Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
As Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento, enfatizando as relações entre ciências, tecnologia, sociedade e. Ambiente (CTSA): Tendências metodológicas na pesquisa educacional. A construção do conhecimento científico em educação Comitê de ética em pesquisa.	10
Natureza qualitativa e quantitativa da pesquisa. Classificação da pesquisa.	08
O planejamento da pesquisa do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e considerações metodológicas. Elaboração dos instrumentos de coleta e produção de dados. A análise de dados. Os referenciais teóricos.	30
A elaboração do relatório de pesquisa: artigo, monografia e etc.	06
Sistemas de normatizações acadêmicas do Ifes.	06
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos Exercícios Fichamentos Resenha Prova</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2005. MOREIRA, H.; CALEFFE, L.G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>ANDRÉ, M. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2013. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. MINAYO, M.C.de S (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TEORIA DA LITERATURA II: POESIA E DRAMA	
Professor: KARINA BERSAN ROCHA	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 90h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a Teoria da Literatura com as diversas manifestações literárias da cultura universal. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar textos teóricos em suas especificidades. • Identificar as peculiaridades das principais correntes da crítica literária. • Aplicar os princípios da teoria literária na análise de obras sugeridas. 	
EMENTA	
Estudo da poética em seus aspectos históricos e formais; poéticas clássicas, modernas e contemporâneas; o poema enquanto forma; o poético enquanto função; análise e interpretação do texto poético. Análise de manifestações literárias em verso. Análise e interpretação do texto dramático. O texto literário como objeto de estudo e objeto de fruição. O texto literário como instrumento de circulação da cultura. A presença do texto literário na educação formal. A intertextualidade.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Elementos de análise de textos literários	20
Poéticas modernas e contemporâneas	15
Estudo analítico do texto poético	20
Estudo analítico do texto dramático	20
Questões de intertextualidade	10
O texto literário em circulação na escola	05
Total	90
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; quadro branco; datashow; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha, Seminário Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1977.</p> <p>CANDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>MAGALDI, Sábato. Iniciação ao teatro. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>SILVA, Domingos Carvalho da. Uma teoria do poema. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.</p> <p>TAVARES, Hênio. Teoria literária. 11ª ed. São Paulo: Vila Rica, 1991.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

- ALMEIDA, Tereza Virgínia de. **Teoria da literatura III**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Texto integral. São Paulo: Ars Poética, 2003.
- BERGEZ, D. et al. **Métodos críticos para análise literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOSI, Alfredo (org.). **Leitura de Poesia**. São Paulo: Ática, 1996.
- CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. 6ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GOLDSTEIN, Norma. **Versos, Sons e Ritmos**. Série Princípios - 14ª Ed. Ática. 2006.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: introdução à problemática da literatura**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: poesia**. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- NEVES, João das. **A análise do texto teatral**. Rio de Janeiro: Funarte, 2010.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. Tradução sob direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- PLATÃO. **A República**. Livro X. Disponível em:
http://www.eniopadilha.com.br/documentos/Platao_A_Republica.pdf
- POUND, Ezra. **ABC Da Literatura**. 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 1992.
- SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- TELLES, Renata; CANDIDO, Jeferson. **Teoria da literatura I**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ESTUDOS CLÁSSICOS	
Professor: LUCAS DOS PASSOS E SILVA	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 30h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a importância da literatura, em especial dos textos clássicos, como traço marcante da cultura ocidental antiga, moderna e contemporânea. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar os gêneros e as características socioculturais da literatura grega e da romana. Compreender como se dá a influência e a permanência da literatura clássica na história ocidental. 	
EMENTA	
Introdução à cultura e à literatura grega. Estudo da <i>Ilíada</i> e da <i>Odisseia</i> , de Homero. A tragédia grega: a trilogia tebana, de Sófocles, e o teatro de Eurípedes. Introdução à cultura e à literatura romana. Fundamentos da poética de Horácio comparada à de Aristóteles. As odes de Horácio. As <i>Bucólicas</i> de Virgílio. A influência e a permanência dos clássicos na literatura ocidental.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Introdução à literatura clássica.	04
A épica e a tragédia grega.	12
A poesia lírica romana.	10
A permanência dos clássicos.	04
Total	30
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; Datashow; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.</p> <p>HOMERO. Ilíada. Trad. Odorico Mendes. São Paulo: Ateliê, 2010.</p> <p>HOMERO. Odisseia. Trad. Trajano Vieira. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.</p> <p>HORÁCIO. Odes e epodos. Trad. Bento Prado de Almeida Ferraz. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>SÓFOCLES. Trilogia tebana. Trad. Mario da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.</p> <p>VIRGÍLIO. Bucólicas. Trad. Raimundo Carvalho. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACHCAR, Francisco. **Lírica e lugar-comum**: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

ARISTÓTELES; HORACIO; LONGINO. **A poética clássica**. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1991.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Trad. de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LESKY, Albin. **A Tragédia Grega**. São Paulo: Perspectiva, 2001. MALTA, André. **Homero múltiplo**: ensaios sobre a épica grega. São Paulo: Edusp, 2012.

PARATORE, Ettore. **História da literatura latina**. Trad. Manuel Losa, S. J. Lisboa: Gulbenkian, 1987.

VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada vol. 1**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: FONÉTICA E FONOLOGIA	
Professor: CARLOS EDUARDO DEOCLÉCIO	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver aptidão específica em fonética e fonologia, de forma que o graduando a relacione com a análise linguística do português e com a sua futura prática docente. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Introduzir e aprofundar o conhecimento em fonética e fonologia. Caracterizar o sistema vocálico e consonantal do português brasileiro (PB). Identificar a estruturação silábica do PB. Identificar o padrão acentual do PB. Caracterizar os processos fonológicos mais recorrentes no PB. Desenvolver a prática de transcrições (fonético-fonológicas). Interpretar dados linguísticos que colaborem para o aprimoramento da análise e descrição do português brasileiro, levando em consideração tópicos pertinentes da variação sociolinguística e do processo de aquisição de fala. 	
EMENTA	
Introdução à fonética. Fonética articulatória. Transcrição fonética. O fonema. Análise fonológica. Os sistemas vocálico e consonantal. Distúrbios da linguagem de natureza fonético-fonológica.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Fonética: conceitos, áreas de interesse e relações afins	04
Fonologia: conceito e objeto de estudo	04
Sistema fonológico do português brasileiro	10
Estruturação silábica do português brasileiro	08
Padrão acentual do português brasileiro	10
Processos fonológicos	08
Relação entre sistema fonológico e sistema ortográfico	06
Prática de transcrições	10
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, música, filmes, leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Textos; quadro branco; projetor de eslaides; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos graduandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios práticos. Trabalho em grupo. Provas escritas.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e a à fonologia**. 7ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NETTO, W. F. **Introdução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.

SEARA, I. C. **Fonética e fonologia do português brasileiro**. Florianópolis: LLV/CCE//UFSC, 2008.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 16.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAPMAN, R. S. **Processos e distúrbios na aquisição da linguagem**. Tradução de Emília de Oliveira Dierhl e Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTO, H. H. do. **Fonologia e fonética do português**. Brasília: Thesaurus, 1998.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCLIAR-CABRAL, L. **Guia prático de alfabetização: baseado em princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave**. São Paulo: Parábola, 2006.

SILVEIRA, R. C. P. de. **Estudos de fonologia portuguesa**. São Paulo: Cortez, 1996.

TEBEROSKI, A., TOLCHINSKY, L. **Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática**. Tradução de Stela Oliveira. São Paulo: Ática, 1996.

Curso: LICENCIATURA LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Professor: MARIA JOSÉ DE RESENDE FERREIRA	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir acerca da educação mundial e brasileira e de seus processos como fenômeno histórico, social, político e cultural. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da História da Educação para a compreensão da organização escolar brasileira; • Compreender a história da educação mundial nos diferentes momentos históricos; • Situar a educação de cada período histórico brasileiro aos contextos sócio-econômico-culturais e as implicações desses movimentos na configuração das ideias pedagógicas e práticas educacionais; • Estabelecer relações entre a educação brasileira e o contexto educacional mundial. 	
EMENTA	
História da Educação como campo específico do conhecimento; contextos da educação mundial: das primeiras civilizações ao Mundo Moderno; a educação brasileira analisada no contexto de movimentos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais em diferentes momentos da História do Brasil e suas relações com o contexto da educação mundial; a repercussão desses movimentos na configuração de teorias e práticas educacionais.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Introdução aos estudos de história da educação: conceituação, objetivos e importância da História da Educação na formação docente.	06
Contextos da educação mundial até a Modernidade	12
A educação brasileira na Colonização e no Período Monárquico: Educação e Colonização Constituição do Estado brasileiro e os processos de escolarização e suas relações com o contexto da educação mundial. Aspectos educacionais no Espírito Santo no período.	12
Relações Escola, Estado e Sociedade no Brasil dos séculos XX e XXI: - A educação brasileira nos períodos republicanos: marcos políticos e sociais considerando os períodos históricos e as relações com a educação mundial; - A educação capixaba no período republicano; - A educação brasileira no contexto político dos anos noventa aos dias atuais; - As ideias pedagógicas e perspectivas para a educação pública no Brasil.	30
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas, seminários, trabalhos em grupos, painel integrado e apresentações orais e escritas.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, textos, quadro branco, pincéis.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios A avaliação será processual - diagnóstica e formativa, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas na sala de aula e extra classe, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões e pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.</p>	<p>Instrumentos Atividades escritas, painel de discussão, Seminário Prova</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>ARANHA, M. L. de A. História da educação e da pedagogia geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010. VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da Educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara (Orgs.). História da educação no Espírito Santo - vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES, 2010. STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (Org). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. V 1 , 2 e 3. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AO LATIM	
Professor: LUCAS DOS PASSOS E SILVA	
Período Letivo: 2º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
Geral: <ul style="list-style-type: none"> Compreender noções do Latim e as raízes dessa cultura linguística na formação da língua portuguesa. Específicos: <ul style="list-style-type: none"> Analisar as estruturas morfolexicais do Latim. Identificar relações lógico-sintáticas e semânticas do Latim Entender as relações do Latim com o português. Traduzir textos simples do Latim para o português. 	
EMENTA	
Origem e relevância histórica da língua latina. Alfabeto, pronúncia restaurada, sílaba e acentuação. Os gêneros do Latim. Estudo dos nomes de primeira e segunda declinação. Primeira e segunda conjugações verbais na voz ativa: presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. Os advérbios. A origem latina da língua portuguesa. Presença do Latim no português contemporâneo. Estudo de textos (tradução).	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<i>Origens do Latim</i>	02
<i>Alfabeto, gêneros e questões de pronúncia</i>	02
Os casos nominativo e acusativo: primeira e segunda declinação	08
Os adjetivos de primeira classe	04
<i>Os advérbios</i>	04
O ablativo, o genitivo, o dativo e o vocativo: primeira e segunda declinação	16
O presente, o pretérito imperfeito e o perfeito do indicativo	16
A origem latina da língua portuguesa	04
<i>Presença do Latim no português contemporâneo</i>	04
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre e proposta de pesquisa.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AValiação da Aprendizagem	

<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Fichamentos Resenha Prova operatória</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, N. M. de. Gramática latina. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1989. JONES, Peter V. et al. Aprendendo latim. Trad. Isabela Tardin Cardoso e Paulo César Vasconcellos. São Paulo: Odysseus, 2012. REZENDE, Antônio Martinez de. Latina essentia: preparação ao latim. 5. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. RÓNAI, Paulo. Curso básico de latim: gradus primus. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BUSARELLO, Raulino. Dicionário Básico Latino-Português. 6. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2003. CARDOSO, Z. de A. Iniciação ao latim. 5.ed. São Paulo: Ática, 2001. FERREIRA, A. G. Dicionário de português-latim. Porto: Porto Editora, 1999. LUIZ, A. F. Dicionário de expressões latinas. São Paulo: Atlas, 1999. STOCK, Leo. Gramática de latim. Trad. António Moniz e Maria Celeste Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 2000. TORRINHA, F. Dicionário latino-português. Porto: Gráficos Reunidos Ltda, s/d. VEYNE, Paul (org.). História da vida privada: do Império Romano ao ano mil. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. WILLIAMS, E. B. Do latim ao português. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. SARAIVA, F. R. dos Santos. Dicionário latino-português. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LINGÜÍSTICA TEXTUAL	
Professor: ILIONI AUGUSTA DA COSTA	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o funcionamento da linguagem, tanto na modalidade escrita como na modalidade oral. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender os pressupostos teóricos da Linguística Textual. • Distinguir as diferentes concepções de linguagem, língua, sujeito, e texto; • Compreender as relações lógicas, discursivas e/ou pragmáticas na construção dos textos e dos sentidos. • Aprimorar as habilidades de leitura crítica e produção de textos; • Refletir sobre a mobilização de diversos conhecimentos e estratégias de ordem linguística, cognitiva e discursiva na construção dos sentidos do texto. • Reconhecer os fatores de intertextualidade e intergenericidade. • Compreender os diferentes tipos de textos e a funcionalidade dos gêneros discursivos. • Refletir sobre o ensino da produção e interpretação de texto nas aulas de Língua Portuguesa. • Relacionar o fenômeno da coesão textual e seus mecanismos com a coerência, a produção e a compreensão textuais. • Compreender implícitos linguísticos e pragmáticos. 	
EMENTA	
Fundamentação epistemológica. O texto como objeto de pesquisa: conceitos de texto, princípios de textualidade, condições de produção, organização/ tessitura textual, construção do sentido. Fatores de textualidade. Gêneros textuais e PCNs. Conceitos de tipologia textual e gênero discursivo; práticas discursivas orais e escritas. Gêneros discursivos nas práticas históricas. Caracterização dos diversos gêneros orais e escritos. Classificação dos gêneros intergêneros e intertextualidade. Práticas de produção e recepção textual. Implícitos linguísticos e pragmáticos.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1. A Linguística Textual 1.1 Conceituação, origem e causas do surgimento das gramáticas textuais 1.2 Concepções de linguagem, língua, sujeito e texto 1.3 Gêneros textuais 1.4 Intertextualidade e intergenericidade	25
2. Linguística Textual e fatores de textualidade 2.1 Fatores de textualidade 2.2 Relações endofóricas e exofóricas 2.3 Referenciação e sequenciação	20
3. O texto e o contexto 3.1 implícitos linguísticos e pragmáticos 3.2 Implicaturas conversacionais 3.3 Marcas linguísticas da argumentação	15
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas; seminários; práticas de produção, leitura e interpretação de textos; produção de material didático, a partir do estudo dos gêneros discursivos	
RECURSOS	

Computador; datashow; jornais, revistas, textos diversos, livros, quadro, pincel.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Critérios:

A avaliação, composta de atividades totalizando 100 pontos, será processual, observando-se a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, a apresentação de trabalhos/seminários, e as atividades de produção oral e/ou escrita de análise de textos.

Instrumentos:

- Prova escrita
- Exercícios
- Apresentações orais
- Seminário
- Produções de texto

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENTES, Anna Cristina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras** (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2002.

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e Coerência Textuais**. São Paulo: Ática, 1991.

_____; KOCH, I. G. V. **Linguística Textual: Introdução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988, cap. 1, p. 11-25.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé Costa. **A abordagem da textualidade através da tipicidade dos gêneros textuais**. Boletim ABRALIM nº 21, junho 1997.

BEUGRANDE, R; DRESSLER, W. **Introduction to Text Linguistics**. London: Longman, 1981.

CAVALCANTE, M.M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2002.

DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. G. V. O desenvolvimento da linguística textual no Brasil. In: **DELTA**, vol. 15, v. Especial, 1999, p. 167-182.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: Atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2003.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	
Professor: RENARA JACOBSEN MARTINS	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o uso da Língua Brasileira de Sinais no processo de comunicação. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as bases legais da Língua Brasileira de Sinais e sua história. • Conhecer os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. • Conhecer a origem da Língua de Sinais e sua importância. • Introduzir a prática da Língua Brasileira de Sinais no processo de ensino e aprendizagem. 	
EMENTA	
Diretrizes educacionais para a educação especial – PCN. Desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo. A diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula. Ação pedagógica, junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. A importância da avaliação: finalidade e objetivos. Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Os aspectos legais que respaldam o indivíduo surdo quanto aos seus direitos linguísticos e educacionais no Brasil. O sujeito surdo, sua identidade e cultura. A origem da língua de Sinais e sua importância na constituição do indivíduo surdo. Ensino e prática da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. (parâmetros fonológico, léxico da morfologia; diálogos contextualizados).	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
História do Surdo; LIBRAS, que língua é essa?	04
História da Educação do surdo.	04
5 parâmetros LIBRAS. O sujeito surdo e suas características: identidade e cultura. A Lei 10.436 e o Decreto nº 5.626.	08
Ação pedagógica junto aos alunos surdos.	08
Implicações da diversidade para a prática pedagógica: definições e respostas	06
A importância da avaliação: finalidade e objetivos; concepções e paradigmas do trato à surdez;	06
Desenvolver competência Linguística em Língua Brasileira de Sinais em: Alfabeto manual ou datilológico, Soletração rítmica: parâmetros da LIBRAS; apresentação pessoal, cumprimento, advérbio de tempo e condições climáticas, calendário, atividades de vida diária; pronomes: pessoais, demonstrativos, possessivos, interrogativos, indefinidos; verbo; profissões; sinais de ambiente escolar; meios de comunicação, números ordinais /cardinais/quantidade, família, estado civil, cores; compreender construir diálogos e histórias em LIBRAS e interpretar pequenas narrativas.	24
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas teóricas e práticas de forma dialogada, usando dinâmica de grupo, tendo por base o interacionismo que prioriza o desenvolvimento do ser em todas as suas dimensões. Para buscar uma associação da teoria com a prática, por meio da	

<p>visualização de experiências, faremos visitas pedagógicas a instituições de ensino que trabalham com a inclusão.</p> <p>No desenvolvimento das aulas ainda serão feitos:</p> <p>Estudos dirigidos e trabalhos em grupo; oficinas; estudo de caso; debates sobre a diversidade na educação; relato de experiência; aula de campo; exposição dialogada; aulas práticas – LIBRAS; atividades em grupo: diálogos, pesquisas, encenações; interpretação de texto - português para Língua de Sinais; apresentação de filmes em LIBRAS e filmes relacionados à educação de surdos.</p>	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; VDS – Educação de Surdos; revistas; textos; CD.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios</p> <p>Participação ativa nas aulas, execução das tarefas solicitadas, apresentação de trabalhos no prazo, frequências.</p>	<p>Instrumentos</p> <p>Relatos de experiências; relatórios; observação diária em aula; atividades práticas em sala de aula; provas práticas e escritas.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRASIL, Presidência da Republica. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm.</p> <p>BRASIL, Presidência da Republica. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf</p> <p>MEC, Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Programa nacional de apoio à educação de surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&catid=192%3Aseesp-esducacao-especial&id=12677%3Ao-tradutor-e-interprete-de-lingua-brasileira-de-sinais-e-lingua-portuguesa&option=com_content&view=article</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 3º ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (ED.) Dicionário enciclopédico ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. 3. Ed. Reimpr. São Paulo EDUSP, 2008.</p> <p>DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento educacional especializado. Pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/pvol2.pdf.</p> <p>GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo; Parábola Editorial 2009.</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez e Educação. Belo Horizonte. Autêntica. 2007.</p> <p>MEC, Secretaria de Educação Especial: Saberes e Práticas da Inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2003. V 4. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosurdos.pdf.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: MORFOLOGIA I	
Professor: FERNANDA BORGES FERREIRA DE ARAÚJO	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar como se estruturam os vocábulos, os processos de formação do léxico, a organização das classes de palavras e sua funcionalidade nas operações com a linguagem. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir as estruturas das palavras e analisar seus processos de formação, refletindo sobre flexões, derivações, afixos etc. • Classificar as palavras e verificar mecanismos de mudança de classe gramatical. • Empregar formas lexicais e gramaticais adequadas à modalidade (oral ou escrita) e ao grau de formalidade da situação enunciativa. 	
EMENTA	
Morfologia: conceito, palavra e vocábulo, sincronia e diacronia. Formas livres, presas e dependentes. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Flexão e categorias gramaticais. Formação do léxico em português. Processos de formação de palavras. Radicais e prefixos eruditos. Conceitos básicos da Morfologia Gerativa. Análise comparativa de gramáticas normativas. A teoria morfológica e a aplicação didática.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Morfologia: conceito, palavra e vocábulo, sincronia e diacronia.	05
Formas livres, presas e dependentes.	05
Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica.	10
Flexão e categorias gramaticais.	10
Formação do léxico em português.	05
Processos de formação de palavras: composição, derivação e outros.	10
Radicais e prefixos eruditos.	05
Conceitos básicos da Morfologia Gerativa.	07
Análise comparativa de gramáticas normativas.	05
A teoria morfológica e a aplicação didática.	05
Exercícios operacionais	08
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Datashow; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro branco; marcador de quadro.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios:</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <p>Prova escrita Exercícios Seminários Produção de texto analítico</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

1. MARGOTTI, Felício Wessling. **Morfologia do português**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.
2. MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
3. ROCHA, Luiz Carlos de A. **Estruturas morfológicas do português**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.
4. ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
5. SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística aplicada ao português: morfologia**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
2. BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
3. CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo. Ática, 2009.
4. ILARI, R. **Introdução ao léxico: brincando com as palavras**. São Paulo: Contexto, 2011.
5. MACAMBIRA, J. M. **A estrutura morfossintática do português**. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
6. MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=592&tmpl=component&format=raw&Itemid=41
7. SILVA, R. V. M. **Contradições no ensino de português**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA I	
Professor: ANDRÉIA PENHA DELMASCHIO	
Período Letivo: 3º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a literatura desde as origens como componente cultural significativo. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a importância da literatura como manifestação da sociedade de cada época. Entender a periodização da literatura. Relacionar o surgimento da língua portuguesa com as primeiras manifestações literárias de Portugal. Identificar os principais traços das produções literárias trovadoresca, humanista e classicista. Perceber as primeiras manifestações da literatura brasileira, dentro do contexto em que ocorreram, como um dos traços da colonização. 	
EMENTA	
Visão Geral e crítica da literatura portuguesa. A história da literatura como espaço privilegiado de discussão multi e interdisciplinar. A formação social de Portugal e as primeiras manifestações literárias. Trovadorismo: a linguagem das cantigas trovadorescas. Humanismo: a prosa de Fernão Lopes, o teatro vicentino, a poesia palaciana. Estudo e análise das principais obras e autores portugueses dos movimentos literários da época renascentista. Classicismo. A lírica e a épica camoniana.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Formação social e histórica de Portugal	06
Historiografia literária portuguesa	08
Primeiras manifestações literárias portuguesas: Trovadorismo.	16
Humanismo	15
Classicismo	15
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, entrevistas, leitura de textos literários e não literários, análise coletiva, discussão livre, dinâmicas de grupo, música, apresentação de filme (DVD), proposição de atividades escritas.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; jornais; livros.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos</p> <p>Exercícios Trabalhos Produção de textos Seminários Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ABDALLA JR, Benjamin. Camões: épica e Lírica . São Paulo: Scipione, 1993.	

FERRAZ, Salma. **Literatura portuguesa I**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.
SARAIVA Antônio. José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. 17.ed.
Porto: Porto Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALLA JR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História Social da Literatura na Poesia**. São Paulo: Ática, 1982.
AMORA, Antônio Soares. **Antologia do teatro de Gil Vicente**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.
HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2008.
MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 29.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
MOISÉS, M. **Pequeno dicionário de literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, s.d.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUES	
Unidade Curricular: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Professor: CHARLINI CONTARATO SEBIM	
Período Letivo: 3°	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir as principais contribuições do pensamento psicológico à educação. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma visão crítica a respeito da psicologia na escola através de sua contextualização histórica. • Empreender análises a respeito das principais contribuições da psicologia às concepções de aprendizagem presentes no contexto escolar. • Refletir sobre a produção do fracasso escolar caracterizando as diferentes linhas teóricas de explicação do fenômeno. 	
EMENTA	
Introdução ao pensamento psicológico. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas. Aprendizagem e processos educacionais. Questões contemporâneas em psicologia da educação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1. Introdução ao pensamento psicológico. 1.1 A construção da psicologia no contexto das ciências. 1.2 A emergência da Psicologia da Educação no Brasil.	8
2. As relações entre psicologia e educação: principais abordagens teóricas. 2.1. As principais contribuições teóricas da Psicologia ao estudo da Aprendizagem: psicologia comportamental, psicologia cognitivista e psicologia sócio-histórica. 2.2. Os diferentes usos do saber psicológico no cotidiano escolar	20
3. Aprendizagem e a Produção do Fracasso Escolar. 3.1 Aspectos psicossociais que interferem no processo de escolarização dos sujeitos. 3.2 Cidadania e processos de exclusão escolar.	16
4. Questões contemporâneas em psicologia da educação. 4.1 A patologização do espaço escolar e a medicalização da aprendizagem. 4.2 Avaliação, indisciplina e fracasso na escola.	16
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, visita monitorada, música, apresentação de filme (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos Exercícios Fichamentos Resenha Prova</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>BOCK, A. M. B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. KAHHALE, E.M.P. (org). A diversidade da Psicologia: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2002. PATTO, M. H. S., A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>ANGELUCCI, C.B.; KALMUS, J.; PAPARELLI, R.; PATTO, M.H.S. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004. COLLARES, C.A.L.; MOYSÉS, M.A.A. (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo. DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. Psicol. Cienc. Prof, v. 30, n. 2, 2010, pp. 362-375. OLIVEIRA, M. K de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997. WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. 7a. ed.. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: MORFOLOGIA II	
Professor: FERNANDA BORGES FERREIRA DE ARAÚJO	
Período Letivo: 4.º	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
Geral:	
<ul style="list-style-type: none"> Identificar e analisar as classes de palavras da língua portuguesa em sua aplicabilidade e funcionalidade em diferentes gêneros e tipos textuais. 	
Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> Analisar funcionalmente o núcleo nominal do português. Reconhecer e aplicar as especificidades de modos e tempos verbais. Desenvolver uma visão geral dos modificadores: adjetivos, advérbios, etc. Identificar e entender o papel de conexão dos pronomes, preposições e conjunções. Analisar morfossintaticamente parágrafos e textos. 	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
EMENTA	
Relação entre oralidade e escrita. A relação núcleo e argumentos. Aspectos sintáticos e morfossintáticos da língua portuguesa. Análise morfossintática. Análise comparativa de gramáticas normativas. Expressão escrita, leitura e redação.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Aspectos morfossintáticos do português	07
As classes de palavras: visão geral	06
Substantivos: forma e função	07
A função adjetiva; artigos e numerais	10
Os pronomes e a pronominalização em português	07
Verbos: estrutura, formação, emprego e uso.	08
Conectivos: preposições, conjunções, pronomes relativos.	08
Advérbios: norma padrão e uso.	07
Exercícios práticos	15
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projetor de slides; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prova escrita. Exercícios práticos. Apresentações individuais e grupais. Produção de texto analítico.,
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.
SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística aplicada ao português: morfologia**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2001.
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
ILARI, R. **Introdução ao léxico**. São Paulo: Contexto, 2002.
MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: SOCIOLINGUÍSTICA	
Professor: CARLOS EDUARDO DEOCLÉCIO	
Período Letivo: 4º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender as relações entre língua e sociedade. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender a língua como um sistema heterogêneo, variável e passível de mudança. • Identificar os diferentes níveis de variação linguística em sua dimensão interna. • Reconhecer os diferentes tipos de variação linguística motivados por fatores externos à língua. • Identificar fenômenos em variação no português brasileiro. • Caracterizar os principais fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. • Verificar os passos de uma pesquisa por meio do exame do estudo de um fenômeno linguístico variável. • Conhecer e aplicar noções básicas de contatos linguísticos, bilinguismo e políticas linguísticas. <p>Vincular a teoria linguística à prática pedagógica.</p>	
EMENTA	
Língua como sistema heterogêneo. Significado social das formas variantes. Dimensões externa e interna da variação linguística. Modelos de teoria e análise em sociolinguística. Contatos linguísticos. Bilinguismo. Políticas linguísticas. Pressupostos metodológicos da pesquisa sociolinguística. Variação linguística e ensino. Prática pedagógica.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Histórico e conceitos fundamentais da Sociolinguística	10
Modelos de teoria e análise em sociolinguística	08
As dimensões interna e externa da variação linguística	10
Mudança linguística	06
A Sociolinguística Interacional	06
A pesquisa sociolinguística	08
Sociolinguística e ensino	06
Atividades em variação linguística nas diferentes áreas da gramática	06
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas, aulas práticas.	
RECURSOS	
Computador; datashow; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios: A avaliação será processual, observando-se a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, a apresentação de trabalhos/seminários e a avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prova escrita. • Exercícios. • Apresentações orais. • Seminário. • Produções de texto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (orgs.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>COELHO, Izete. L. <i>et al.</i> Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>FIORIN, J. L. (org.). Introdução à linguística I: objetos teóricos. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. B. (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras – Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 1985.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. 16.ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. São Paulo: Loyola, 1999.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.</p> <p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.</p> <p>LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p> <p>MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO, Jussara (orgs.). Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI Jr., Celso (orgs.). Sociolinguística, Sociolinguísticas. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: DIDÁTICA GERAL	
Professor: LETÍCIA QUEIROZ DE CARVALHO	
Período Letivo: 4°	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir criticamente os princípios e pressupostos históricos, filosóficos, políticos e sociais que fundamentam a ação docente, considerando a gestão do processo de ensino e aprendizagem: do planejamento à avaliação e a relação entre professores e alunos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • caracterizar e problematizar a evolução histórica das práticas pedagógicas até os dias atuais; • analisar a contribuição da didática na formação do professor da Educação Básica; • refletir sobre a multidimensionalidade da didática e o processo de ensino e de aprendizagem; • compreender a especificidade da função do professor como orientador do processo de ensino e de aprendizagem e seu papel na formação integral do aluno; • refletir criticamente sobre o planejamento escolar enquanto elemento norteador do processo de ensino-aprendizagem, articulando seus elementos básicos às concepções de educação e conhecimentos que fundamentam a prática docente • reconhecer os planejamentos escolares como instrumentos de organização do processo educativo e de tomadas de decisões fundamentais para a atividade educacional da escola, especialmente para a formação do aluno; • compreender conceitos fundamentais do planejamento, considerando os aspectos, interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar; • caracterizar as fases do planejamento de ensino analisando os elementos que o compõe com vistas ao reconhecimento de sua importância nos processos de ensino e de aprendizagem; • vivenciar atividades de planejamento, execução e avaliação das atividades dos docentes, conciliando teoria e prática e desenvolvendo visão crítica e contextualizada da prática pedagógica; • construir plano de aula considerando todos os elementos necessários aos processos de ensino e aprendizagem; • reconhecer que o diálogo e a interação entre professor e aluno contribuem para aprendizagem mais efetiva 	
EMENTA	
Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática; Tendências e concepções pedagógicas e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem; Planejamento pedagógico: diferentes dimensões; Componentes do processo de ensino e de aprendizagem: objetivos, conteúdos, métodos e procedimentos de ensino, recursos de ensino e avaliação; as relações entre professor, aluno e aprendizagem.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
I - Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática: Conceito de Didática	08

O papel e as contribuições da Didática para a formação e atuação docente A organização do trabalho didático na história da educação.	
II – Tendências / concepções Pedagógicas: – Pressupostos e princípios didáticos – As tendências pedagógicas na prática escolar: conteúdos, métodos, currículo e avaliação. – A multidimensionalidade da didática e os processos de ensino e de aprendizagem	10
III – Planejamento pedagógico: diferentes dimensões Fundamentos teóricos e a importância do planejamento Tipos/níveis de planejamento: plano de curso plano de ensino plano de aula. Articulação dos tipos/níveis de planejamento com o projeto político-pedagógico.	12
IV - Componentes dos processos de ensino e de aprendizagem: – Objetivos: a função e finalidades do objetivo geral e dos objetivos específicos. – Conteúdos: ○ seleção, organização e operacionalização dos conteúdos. A aprendizagem dos conteúdos conceituais, conteúdos procedimentais e aprendizagem dos conteúdos atitudinais. A Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. – Métodos e procedimentos de ensino: ○ critérios para a escolha dos métodos e procedimentos de ensino, ○ classificação dos métodos e procedimentos do ensino: métodos individualizados, métodos socializados e métodos sócio individualizados. – Recursos de ensino: escolha e utilização dos recursos de ensino. – Avaliação: princípios e funções da avaliação, procedimentos de avaliação da aprendizagem.	20
V– As relações entre professor, aluno, conhecimento e aprendizagem As relações interativas em sala de aula: o papel do professor e do aluno A influência das concepções pedagógicas na estruturação das interações educativas na aula. A questão do diálogo na relação pedagógica.	10
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas, seminários, trabalhos em grupos, painel integrado e apresentações orais e escritas.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, textos, quadro branco, pincéis.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios: A avaliação será processual - diagnóstica e formativa, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas na sala de aula e extra classe, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões e pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.</p>	<p>Instrumentos: Seminário. Prova escrita. Análise crítica planos de ensino. Plano de aula construído.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>HAYDT, Regina Celia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed., 6ª impressão. Porto Alegre: Artmed, 2003 SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2008. ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Trad. Ernani R. da F. Rosa - Reimpressão, Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e Transformar o Ensino. Trad. Ernani R. da F. Rosa - 4ª ed., Porto Alegre: ArtMed, 2000. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed., São Paulo: Loyola, 2010. VALE, Maria Irene Pereira. As questões fundamentais da didática: enfoque político-social construtivista. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1995. VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto-político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização, 14ed., São Paulo: Libertad (cadernos pedagógicos do Libertad, v1), 2005. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 18 ed. Campinas: Papirus, 2001.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA II	
Professor: ANDRÉIA PENHA DELMASCHIO	
Período Letivo: 4º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo no contexto cultural dos países lusófonos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Perceber nas manifestações literárias as implicações dos momentos sociopolíticos contemporâneos a elas. Refletir sobre as peculiaridades políticas da condição colonial e suas consequências para a formação de uma identidade e uma literatura nacionais. Conhecer e identificar traços barrocos na poesia e na prosa do século XVII. Conhecer e identificar traços árcades na poesia da segunda metade do século XVIII. 	
EMENTA	
A condição colonial e suas implicações nas primeiras manifestações literárias no Brasil. Textos de informação e a criação de uma imagem do índio. Literatura Jesuítica: informação e catequese. A questão da História Literária Brasileira. A problemática do conceito de periodização. Barroco em Portugal. Barroco no Brasil. Arcadismo português. Arcadismo brasileiro.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Periodização da literatura brasileira	06
A condição colonial	06
Textos de informação	04
Literatura jesuítica	04
Barroco em Portugal	08
Barroco no Brasil	12
Arcadismo português	08
Arcadismo brasileiro	12
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas dialogadas de que fazem parte: leitura expressiva, análise individual e coletiva de textos literários, leitura e discussão de referências crítico-teóricas, dinâmicas de grupo, produção escrita individual e coletiva, avaliação de livros didáticos, visitas à biblioteca e apresentação de filme (DVD), ida ao cinema.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; livros didáticos; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; retroprojeter; computador.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios: A avaliação será feita por meio de cada um dos instrumentos ao lado, observando-se critérios de evolução na aprendizagem e desenvoltura com relação aos temas tratados em aula.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Seminários Resenhas Ensaio Avaliação dissertativa</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, s/d. CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v. SARAIVA Antônio. José; LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa. 17.ed. Porto: Porto Editora, 2010.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006. BOCAGE, Manuel Maria Barbosa Du. O delírio amoroso e outros poemas. Porto Alegre: L&PM, 2011. BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du. Poemas. São Paulo: Cultrix, 1974. BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. São Paulo: Cultrix, 1987. MATOS, Gregório de. Antologia. Porto Alegre: L&PM, 2013. MATOS, Gregório de. Obra poética. Rio de Janeiro: Record, 1990. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo: Martin Claret, 2013. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2244 SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. VIEIRA, Pe. Antônio. A arte de morrer. São Paulo: Nova Alexandria, 1994. Disponível em: https://www.wdl.org/pt/item/8976/ VIEIRA, Pe. Antônio. Obras escolhidas. Lisboa: Sá da Costa, 1954. Disponível em: http://www.saavedrafajardo.org/Archivos/LIBROS/Libro0524.pdf VIEIRA, Pe. Antônio. Sermões. Rio de Janeiro: Agir, 1988. Disponível em: http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantoniov.pdf</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Professor: PRISCILA DE S. CHISTÉ LEITE	
Período Letivo: 4º	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar conceitos de política, poder, Estado, governo, público, privado, políticas públicas e políticas educacionais, bem como suas implicações na educação brasileira a partir de bases históricas e de articulações entre: os elementos centrais da legislação educacional brasileira, as normatizações curriculares da política educacional, o financiamento da educação brasileira, os sistemas de avaliação da educação nacional e os elementos integradores da política educacional no Brasil. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir conceitos de política, poder, Estado, governo, público, privado, políticas públicas e políticas educacionais, quantidade e qualidade em educação; • Compreender os elementos centrais da legislação educacional brasileira: CF/88, LDBEN 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente, PNE; • Conhecer as normatizações curriculares da política educacional brasileira; • Problematizar o financiamento de educação brasileira; • Discutir os sistemas de avaliação da educação brasileira; • Compreender elementos integradores da política educacional brasileira. 	
EMENTA	
Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos. Elementos centrais da legislação da política educacional brasileira. Normatização Curricular da política educacional brasileira. O Financiamento da educação e as políticas educacionais no Brasil. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação. Elementos Integradores da Política Educacional Brasileira.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>Política Educacional: estruturas, conceitos e fundamentos</p> <ul style="list-style-type: none"> -Políticas, políticas públicas e políticas públicas educacionais; -Relações entre política e poder; -Características de política educacional: intencionalidade, regulação e justiça social; -Concepções de Estado e governo; -Políticas de Estado e Política de governo; -Público e Privado: conceitos, características, implicações para a política educacional e acordos multilaterais. 	06
<p>Elementos Centrais da Legislação da Política Educacional Brasileira</p> <ul style="list-style-type: none"> -Constituição Federal de 1988 (CF/88); -Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96); -Centralização e descentralização: regime de colaboração e atribuições dos sistemas de ensino; -Órgãos Administrativos dos Sistemas de Ensino: tipos e atribuições; -Plano Nacional de Educação (PNE): histórico e Lei nº 13.005/2014; -Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/1990. 	24
<p>Normatizações e Orientações Curriculares da Política Educacional Brasileira: legislações vigentes</p> <ul style="list-style-type: none"> -Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); -Orientações Curriculares Para o Ensino Médio; -Base Nacional Comum Curricular; 	06

-Legislações estaduais e municipais		
O Financiamento da Educação e as Políticas Educacionais no Brasil -Princípios constitucionais; -Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); -Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); -Campanha Nacional pelo Direito à Educação: Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ).		12
Políticas e Programas de Formação de Professores Vigentes no Brasil -Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada em vigor. -Programas vigentes.		06
Avaliação de Sistemas: quantidade e qualidade -Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); -Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); -Prova Brasil; -Índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); -Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa); -Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES).		06
Total		60
METODOLOGIA		
Os processos de ensino e de aprendizagem serão desenvolvidos por meio de metodologias interativas em que o discente, juntamente com o grupo, será responsável por sua aprendizagem, e o professor terá papel de mediar as múltiplas relações da sala de aula. O desenvolvimento do componente curricular priorizará abordagem interdisciplinar. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas, entrevistas, visitas a órgãos oficiais da educação etc.		
RECURSOS		
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, filmes, documentários, textos, quadro branco, pincéis.		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
Critérios: A avaliação terá caráter diagnóstico e formativo considerando a realização das atividades propostas em sala de aula e extraclasse.	Instrumentos: Instrumento -Seminário; Exercícios avaliativos escritos; Provas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade . 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado, 1988. BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 09 maio. 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil . Brasília: Liber Livro, 2012 BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências . Disponível		

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 09 maio. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 09 maio. 2016.

CARREIRA, D.; PINTO, J.M.R (org.) **Custo Aluno Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil.** São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007. Disponível em: http://www.ipe.ufpr.br/n3_r.pdf

FERREIRA, Eliza Bartolozzi e OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MAAR, Leo Wolfgang. **O que é Política?** 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder:** crítica ao senso comum em educação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; e EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola.** Brasília: Liber Livro, 2009.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA III	
Professor: ANDRÉIA PENHA DELMASCHIO	
Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo no contexto cultural dos países lusófonos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Perceber nas manifestações literárias as implicações dos momentos sociopolíticos contemporâneos a elas. Compreender o panorama sociopolítico em que se gestou o Romantismo na Europa. Conhecer obras representativas do Romantismo português. Identificar as diferentes fases da poesia romântica brasileira em suas peculiaridades temático-formais. Refletir sobre aspectos da estrutura social brasileira do século XIX presentes no teatro e na prosa romântica brasileira. Reconhecer a importância das interseções real-ficcional no período do Realismo-naturalista em Portugal e no Brasil. Conhecer e identificar traços parnasianos na poesia brasileira de fins do século XIX. 	
EMENTA	
<p>Origens do Romantismo na Europa: contexto sociopolítico e concepções estéticas. Romantismo em Portugal: poesia, prosa, teatro. Romantismo no Brasil. Paradoxos da primeira geração poética: o desejo de autonomia política e o índio idealizado. Segunda geração poética: individualismo e excessos formais. Terceira geração poética: abolicionismo condoreiro. Prosa e teatro românticos no Brasil: indianismo e nativismo; vida urbana, propriedade, família e casamento; mulher como leitora e personagem. Realismo-Naturalismo em Portugal: “bom senso e bom gosto”; denúncia social e reforma. Realismo no Brasil. A ficção machadiana. Naturalismo no Brasil: mazelas sociais, inovações da ciência e o pobre como personagem. Parnasianismo no Brasil: a defesa da arte pela arte.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Romantismo na Europa	02
Romantismo português	06
Romantismo brasileiro	12
Realismo em Portugal	06
Realismo no Brasil	12
Naturalismo em Portugal	04
Naturalismo no Brasil	10
Parnasianismo no Brasil	08
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas dialogadas de que fazem parte: leitura expressiva, análise individual e coletiva de textos literários, leitura e discussão de referências crítico-teóricas, dinâmicas de grupo,	

produção escrita individual e coletiva, avaliação de livros didáticos, visitas à biblioteca e apresentação de filme (DVD), ida ao cinema.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; livros didáticos; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; retroprojetor; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios: A avaliação será feita por meio de cada um dos instrumentos ao lado, observando-se critérios de evolução na aprendizagem e desenvoltura com relação aos temas tratados em aula.	Instrumentos: Exercícios Seminários Resenhas / Ensaio Avaliação dissertativa
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . São Paulo: Cultrix, s/d. CARPEAUX, Otto Maria. História da literatura ocidental . 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978-1981. CITELLI, Adilson. Romantismo . São Paulo: Ática, 1986. HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura . São Paulo: Martins Fontes, 2003. SARAIVA Antônio. José; LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa . 17.ed. Porto: Porto Editora, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ABREU, Casimiro de. Poesias completas . São Paulo: Saraiva, 1961. ALENCAR, José de. Obra completa . Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. ALVES, Castro. Obra completa . Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. ARISTÓTELES. Poética . Texto integral. São Paulo: Ars Poética, 2003. ASSIS, Machado de. Obras completas . Rio de Janeiro: Aguilar, 1962. AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. Poesias completas . São Paulo: Saraiva, 1962. BAUDELAIRE, Charles. Flores do mal . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. BOSI, Alfredo et al. Machado de Assis . São Paulo: Ática, 1982. CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira . Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v. DIAS, Gonçalves. Obras poéticas . São Paulo: Nacional, 1944. FREIRE, Junqueira. Obra poética . Salvador: Janaína, 1970. GÖETHE, Johann Wolfgang. Os sofrimentos do jovem Werther . São Paulo: Nova Alexandria. LOBO, Luiza (Trad. e Sel.). Teorias poéticas do romantismo . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa . São Paulo: Cultrix, 1987. MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa através dos textos . São Paulo: Cultrix, 1987. MELLO E SOUSA, Antonio Candido. Formação da literatura brasileira . Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v. SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. SOUSA, Cruz e. Obra completa . Rio de Janeiro: José Aguilar, 1961. VARELA, Fagundes. Poesias completas . São Paulo: Santista, 1962.	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: SINTAXE I	
Professor: FERNANDA B. F. DE ARAÚJO	
Período Letivo: 5 ^o	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a competência linguística no campo da sintaxe de língua portuguesa. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apontar os processos sintáticos do português. • Indicar as mudanças sintáticas no português. • Reconhecer a função sintática dos termos na oração. • Analisar sintaticamente parágrafos e textos. 	
EMENTA	
<p>Texto, frase, oração e período. Relação entre oralidade e escrita. Os termos da oração. A relação núcleo e argumentos. A estrutura das sentenças simples e complexas do português. Aspectos sintáticos da língua portuguesa. Período composto por coordenação e subordinação. Aspectos da gramática cognitivo-funcional. Análise sintática. Expressão escrita, leitura e redação.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Frase, oração e período	05
As relações sintáticas e a constituição da oração	05
Os termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios	08
O sujeito (conceituação, constituição, colocação)	08
O predicado e a predicação (transitividade)	07
A complementação e a adjunção	07
Período composto	05
Coordenação e subordinação	08
Desenvolvimento e redução de orações	07
As relações sintáticas e o sistema de pontuação	05
Exercícios práticos	10
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projetor de slides; computador; jornais; revistas; textos; livros; quadro; marcador de quadro.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prova escrita. ▪ Exercícios práticos. ▪ Apresentações individuais e grupais. ▪ Produção de texto analítico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

1. AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
2. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
3. CADORE, Luiz Agostinho; LEDUR, Paulo Flávio. **Análise sintática aplicada**. São Paulo: AGE, 2010.
4. IGNÁCIO, Sebastião Expedito. **Análise sintática em três dimensões**. 2. ed. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.
5. KURY, Adriano Gama. **Novas lições de análise sintática**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2008.
6. SILVA, Maria Cecília Perez de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
2. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
3. FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 28. ed. São Paulo: Globo, 2005.
4. _____. **Dicionário de verbos e regimes**. 45. ed. São Paulo: Globo, 2005.
5. FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sintaxe para a educação básica**. São Paulo: Contexto, 2012.
6. NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.
7. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
8. VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TECNOLOGIAS INTEGRADAS AO ENSINO	
Professor: JOÃO HENRIQUE CAMINHAS	
Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Utilizar ferramentas da informática no ensino da disciplina em favor da construção do conhecimento. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conhecer as abordagens pedagógicas mediadas pelo computador; Utilizar softwares específicos para criação, apresentação e elaboração de conteúdos para ensino presencial e à distância. Utilizar e avaliar softwares destinados ao ensino presencial e à distância. Utilização da internet e meios <i>web</i> na construção de saberes. 	
EMENTA	
Abordagens pedagógicas no uso do computador. Componentes básicos do computador. Instalação e desinstalação de softwares. Utilização de processadores de texto, planilhas eletrônicas e software de apresentações. Planejamento e elaboração de ferramentas de ensino/aprendizagem. Noções de Educação a Distância. Utilização de ferramentas tecnológicas favoráveis à construção de conhecimento.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Utilização de mídias e recursos audiovisuais.	04
Componentes básicos dos computadores.	04
Instalação, desinstalação e configuração de <i>softwares</i> .	04
Utilização de processador de texto.	04
Utilização de planilhas eletrônicas.	04
Utilização de <i>software</i> de apresentação.	04
Noções de preparação de páginas web em html.	08
Discussão das abordagens instrucionista e construcionista.	04
Estudos e análises de hipertextos	08
Utilização de ambientes virtuais de aprendizagem.	08
Planejamento e elaboração de uma sala virtual de aprendizagem.	04
Planejamento material didático-EAD.	04
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada com prática concomitante dos softwares utilizados. Realização de exercícios práticos. Preparação de atividades práticas utilizando os softwares.	
RECURSOS	
Sala de aula com capacidade para 32 (trinta e dois) estudantes, equipada com computador, projetor multimídia, tela, quadro branco e pincéis. Laboratório de informática com máquinas individuais e softwares necessários instalados.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios Serão observadas a frequência, manipulação das ferramentas, capacidade de elaboração, etc.	Instrumentos Elaboração de Projeto Organização de instrumentos Prova operativa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ALMEIDA, M. E. **Informática e formação de professores**. Brasília: SEAD – Proinfo – MEC, 2000. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27557

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/infor_aplic_educ.pdf

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. 15. ed São Paulo: Papirus, 2009.

ORLANDI, José Geraldo das Neves. **Tecnologias integradas à educação**. Vitória: CEAD-IFES, 2011.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fernando José de. **Educação e informática: os computadores na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARRETO, C.; RODRIGUES, S.; CARVALHO, R.; RABELO, C.; FIALHO, A.; MEYHOAS, J. **Planejamento e elaboração de material didático impresso para EaD**. Rio de Janeiro: Cederj, 2007. Disponível em:
<http://imip.nucleoead.net/PlanejamentoeElaboracaodeMaterialdidticoimpressoparaEducaoaDistancia.pdf>

KUNZE, R. **Treinamento em informática powerpoint 2003**. 2.ed. Cuiabá: KCM, 2006.

MARQUES, C. P. C.; MATTOS, M. Isabel L. de; TAILLE, Yves de La. **Computador e ensino: uma aplicação à língua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

MORAN, J. M. (orgs.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: MEC-SEED, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/iniciaissf.pdf>

RAIÇA, D. (org.). **Tecnologias para a educação inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008.

SACRISTÁN, J. G. **Educar e conviver na cultura global**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOBRAL, A. **Internet na escola: o que é, como se faz?** 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LÍNGUA ESTRANGEIRA I: INGLÊS	
Professor: ETELVO RAMOS FILHO	
Período Letivo: 5º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
Geral: <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir competência comunicativa na língua inglesa em nível básico. Específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir estratégias de compreensão e produção oral. • Adquirir conhecimentos gramaticais básicos da língua inglesa. • Utilizar estratégias de leitura. • Desenvolver competência lexical. • Produzir textos básicos. • Conhecer diferentes aspectos culturais. 	
EMENTA	
Conhecimento básico da língua inglesa. Compreensão oral e expressão oral. Habilidade de leitura e produção escrita.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Trocando informações pessoais (<i>to be, subject pronouns, possessive adjectives</i>)	05
Ocupações, trabalho e escola (<i>simple present wh-questions and statements, prepositions</i>)	05
Compras (<i>demonstrative pronouns, how much/which in questions, comparisons</i>)	06
Entretenimento, convites, datas (<i>simple present wh- and yes/no questions, object pronouns, modal would</i>)	06
Vida em família (<i>present continuous wh- and yes/no questions, statements, quantifiers</i>)	05
Esportes e rotinas (<i>frequency adverbs, questions with how often/long/well/good/much time</i>)	05
Fim de semana, lazer, férias (<i>past tense questions, statements, regular and irregular verbs, past tense of to be</i>)	06
Moradia, bairros, lojas, lugares (<i>there is/are, one, any, some, prepositions, countable and uncountable nouns, how many/much</i>)	07
Experiências (<i>statements and Yes/no questions with present perfect, already and yet, contrast with simple past</i>)	08
Apresentação de trabalho	04
Avaliações escritas	03
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada. Aulas práticas. Elaboração e apresentação de trabalho. Atividades em pares e em grupos.	
RECURSOS	
Datashow; computador; livros; textos; CDs; DVDs.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e	Instrumentos: Exercícios Duas avaliações escritas Apresentação oral

avaliação escrita.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>DE WITT, Ray. How to prepare for IELTS. England: British Council, 2008.</p> <p>DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York Oxford University Press 2007.</p> <p>MURPHY, Raymond. English grammar in use: a reference and practice book for intermediate students. Cambridge: Cambridge University, 1991.</p> <p>OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, Christina; SELIGSON, Paul. American english file: multipack 1A e 1B: student book, workbook, multiROM. New York: Oxford University Press, 1996.</p> <p>TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ALEXANDER, L. G. Longman English grammar practice: for intermediate students. New York: Addison-Wesley, 1990.</p> <p>CHIQUETTO, Oswaldo. Inglês: erros que você deve evitar. São Paulo: Scipione, 1995.</p> <p>COLLINS cobuild dictionary of phrasal verbs. New York: Cambridge University, 1996.</p> <p>COLLINS, William. Mini Collins: dicionário português-inglês, inglês-português. São Paulo: Siciliano, 1991.</p> <p>HASHEMI, Louise; MURPHY, Raymond. English grammar in use supplementary exercises: with answers. New York: Cambridge University, 1998.</p> <p>MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self study reference and practice book for intermediate students: with answers. New York: Cambridge University, 1998.</p> <p>SWAN, Michael. Practical english usage. 2 nd. ed. New York: Oxford University, 1998.</p> <p>UR, Penny. Grammar practice activities. Cambridge: University Press, 1993.</p> <p>UR, Penny; WRIGHT, Andrew. Five-minute activities: a resource book of short activities. Cambridge: Cambridge University, 1993.</p> <p>VALLANDRO, Leonel. Dicionário inglês-português, português- inglês. 25. ed. São Paulo: Globo, 2005.</p> <p>WEHMEIER, Sally (Ed.). Oxford advanced learner's dictionary of current english. 7th ed New York: Oxford University Press, 2009.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO	
Professor: ILIONI AUGUSTA DA COSTA	
Período Letivo: 5°	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender as relações entre cultura, educação e sociedade na perspectiva da educação para a diversidade e direitos humanos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Discutir o conceito de cultura e relativismo; Perceber a educação como um processo sociocultural; Entender a diversidade no Brasil a partir das lutas históricas dos movimentos negro, indígena, feminista, LGBT. Identificar as necessidades de inclusão de grupos minoritários como afrodescendentes e indígenas, bem como a necessidade da promoção da igualdade de gêneros através dos processos educativos. Identificar as temáticas contemporâneas que compõem os direitos humanos relacionando-as com as políticas educacionais e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 	
EMENTA	
<p>Conceitos de multiculturalismo, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação. Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais. Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero. Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos. Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>Introdução à disciplina: Conceitos de multiculturalismo, interculturalidade, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação.</p>	10
<p>Educação e Relações Étnicorraciais Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Desenvolvimento de práticas pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais, educação quilombola e indígena.</p>	12
<p>Educação, Gênero e Diversidade Sexual Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Práticas pedagógicas para as relações de gênero.</p>	10
<p>Educação do Campo Processos históricos, legais, políticos e identitários. Práticas pedagógicas na escola do campo.</p>	10
<p>Educação e Direitos Humanos Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas</p>	10

educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos.	
Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.	08
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas, seminário, painel de discussão, discussão em pequenos grupos.	
RECURSOS	
Kit multimídia, revistas; textos, quadro branco.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios A avaliação será processual, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas, apresentação e participação no seminário e painel de discussão; contribuições nas discussões ocorridas em pequeno grupo e sala de aula; pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.	Instrumentos – Atividades escritas, painel de discussão, – Seminário – Prova
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo : a educação básica e o movimento social no campo. V.2. Brasília, 1999. ABRAMOWICZ, Anete ; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola . 3. ed. Campinas: Papirus, 2010. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Programa Diversidade na Universidade. Diretoria de Ensino Médio. RAMOS, M.N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N.. Diversidade na educação : reflexões e experiências. Brasília, 2003.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CANDAU, Vera. Maria e Outros. Oficinas pedagógicas de direitos humanos . Petrópolis: Vozes, 1995. CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SCAVINO, Susana et alli. Educação em direitos humanos e formação de professores/as ; São Paulo: Cortez, 2013. CANDAU, Vera Maria (org). Didática Crítica Intercultural : aproximações. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012. CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. (org.) Multiculturalismo : diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. CAPRINI, Aldieris Braz Amorim (org.). Educação e Diversidade Étnico-racial . Jundiaí: Paco Editorial, 2016. LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação . Petrópolis: Vozes, 2004. GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Experiências étnico-culturais para a formação de professores . 3 Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2011. SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação – outras palavras, outras práticas . São Paulo: Cortez, 2005.	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Professor: LETÍCIA QUEIROZ DE CARVALHO	
Período Letivo: 5°	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir sobre avaliação escolar utilizando-se de textos, dinâmicas e experiências vividas, na busca da compreensão da avaliação como um processo contínuo, formativo e diagnóstico e do reconhecimento de que a avaliação é mais um momento de aprendizagem. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar a avaliação como processo intencional de pesquisa e de favorecimento da aprendizagem discente e do trabalho docente; • Construir conceito de avaliação; • Refletir sobre a ação de avaliar e a importância do caráter diagnóstico do processo; • Refletir sobre a responsabilidade do educador no êxito do processo avaliativo; • Discutir sobre a produção do fracasso e sucesso escolar e sua relação com a inclusão e exclusão social. • Identificar e selecionar métodos, procedimentos e instrumentos adequados à avaliação; • Analisar e refletir sobre provas já realizadas por alunos da Educação Básica; • Construir questões avaliativas envolvendo os conteúdos da avaliação: factual, conceitual, atitudinal e procedimental. 	
EMENTA	
Aspectos históricos e filosóficos que permeiam a avaliação; concepção de avaliação, pressupostos e princípios da avaliação educacional; dimensões da avaliação; função da avaliação; níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação; relação da avaliação com o projeto pedagógico escolar; o papel da avaliação na construção do sucesso/fracasso escolar e suas interfaces com a prática social global. Instrumentos e métodos de avaliação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOUVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
<p>I – Avaliação da aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concepção de ensino versus avaliação. - O professor e a avaliação do processo ensino aprendizagem. - Avaliação: o que é avaliar? Para que avaliar? como avaliar? Quando avaliar? - Conceito, princípios básicos. - Dimensões da avaliação. - Funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. - Níveis de assimilação dos conteúdos da avaliação. - Critérios de avaliação. - Relação avaliação/medida em educação. - A recuperação de estudos. - A avaliação e suas implicações no sucesso/fracasso escolar. - A avaliação como mecanismo de exclusão/inclusão social. - O “erro” na dinâmica do processo de aprendizagem. 	20h
<p>II – Instrumentos e métodos de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O papel dos instrumentos de avaliação: função de retroalimentação do sistema. 	10h

- Os instrumentos de avaliação e suas etapas: elaboração; aplicação; análise; comunicação dos resultados; tomada de decisão. Tipos de métodos e instrumentos de avaliação no ensino.		
Total		30
METODOLOGIA		
Aulas expositivas dialogadas, seminários, trabalhos em grupos, e apresentações orais e escritas.		
RECURSOS		
Kit multimídia, computador, quadro branco, pincel, artigos, revistas, provas e testes.		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
Critérios	Instrumentos	
A avaliação será processual, observando a participação ativa dos alunos nas aulas, execução das atividades solicitadas na sala de aula e extraclasse, apresentação e participação no seminário; contribuições nas discussões e pontualidade na entrega das atividades, utilizando como parâmetro o objetivo geral e os objetivos específicos da disciplina.	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário. - Prova escrita. - Análise crítica de provas e testes 	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>HAYDT, Regina Celia Cazaux. Curso de Didática Geral. 7ª ed., 6ª impressão. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22.ed., São Paulo: Cortes, 2011.</p> <p>ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Trad. Ernani R. da F. Rosa - Reimpressão, Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 25 ed., São Paulo: Loyola, 2010.</p> <p>ESTEBAN, Maria Teresa et al. Avaliação no cotidiano escolar. 2ªed., Rio de Janeiro: DP&A</p> <p>VALE, Maria Irene Pereira. As questões fundamentais da didática: enfoque político-social construtivista. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1995.</p> <p>VASCONCELOS, Celso dos S..Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança: por uma práxis transformadora. 11 ed., São Paulo: Libertad (cadernos pedagógicos do Libertad, v6), 2003.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 18 ed. Campinas: Papirus, 2001.</p>		

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: SINTAXE II	
Professor: FERNANDA B. F. DE ARAÚJO	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 75h
OBJETIVOS	
<p>Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer na gramática um auxiliar para o trabalho redacional e para a análise de textos. • Reconhecer formas lexicais e gramaticais adequadas à modalidade (oral ou escrita) e ao grau de formalidade da situação enunciativa. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender a coordenação e a subordinação como processos sintáticos. • Perceber as possibilidades de colocação dos termos da oração e os efeitos observados com a mudança da ordem dos elementos linguísticos. • Identificar os mecanismos de transformação dos períodos e das orações. • Perceber e analisar as relações de concordância e regência. • Reconhecer os sinais de pontuação como fundamentais para a compreensão de um texto. • Identificar as conjunções e os pronomes relativos como elementos de coesão. • Escrever períodos com paralelismo sintático e semântico. • Analisar morfossintaticamente parágrafos e textos. 	
EMENTA	
A significação das construções gramaticais. Aspectos sintáticos e morfossintáticos da língua portuguesa. A estrutura das sentenças simples e complexas do português. Os contrastes entre a oralidade e a escrita nas relações de concordância e regência verbal e nominal. Estilística sintática e paralelismo. Expressão escrita, leitura e redação. Aplicação ao ensino fundamental e médio. Prática pedagógica. Análise morfossintática.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Aspectos gerais de sintaxe	08
A subordinação	08
A coordenação	08
Sintaxe de concordância (verbal)	15
Sintaxe de concordância (nominal)	10
Sintaxe de regência verbal e nominal	10
Sintaxe de colocação	08
A sintaxe aplicada ao texto	08
Total	75
METODOLOGIA	
Exposição dialogada, pesquisas, resolução de problemas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projetor de eslaides; computador; apostilas; cópias; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prova escrita. • Exercícios. • Apresentações orais. • Seminário. • Produções de texto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.</p> <p>CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. Novo manual de sintaxe. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.</p> <p>PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. São Paulo: Ática, 2000.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>AZEREDO, José Carlos de. Fundamentos de gramática do português. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.</p> <p>_____. Iniciação à sintaxe do português. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.</p> <p>FERNANDES, Francisco. Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos. 28. ed. São Paulo: Globo, 2005.</p> <p>_____. Dicionário de verbos e regimes. 45. ed. São Paulo: Globo, 2005.</p> <p>FERRAREZI JUNIOR, Celso. Sintaxe para a educação básica. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>IGNÁCIO, Sebastião Expedito. Análise sintática em três dimensões. 2. ed. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.</p> <p>KURY, A. da G. Novas lições de análise sintática. 9. ed. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Unesp, 2000.</p> <p>ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.</p> <p>VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Ensino de gramática: descrição e uso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	
Professor: MARIA M. COVRE DA SILVA	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apreender e aplicar conceitos básicos para a compreensão dos processos de produção do sentido e da significação nas linguagens, fundamentalmente na língua portuguesa. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localizar o surgimento da semântica como disciplina e compreender seu processo evolutivo. • Reconhecer os limites entre a semântica e a pragmática. • Identificar princípios basilares de alguns dos principais modelos e teorias semânticas. • Compreender as diferenças entre semântica, semiologia e semiótica. • Apreender relações entre sentido e referência. • Relacionar significação e verdade. • Identificar e aplicar processos de produção de efeitos de sentido no nível lexical, frasal e textual/discursivo. • Pesquisar/refletir sobre semântica e ensino. 	
EMENTA	
Origem e evolução dos estudos do sentido e da significação. Limites entre semântica e pragmática. Visão geral dos principais modelos e teorias semânticas. Semântica, semiologia e semiótica. Sentido e referência. Significação e verdade. A significação nos níveis lexical, frasal e textual/discursivo.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Visão histórica panorâmica dos estudos do sentido e da significação; o objeto da semântica e o objeto da pragmática; visão geral dos principais modelos e teorias semânticas. Diferença entre semântica, semiologia e semiótica.	14
Concepções de linguagem, signo e sentido; sentido e referência; significação e verdade.	06
A significação das palavras: sinonímia e paráfrase, antonímia, hiperonímia e hiponímia, homonímia, paronomásia e polissemia; ambiguidade e vagueza; metáfora e metonímia.	18
Semântica da palavra e semântica da sentença: acarretamento; pressupostos e subentendidos; tempo, aspecto e modalidade.	10
Texto, discurso e enunciação: pessoa, tempo e espaço; dêixis e anáfora.	12
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivo-dialogadas; seminários, debates sobre textos teóricos propostos; atividades/exercícios individuais e coletivos sobre o processo de produção do sentido em diferentes níveis: palavra, frase e texto/discurso.	
RECURSOS	
Textos de diversas naturezas, quadro branco e aparelhos de projeção de som e imagens.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios: Contribuição dos educandos nas discussões propostas. Desempenho nos seminários. Demonstração de aprendizagem em exercícios, atividades e provas.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios / atividades Trabalhos em grupo Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CANÇADO, Márcia. Manual de Semântica: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. CHIERCHIA, Gennaro; ILARI, Rodolfo. Semântica. Campinas: UNICAMP, 2003. FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à Linguística II: princípios de análise. 5ed. São Paulo: Contexto, 2011. ILARI, R.; GERALDI, João Wanderley. Semântica. 10.ed. São Paulo: Ática, 2011. MARQUES, Maria Helena Duarte. Iniciação à semântica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BLIKSTEIN, Izidoro. Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade. São Paulo: Cultrix, 1990. CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. 3. ed. São Paulo: Atual, 2009. GUIMARÃES, Eduardo. História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004. HENRIQUES, Claudio Cezar. Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ILARI, R. Introdução à semântica: brincando com a gramática. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2007. ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras . São Paulo: Contexto, 2011. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2006. Kempson, Ruth M. Teoria semântica. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2001. 124 p. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005. NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997. NORMAND, Claudine. Convite à linguística. Tradução e organização: Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. São Paulo: Contexto, 2012. OLIVEIRA, Luciano Amaral. Manual de semântica. Petrópolis: Vozes, 2012. PECHÊUX, M. Semântica e discurso: crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2009. RICOEUR, Paul. A Metáfora viva. Rio de Janeiro: Renes, 1969.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA IV	
Professor: ANDRÉIA PENHA DELMASCHIO	
Período Letivo: 6°	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo no contexto cultural dos países lusófonos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conhecer e identificar traços simbolistas na poesia de língua portuguesa da segunda metade do século XIX. Identificar traços das mais importantes vanguardas europeias e sua presença no Modernismo brasileiro. Conhecer os autores portugueses mais representativos dos movimentos Orpheu e Presencista. Refletir sobre as diversas tendências do chamado Pré-Modernismo brasileiro, tanto quanto sobre a prática enquadrante da historiografia literária. Avaliar a importância da Semana de 22 para a produção literária subsequente. Analisar as implicações sociais do Neo-Realismo português e da Segunda Geração Modernista brasileira. 	
EMENTA	
<p>Simbolismo em Portugal e no Brasil: decadentismo e transcendência. Vanguardas europeias. Modernismo em Portugal. A geração de <i>Orpheu</i>. A geração Presença. Pré-Modernismo brasileiro: as diversas tendências. Primeira fase do Modernismo brasileiro: vanguardismo e nacionalismo. Amadurecimento da poesia e da prosa dos autores da fase heroica: estabilização da consciência criadora. O Neo-Realismo português e o papel social da arte. Segunda fase do Modernismo brasileiro: poesia e prosa de ficção. Regionalismo, romance histórico e de costumes.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Simbolismo em Portugal e no Brasil	06
Modernismo em Portugal.	08
Pré-Modernismo brasileiro	08
Primeira fase do Modernismo brasileiro	15
Neo-Realismo português	08
Segunda fase do Modernismo brasileiro	15
Total	60
METODOLOGIA	
<p>Aulas dialogadas de que fazem parte: leitura expressiva, análise individual e coletiva de textos literários, leitura e discussão de referências crítico-teóricas, dinâmicas de grupo, produção escrita individual e coletiva, avaliação de livros didáticos, visitas à biblioteca e apresentação de filme (DVD), ida ao cinema.</p>	
RECURSOS	
<p>Textos; obras literárias; livros didáticos; quadro branco; televisor; aparelho de DVD; retroprojeter; computador.</p>	
AValiação DA APRENDIZAGEM	

<p>Critérios: A avaliação será feita por meio de cada um dos instrumentos ao lado, observando-se critérios de evolução na aprendizagem e desenvoltura com relação aos temas tratados em aula.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Seminários Resenhas / Ensaio Avaliação dissertativa</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, s/d. CARPEAUX, Otto Maria. História da literatura ocidental. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978-1981. SARAIVA Antônio. José; LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa. 17.ed. Porto: Porto Editora, 2010. TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 1987.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ALMEIDA, Guilherme de. Toda a poesia. São Paulo: Martins Fontes, 1955. AMADO, Jorge. Terras do sem fim. Rio de Janeiro: Record, 1997. ANJOS, Augusto dos. Eu e outras poesias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. ANDRADE, Carlos Drummond de. Antologia poética. Rio de Janeiro: Record, 1986. ANDRADE, Mário de. Poesias completas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. ANDRADE, Mário de. Contos novos. São Paulo: Martins Fontes, 1978. ANDRADE, Oswald de Andrade. Poesias reunidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. BANDEIRA, Manuel. Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. BOPP, Raul. Poesia completa de Raul Bopp. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. CANDIDO, Antonio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993. CUNHA, Euclides da. Os sertões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997. HELENA, Lúcia. Movimentos de vanguarda européia. São Paulo: Scipione, 1993. HELENA, Lúcia. Modernismo brasileiro e vanguarda. 3.ed. São Paulo: Ática, 1996. LIMA, Jorge. Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. MENDES, Murilo. Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. MEIRELES, Cecília. Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 944. MILLIET, Sérgio. Poesias. Porto Alegre: Globo, 1946. NAMORA, Fernando. O trigo e o joio. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987. PESSOA, Fernando. Obra poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. POUND, Ezra. ABC Da Literatura. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Rio de Janeiro: Record, 1985. RAMOS, Graciliano. Vidas secas. Rio de Janeiro: Record, 1985. TORGA, Miguel. Antologia poética. Coimbra: Editora do Autor, 1984. VERÍSSIMO, Érico. Solo de clarineta. Porto Alegre: Globo, 1976.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LÍNGUA ESTRANGEIRA II - INGLÊS	
Professor: ETELVO RAMOS FILHO	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 60
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir competência comunicativa na língua inglesa em nível básico. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir estratégias de compreensão e produção oral. • Adquirir conhecimentos gramaticais básicos da língua inglesa. • Utilizar estratégias de leitura. • Desenvolver competência lexical. • Produzir textos básicos. • Conhecer aspectos culturais. 	
EMENTA	
Conhecimento básico da língua inglesa. Compreensão oral e expressão oral. Habilidade de leitura e produção escrita. Ampliação do léxico.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Língua estrangeira I - Inglês	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Descrição de pessoas, roupas (<i>how long/old/tall, what color, what...look like, prepositions</i>)	06
Lembranças de infância (<i>used to, habitual actions, talking about childhood</i>)	04
Transportes e serviços urbanos (<i>city services, information, adverbs of quantity with countable and uncountable nouns, indirect questions from wh-questions</i>)	04
Descrição de cidades e países (<i>can, should, suggestions, conjunctions, adjectives, adverbs</i>)	07
Falando de saúde e medicação (<i>requests, suggestions, advice, infinitives, can, could, may</i>)	07
Restaurantes (<i>likes, dislikes, would and will for requests, so, neither, either, too, agreeing, disagreeing</i>)	06
Geografia e meio-ambiente (<i>countries, opinions, distances, comparatives, superlatives, questions with how</i>)	06
Convites e telefonemas (<i>future with present continuous and be+going+to, messages, tell and ask, invitations, plans</i>)	07
Planos futuros (<i>future plans, describing changes, present tense, past tense, present perfect</i>)	06
Apresentação de trabalho e avaliações escritas	07
Total	60
ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM	
Exposição dialogada. Aulas práticas. Elaboração e apresentação de trabalho. Atividades em pares e em grupos.	
RECURSOS	
Datashow. Computador. Livros. Textos. CD'S . DVD'S	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios</p> <p>Participação ativa nas atividades propostas.</p> <p>Avaliação escrita.</p> <p>Avaliação oral.</p>	<p>Instrumentos</p> <p>Exercícios</p> <p>Duas avaliações escritas</p> <p>Apresentação oral</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

DE WITT, Ray. How to prepare for IELTS. England: British Council, 2008.

DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York Oxford University Press 2007.

OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, Christina; SELIGSON, Paul. American english file: multipack 2B: student book, workbook, multiROM. New York: Oxford University Press, 1996.

MURPHY, Raymond. English grammar in use: a reference and practice book for intermediate students. Cambridge: Cambridge University, 1991.

MOROSOV, Ivete; MARTINEZ, Juliana Zeggio (Colab.). A didática do ensino e a avaliação da aprendizagem em língua estrangeira. Curitiba: IBPEX, 2008.

NUNAN, David. The learner-centred curriculum: a study in second language teaching. Cambridge: Cambridge University, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDER, L. G. Longman english grammar practice: for intermediate students. New York: Addison-Wesley, 1990.

COLLINS cobuild dictionary of phrasal verbs. New York: Cambridge University, 1996.

COLLINS, William. Mini Collins: dicionário português-inglês, inglês-português. São Paulo: Siciliano, 1991.

HASHEMI, Louise; MURPHY, Raymond. English grammar in use supplementary exercises: with answers. New York: Cambridge University, 1998.

MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self study reference and practice book for intermediate students: with answers. New York: Cambridge University, 1998.

MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of english: with answers. New York: Cambridge University, 1998.

SWAN, Michael. Practical english usage. 2 nd. ed. New York: Oxford University, 1998.

UR, Penny. Grammar practice activities. Cambridge: University Press, 1993.

VALLANDRO, Leonel. Dicionário inglês-português, português- inglês. 25. ed. São Paulo: Globo, 2005.

WEHMEIER, Sally (Ed.). Oxford advanced learner's dictionary of current english. 7th ed New York: Oxford University Press, 2009.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA	
Professor: ILIONI AUGUSTA DA COSTA	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 90h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dotar o licenciando de Letras-Português de instrumentos e estratégias para o ensino de língua e literatura. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Discutir estratégias de ensino de leitura, produção de texto, gramática e literatura. Explorar recursos didáticos. Identificar nas estratégias de ensino a articulação entre língua e linguagens. Analisar e produzir instrumentos para o trabalho em sala de aula. 	
EMENTA	
Estratégias de Ensino. Análise e produção de materiais didáticos. Instrumentação para o trabalho com textos orais e impresso. Diferentes abordagens para correção de textos e outras atividades. Utilização de tecnologias da informação e comunicação (TIC); espaços não formais do ensino da língua e literatura portuguesa e brasileira.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Planejamento e elaboração de avaliação escrita	12
Critérios para correção de textos e outras atividades	12
Recursos computacionais, redes sociais e ensino	12
A videoaula	12
A sequência didática	12
O livro didático	12
Análise e produção de materiais didáticos	18
Total	90
METODOLOGIA	
Aulas expositivas, discussão e análise crítica de textos. Discussões a partir de livros didáticos. Realização de exercícios práticos. Observação de práticas pedagógicas nas escolas. Preparação de atividades a partir de diferentes instrumentos/estratégias. Produção de materiais didáticos e outros instrumentos para o trabalho em sala de aula.	
RECURSOS	
Artigos; obras literárias, de língua portuguesa e linguística; quadro branco e marcadores; computador; datashow. A parte prática da disciplina contará com os recursos da biblioteca e parcerias com escolas próximas ao Ifes.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
CRITÉRIOS: A avaliação será processual, observando as investigações dos educandos e a propriedade das discussões, a construção de conhecimentos e a apresentação de trabalhos.	INSTRUMENTOS: Elaboração de artigo/projeto; Organização de instrumentos; Seminários.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FARIAS, I. M. S. de. (et. al). Didática e docência: aprendendo a profissão. 3. ed. Brasília: Liber, 2011.	

MIRANDA, S. de. **Professor, não deixe a peteca cair**. 7. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2011.

MURCIA, J. A. M. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson (org). **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: volume 2: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 1999.

BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria. A. **Gêneros textuais & ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

GONÇALVES FILHO, Antenor A. **Educação e literatura**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; CAMPANI-CASTILHOS, Daiana; DREY, Rafaela Fetzner. **Gêneros de texto no dia-a-dia do ensino fundamental**. Campinas: Mercado de letras, 2008.

JOUBE, Vincent. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.

MOROSOV, I.; MARTINEZ, J. Z. **Metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira: a didática do ensino e a avaliação de aprendizagem em língua estrangeira**. Curitiba: Editora IBPEX, 2008.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.

VALENTE, André C.; PEREIRA, M. Teresa G. (orgs.). **Língua portuguesa: descrição e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	
Professor: CHARLINI CONTARATO SEBIM	
Período Letivo: 6º	Carga Horária: 135h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Integrar o processo de ensino, pesquisa e aprendizagem; • Aprimorar hábitos e atitudes profissionais; • Proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no curso; • Possibilitar o confronto entre novos conhecimentos teóricos e a prática adotada; • Estimular o desenvolvimento do espírito científico, por meio do aperfeiçoamento profissional; • Agregar valores junto ao processo de avaliação institucional, a partir do resultado do desempenho do aluno. 	
EMENTA	
<p><u>Fase I:</u> observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como preparatória para o planejamento norteador das ações do processo ensino e aprendizagem da segunda etapa do Ensino Fundamental a serem executadas na fase II. Inicia-se com a participação na escola e em sala de aula, como observador crítico, desde o planejamento até a avaliação. As reflexões dessa fase compõem o relatório final das atividades observadas.</p> <p><u>Fase II:</u> momento em que os conhecimentos adquiridos no curso são aplicados às situações reais do ambiente de trabalho. Compreende ações práticas voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de execução do planejamento a partir das demandas vivenciadas na unidade escolar. Este período será de atuação do estagiário em sala de aula, inicialmente como observador, depois como participante e auxiliar do docente das aulas de Língua e Literatura e, por fim, como regente. O estágio supervisionado I se conclui com uma discussão sobre a prática vivenciada pelos alunos e elaboração de propostas de encaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). Cada estagiário deverá elaborar um relatório apresentando o conteúdo-planejamento com descrição das atividades, resultados obtidos e apreciação crítica.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Ter cursado mil e quatrocentas e cinco horas, dentre elas obrigatoriamente as seguintes disciplinas: Leitura e Produção de Textos; Psicologia da Educação; Didática Geral; Política e Organização da Educação Básica; Teoria da Literatura I; Teoria da Literatura II; Morfologia I; Sintaxe I.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
O ESTÁGIO I SERÁ FOCADO NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Apresentação e discussão do plano de ensino e referencial teórico	03
Reuniões de orientação	16
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)	02
Pesquisa bibliográfica e debates	16
Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental	02
Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: temas transversais	02
Planejamento do estágio	16
Atividades de estágio curricular supervisionado serão realizadas escola. Tais atividades serão realizadas sob supervisão concomitante da	48

instituição formadora e da escola. Ênfase na docência do Português, processos de ensino e de aprendizagem, por meio de atividades de linguagem e metalinguagem.	
Elaboração de relatório de estágio	20
Apresentação e Avaliação do Estágio e Encaminhamentos para o Estágio II	10
Total	135
METODOLOGIA	
<p>Será adotada a concepção dialética em que são indissociáveis a teoria e a prática. As aulas serão ministradas com base em um roteiro de discussão para apresentar os conteúdos. Elas serão ilustradas com exemplos e com as experiências escolares e sociais.</p> <p>Para realização da parte prática serão utilizados os princípios básicos da formação de grupos de pesquisa-ação envolvendo a instituição formadora, os alunos-professores, a escola e seus respectivos alunos por meio de aulas, reuniões plenárias e de elaboração e execução de projetos.</p>	
RECURSOS	
Textos; formulários específicos; datashow; retroprojetor; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Instrumentos: Projeto de intervenção Formulários de visitas Aulas de campo no Ensino Fundamental Seminário e relatórios	Critério(s): Serão observadas as adequações às normas da ABNT, a fundamentação teórica da proposta e veracidade das informações contidas nos relatórios (formulários específicos de visita).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006. BRITO, E. V. (org.). PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula. 2.ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003. PICONEZ, S. C.B. Prática de ensino e o estágio supervisionado. 20.ed. Campinas: Papyrus, 2010. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BECHARA, E. Ensino da gramática: opressão? Liberdade? 6.ed. São Paulo: Ática, 1991. BRITTO, L. P. L. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. 3.ed. Campinas: Mercado de Letras, 1997. MEC - Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2006. ROJO, Roxane (Org.). A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNS . São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP, 2000.	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (PROJETO)	
Professor: LUCAS DOS PASSOS E SILVA	
Período Letivo: 7 ^o	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar o aluno para pesquisa, a fim de que possa trabalhar de forma investigativa, interdisciplinar, sintonizado com as mudanças e a complexidade que caracterizam a sociedade do século XXI. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar os conhecimentos sobre investigação científica, realizando estudos investigativos nas diversas linguagens. • Conhecer como deve ser a relação entre orientador e orientando. • Identificar os processos de pesquisas na área de linguagem e quais métodos são utilizados. • Discutir e fundamentar a elaboração do projeto de investigação científica, visando à redação de um texto científico. • Exercitar a apresentação de trabalhos de pesquisa. 	
EMENTA	
Programas e linhas de pesquisas nas diversas linguagens. Problemas de pesquisa linguística e literária. Projeto de trabalho teórico ou experimental na área do ensino de língua ou literatura. Integração dos conceitos apreendidos ao longo do curso.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
70% dos créditos.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Variável	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas. Debates diversos. Leitura e análise de material teórico. Pesquisas orientadas. Exibição de filmes e documentários.	
RECURSOS	
Datashow; computador; apostilas; revistas; textos; CDs.	
AValiação da Aprendizagem	
<p>Critérios</p> <p>Serão observadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A participação dos alunos nas discussões sobre temas gerais da educação e temas relacionados à sua pesquisa. - Qualidade do projeto redigido: justificativa, problema, hipóteses, objetivos, fundamentação teórica e viabilidade de execução da pesquisa. - Autonomia na redação da versão final do projeto e adequação às normas da ABNT. 	<p>Instrumentos</p> <p>Exercícios Fichamentos Projeto de pesquisa</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referência elaboração, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**: documento impresso e/ou digital. 6.ed. Vitória: IFES, 2012. Disponível em:

http://www.ci.ifes.edu.br/data/pdf/Caderno_WEB_Normas_TCC_140-2012.pdf

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de referências** – NBR 6023: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2015. Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000F/00000F66.pdf>

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências. Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2004.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. De. **Projeto de pesquisa - o que e? como fazer?** São Paulo: Olho D'Água, 2008.

SERRANI, Silvana M. **Linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição na discursividade. 2.ed. Campinas: unicamp, 1997.

TACHIZAWA, T. **Como fazer monografia na prática**. 12 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA V	
Professor: LUCAS DOS PASSOS E SILVA	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a literatura brasileira, a portuguesa e a africana em língua portuguesa como componente significativo da formação cultural brasileira no século XX. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Associar as manifestações literárias aos momentos históricos. Identificar os gêneros literários predominantes em cada período estudado. Reconhecer a importância dos principais autores dos períodos estudados no cenário literário brasileiro do século XX. Perceber a relevância do movimento modernista para o cenário cultural brasileiro. 	
EMENTA	
A produção literária pós-guerra e a renovação temática e formal da ficção a partir de 1945. A poesia brasileira de 1945 a 1964; Poesia engajada. A vanguarda concretista. Teatro modernista em língua portuguesa. Poesia marginal e contracultura no Brasil. Literaturas africanas de língua portuguesa em contexto de resistência. Poesia e ficção portuguesas dos anos 1940 aos 1970.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
A produção literária pós-guerra e a renovação temática e formal da ficção a partir de 1945	14
A poesia brasileira de 1945 a 1964	08
A vanguarda concretista	08
Poesia marginal e contracultura	08
Teatro modernista em língua portuguesa	08
Literaturas africanas de língua portuguesa em contexto de resistência	06
Poesia e ficção portuguesas dos anos 1940 aos 1970	08
TOTAL	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, música, apresentação de filme (DVD), produção escrita.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 37.ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978-1981.
SARAIVA Antônio. José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. 17.ed. Porto: Porto Editora, 2010.
TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**. 19.ed. Petropolis: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JÚNIOR, B.; PASCHOALIN, M. A. **História social da literatura portuguesa**. 2ed. São Paulo: Ática, 1985.
AGUILAR, G. **Poesia concreta brasileira: as vanguardas na encruzilhada modernista**. São Paulo: EDUSP, 2005.
FARIA, João Roberto (Dir.). **História o teatro brasileiro II: do Modernismo às tendências contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, SESCSP, 2012.
FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2000.
MENDONÇA, F. **A literatura portuguesa no século XX**. São Paulo: Cultrix, 1981.
MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ANÁLISE DO DISCURSO	
Professor: FERNANDA B. F. DE ARAÚJO	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apreender teorias e análises do discurso de diferentes vertentes, enfatizando, porém, a vertente francesa. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicar conceitos teóricos em práticas de análise do discurso. • Relacionar língua/ discurso, texto/discurso; • Analisar a estrutura de um texto; • Compreender as construções ideológicas presentes nos textos analisados; • Analisar a linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio do seu uso e o sentido social construído; • Refletir sobre os processos em que o sentido é abordado como efeito de linguagem, e não como propriedade literal das coisas expressas em palavras. 	
EMENTA	
Teorias e análises do discurso de diferentes vertentes. Conceitos de discurso. Análise de produções discursivas orais e escritas à luz de categorias dialógicas, enunciativas e situacionais. Estudo dos meios de produção e interpretação de textos verbais e não-verbais e de suas estratégias de adesão, argumentação e persuasão. Condições de produção, ideologia, efeito de sentido e sujeito. Formação discursiva, interdiscursividade, memória discursiva e história. Polifonia e heterogeneidade discursiva. Gênero discursivos. Teoria de Análise Crítica do Discurso. Análise de Discurso como dispositivo teórico-analítico da interpretação. Relações língua/ discurso, texto/discurso. Análise de conteúdo vs. análise de discurso. A questão do sujeito e da autoria. Prática de análise. Prática pedagógica.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Conceitos de língua, linguagem, fala, sujeito e discurso.	08
Do enunciado à função enunciativa.	06
Formação discursiva e efeitos de sentido.	08
Discurso como objeto de análise da escola francesa.	08
A definição discursiva de ideologia.	08
Construção da análise do discurso.	12
Exercícios práticos	10
TOTAL	60
METODOLOGIA	
Aula expositiva, seminários, exposição dialogada, pesquisas, análises comparativas e aulas práticas.	
RECURSOS	
Projetor de slides; computador; jornais; revistas; livros; quadro branco.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos alunos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, nos exercícios práticos e na apresentação de trabalhos.</p>	<p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exercícios práticos. ▪ Apresentações individuais. ▪ Seminários.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
 BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismosociodiscursivo**. 2. ed. São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP, 2009.
 ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
 SOUZA, Pedro. **Análise do Discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, H. N. Introdução à análise do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
 BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de letras, 2006.
 FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.
 FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.
 FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, c2006.
 INDURSKY, F.; LEANDRE-FERREIRA, M.C. (orgs.) **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: SagraLuzzatto, 1999.
 KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
 MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. F. Indursky. Campinas: Pontes/Ed. da Unicamp, 1989.
 MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.
 ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
 PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 2009.
 SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]discutir: texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Professor: MARIA JOSÉ DE RESENDE FERREIRA	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir acerca dos diferentes momentos da trajetória da EJA, suas concepções, políticas públicas e práticas pedagógicas. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar os sentidos, princípios e concepção da EJA como modalidade, e sua configuração a partir da diversidade dos sujeitos, no exercício do direito à educação; • Destacar a educação popular como dimensão constitutiva do campo da EJA e suas relações com as diferentes matrizes da formação humana, na perspectiva da formação cidadã. • Discutir a especificidade da construção do conhecimento dos sujeitos da EJA. • Problematizar as questões recorrentes das estratégias do processo de ensino e de aprendizagem • Revisar o percurso da educação de jovens e adultos no Brasil a partir de elementos que configuram este campo de conhecimento nas perspectivas sócio, histórico e filosófica e suas implicações na construção de políticas públicas de Estado. • Analisar o papel dos programas na perspectiva do fortalecimento da modalidade EJA 	
EMENTA	
Fundamento histórico da educação de jovens e adultos; a política nacional e a fundamentação legal da educação de jovens e adultos; projetos e programas de educação profissional para jovens e adultos; Implicações metodológicas para EJA; fundamentos político-pedagógicos do currículo, do planejamento e da avaliação de EJA.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Educação de Jovens e adultos: percurso entre a interdição e a afirmação do direito à educação.	04
As políticas públicas, programas e projetos para educação de jovens e adultos	04
Fundamentos Filosóficos Sociológicos e Políticos da EJA: - As bases sociais e epistemológicas para a construção do conhecimento escolar. - o pensamento de Freire e suas matrizes referenciais.	06
Educação de Jovens e adultos, a diversidade dos sujeitos e o processo de juvenilização da EJA.	04
O movimento social dos Fóruns de EJA.	04
As alternativas práticas para o ensino-aprendizagem na educação escolar de jovens e adultos e as possibilidades de reconstrução do conhecimento.	08
Total	30
METODOLOGIA	
O desenvolvimento da disciplina priorizará sempre uma abordagem interdisciplinar porque os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas, entrevistas etc.	
RECURSOS	

Datashow; computador; apostilas; revistas; textos.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<p>Critérios A avaliação terá caráter diagnóstico e formativo considerando a realização das atividades propostas em sala de aula e extraclasse.</p>	<p>Instrumentos Exercícios avaliativos escritos; Provas.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação. Parecer CNE/CEB 11/2000. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf.</p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de EJA - Proeja. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Decreto 5478/2005. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Decreto 5840/2006. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CÂNDIDO, Antônio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 45.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.</p> <p>FRIGOTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>HADDAD, S. Novos caminhos em educação de jovens e adultos. São Paulo: Global, 2007.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.</p> <p>PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição federal de 1988 (versão atualizada). Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal.</p> <p>SOARES, L; GIOVANETTI, M. A. G. De C.; GOMES, N. L. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LÍNGUA ESTRANGEIRA III - INGLÊS	
Professor: ETELVO RAMOS FILHO	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir competência comunicativa na língua inglesa em nível intermediário. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a compreensão e produção oral. • Adquirir conhecimentos gramaticais intermediários da língua inglesa. • Desenvolver competência lexical. • Produzir textos narrativos e descritivos. • Interpretar textos. 	
EMENTA	
Conhecimento básico da língua inglesa. Compreensão oral e expressão oral. Habilidade de leitura e produção escrita.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Língua estrangeira II - Inglês	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Lembranças de infância (<i>used to, habitual actions, talking about childhood</i>)	05
Transportes e serviços urbanos (<i>city services, information, adverbs of quantity with countable and uncountable nouns, indirect questions from wh-questions</i>)	05
Passado, presente e future (<i>changes, time periods, possibilities, if-clauses</i>)	07
Alimentos e métodos de cocção (<i>food, favorites, instructions, simple past vs. present perfect, sequence adverbs</i>)	06
Férias, planos e viagens (<i>be+going+to, will, suggestions, have to, don't have to, must, need to, better, ought to, should</i>)	06
Reclamações e tarefas domésticas (<i>phrasal verbs, modals, would you mind..., requests, excuses, apologies, complaints</i>)	05
Dinheiro, expectativas e situações difíceis (<i>speculations about past and future, predicaments, hopes, advice, suggestions, unreal conditional, if, past modals</i>)	04
Pedidos, convites e desculpas (<i>reported speech, requests, invitations, white lies</i>)	04
Tecnologia (<i>describing technology, instructions, advice, gerunds and infinitives</i>)	05
Feriados e comemorações (<i>holidays, customs, relative clauses of time, adverbial clauses of time</i>)	06
Apresentação de trabalho	04
Avaliações escritas	03
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada. Aulas práticas. Elaboração e apresentação de trabalho. Atividades em pares e em grupos.	
RECURSOS	
Datashow; computador; livros; textos; CDs; DVDs.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
1. ritérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões	1 Instrumentos: Exercícios Trabalhos em grupo

em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.	Provas
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>DE WITT, Ray. How to prepare for IELTS. England: British Council, 2008.</p> <p>DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York Oxford University Press 2007.</p> <p>OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, Christina; SELIGSON, Paul. American english file: multipack 3B: student book, workbook, multiROM. New York: Oxford University Press, 1996.</p> <p>MURPHY, Raymond. English grammar in use: a reference and practice book for intermediate students. Cambridge: Cambridge University, 1991.</p> <p>MOROSOV, Ivete; MARTINEZ, Juliana Zeggio (Colab.). A didática do ensino e a avaliação da aprendizagem em língua estrangeira. Curitiba: IBPEX, 2008.</p> <p>NUNAN, David. The learner-centred curriculum: a study in second language teaching. Cambridge: Cambridge University, 1988.</p> <p>HASHEMI, Louise; MURPHY, Raymond. English grammar in use supplementary exercises: with answers. New York: Cambridge University, 1998.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ALEXANDER, L. G. Longman english grammar practice: for intermediate students. New York: Addison-Wesley, 1990.</p> <p>HUTCHINSON, Tom. Project english 1: teacher's book. Oxford: Oxford University Press, 1990.</p> <p>HUTCHINSON, Tom. Project english 2: workbook. Oxford: Oxford University Press, 1990.</p> <p>MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of english: with answers. New York: Cambridge University, 1998.</p> <p>COLLINS cobuild dictionary of phrasal verbs. New York: Cambridge University, 1996.</p> <p>COLLINS, William. Mini Collins: dicionário português-inglês, inglês-português. São Paulo: Siciliano, 1991.</p> <p>MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self study reference and practice book for intermediate students: with answers. New York: Cambridge University, 1998.</p> <p>VALLANDRO, Leonel. Dicionário inglês-português, português- inglês. 25. ed. São Paulo: Globo, 2005.</p> <p>WEHMEIER, Sally (Ed.). Oxford advanced learner's dictionary of current english. 7th ed New York: Oxford University Press, 2009.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Professor: MARIA M. COVRE DA SILVA	
Período Letivo: 7º	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral: Analisar as transformações do mundo do trabalho e suas implicações na educação básica e profissionalizante.</p> <p>Específicos: Estudar os princípios políticos, econômicos, epistemológicos que norteiam os estudos e pesquisas sobre o Trabalho e Educação; Compreender o trabalho como princípio educativo; Discutir as políticas de formação profissional e tecnológica no contexto atual.</p>	
EMENTA	
O mundo do trabalho e a formação humana. As relações históricas entre educação, economia e sociedade. Trabalho, conhecimento e os processos educativos na história brasileira. O trabalho e o emprego no contexto da globalização do capital e as dimensões ética, política e econômica da qualificação da força de trabalho. O direito do trabalhador à educação e as perspectivas históricas e ontológicas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
1 – Fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação: A dupla face do trabalho: a dimensão histórico-ontológica O trabalho como princípio educativo Qual educação: o horizonte pedagógico do capital	10 horas
2 – As transformações do mundo do trabalho e a organização social do trabalho na contemporaneidade: O trabalho sob o sistema capitalista: a organização do trabalho nos séculos XX e XXI Educação e crise do trabalho assalariado – a nova questão social A sociedade do conhecimento e a pedagogia das competências: uma perspectiva crítica	10 horas
3 – As políticas educacionais atuais para o Ensino Médio e a Educação Profissional Quadro atual do Ensino Médio e da oferta da educação profissional no Brasil A organização da educação profissional desenvolvida pelo MEC e MTb A política da integração da formação técnica e geral: Ensino Médio Integrado; PROEJA.	10 horas
Total	30
METODOLOGIA	
Aula expositiva e dialogada. Leitura e análise de textos e artigos. Discussões/debates. Trabalhos individuais e em grupo. Filmes.	
RECURSOS	
Quadro e pincel; projetor multimídia e computador; DVD e TV.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	

Cr�terios Capacidade de an�lise e s�ntese; Clareza, concis�o e incis�o na elabora�o e exposi�o de trabalhos e avalia�es; Utiliza�o da ABNT na constru�o de trabalhos. Avalia�o individual e em grupo.	Instrumentos Provas, semin�rios e/ou trabalhos.
BIBLIOGRAFIA B�SICA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. Media�es hist�ricas de trabalho e educa�o: g�nese e disputas na forma�o dos trabalhadores: (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2. MACHADO, Luc�lia Regina de Souza. et al. Trabalho e educa�o. Campinas: Papyrus, 1994. 3. SAVIANI, D. Trabalho e educa�o: fundamentos ontol�gicos e hist�ricos. Revista Brasileira de Educa�o. v.12, n. 34, Jan/Abr. 2007. 	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<ol style="list-style-type: none"> 1. ANDERSON, P. Balan�o do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. P�s-neoliberalismo: as pol�ticas sociais e o estado democr�tico. S�o Paulo: Paz e Terra, 1995. 2. ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirma�o e a nega�o do trabalho. S�o Paulo: Boitempo, 1999. 3. ENGUITA, M. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a cr�tica da educa�o. Porto Alegre: Artes M�dicas, 1993. 4. FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M.. Ensino m�dio integrado: concep�o e contradi�es. S�o Paulo: Cortez, 2005. 5. GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organiza�o da cultura. Rio de Janeiro: Civiliza�o Brasileira, 1991. 6. KUENZER, A. (org.). Ensino m�dio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. S�o Paulo: Cortez, 2000. 7. PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. S�o Paulo: Express�o Popular, 2000. 8. POCHMANN, M. O emprego na globaliza�o. S�o Paulo: Boitempo, 2001. 	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	
Professor: LETÍCIA QUEIROZ DE CARVALHO	
Período Letivo: 7 ^o	Carga Horária: 135h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Integrar o processo de ensino, pesquisa e aprendizagem; • Aprimorar hábitos e atitudes profissionais; • Proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no curso; • Possibilitar o confronto entre novos conhecimentos teóricos e a prática adotada; • Estimular o desenvolvimento do espírito científico, através do aperfeiçoamento profissional; • Agregar valores junto ao processo de avaliação institucional, a partir do resultado do desempenho do aluno. 	
EMENTA	
<p>Fase I: observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como preparatória para o planejamento norteador das ações do processo ensino e aprendizagem no Ensino Médio a serem executadas na fase II. Inicia-se com a participação na escola e em sala de aula, como observador crítico, desde o planejamento até a avaliação, as reflexões dessa fase compõem o relatório final das atividades observadas.</p> <p>Fase II: momento em que os conhecimentos adquiridos no curso são aplicados às situações reais do ambiente de trabalho. Compreende ações práticas voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de execução do planejamento a partir das demandas vivenciadas na unidade escolar. Este período será de atuação do estagiário em sala de aula, inicialmente como observador, depois como participante e auxiliar do docente das aulas de Língua e Literatura e, por fim, como regente. O estágio supervisionado II se conclui com uma discussão sobre a prática vivenciada pelos alunos e elaboração de propostas de encaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). Cada estagiário deverá elaborar um relatório apresentando o conteúdo-planejamento com descrição das atividades, resultados obtidos e apreciação crítica.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Estágio Supervisionado I.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
O ESTÁGIO II SERÁ FOCADO NO ENSINO MÉDIO	
Apresentação e discussão do plano de ensino e referencial teórico	03
Reuniões de orientação	16
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)	02
Pesquisa bibliográfica e debates	16
Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	02
Planejamento do estágio	02
Atividades de estágio curricular supervisionado, realizadas na escola. Tais atividades serão realizadas sob supervisão concomitante da instituição formadora e da escola. Ênfase na docência de Português e Literatura, por meio de atividades de linguagem e metalinguagem.	16
Elaboração de relatório de estágio	48
Apresentação e Avaliação do Estágio e Encaminhamentos para o Estágio III	20

Total		135
METODOLOGIA		
Será adotada a concepção dialética em que são indissociáveis a teoria e a prática. As aulas serão ilustradas com exemplos de experiências escolares e sociais. Para realização da parte prática serão utilizados os princípios básicos da formação de grupos de pesquisa-ação envolvendo a instituição formadora, os alunos-professores, a escola e seus respectivos alunos por meio de aulas, reuniões e projetos.		
RECURSOS		
Textos; formulários específicos; datashow; retroprojeto; computador.		
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
Critérios	Instrumentos	
A avaliação será processual, observando as investigações dos educandos e a propriedade das discussões, a construção de conhecimentos e a apresentação de trabalhos.	Exercícios Relatórios Resenhas Seminários	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BRITO, E. V. (org.). PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula. 2.ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.</p> <p>FREITAS, Deisi Sangoi; GIORDANI, Estela Maris; CORRÊA, Guilherme Carlos (Org.). Ações educativas e estágios curriculares supervisionados. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.</p> <p>PICONEZ, S. C.B. Prática de ensino e o estágio supervisionado. 20.ed. Campinas: Papyrus, 2010</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BRITTO, L. P. L. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. 3.ed. Campinas: Mercado de Letras, 1997.</p> <p>BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). Português no ensino médio e formação do professor. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>CEREJA, William Roberto. Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2011.</p> <p>MEC - Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais ensino médio, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf</p> <p>PAIVA, Aparecida et al. Democratizando a leitura: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: proposta para ensino de gramática. 14.ed. São Paulo: Ática, 2009.</p>		

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA VI	
Professor: LUCAS DOS PASSOS E SILVA	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender a literatura em língua portuguesa como componente significativo da cultura contemporânea dos países lusófonos. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Associar as manifestações literárias em língua portuguesa aos momentos sociopolíticos contemporâneos. Identificar as tendências da literatura em língua portuguesa dos anos 1970 à atualidade. Observar as questões éticas e estéticas das literaturas africanas em língua portuguesa. Refletir sobre as manifestações literárias do autor capixaba no cenário da literatura de língua portuguesa. 	
EMENTA	
A ficção urbana brasileira das décadas de 1970 e 1980. Memória e história na ficção africana em língua portuguesa: utopias literárias e descolonização. A poesia africana em língua portuguesa: tradições, rupturas, lirismo e distopias sociais. Tendências da literatura brasileira contemporânea: ficção e poesia. A narrativa e a lírica portuguesa na contemporaneidade. O teatro em língua portuguesa dos anos 1970 à atualidade. Panorama da literatura brasileira produzida no Espírito Santo.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Ficção brasileira nas décadas de 1970 e 1980	06
Literaturas africanas de língua portuguesa	14
Poesia brasileira contemporânea	06
<i>Ficção brasileira contemporânea</i>	06
<i>Poesia portuguesa contemporânea</i>	06
<i>Ficção portuguesa contemporânea</i>	06
Teatro contemporâneo de língua portuguesa	06
Literatura do Espírito Santo	10
TOTAL	60
METODOLOGIA	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, entrevistas, leitura de textos, análise coletiva, discussão livre, dinâmicas de grupo, proposta de pesquisa de campo, música, apresentação de filme (DVD), produção escrita.	
AValiação da Aprendizagem	

<p>Critérios: A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos e avaliação escrita.</p>	<p>Instrumentos: Exercícios Participação em Debate Resenha Provas</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2000. NEVES, Reinaldo Santos. Mapa da literatura brasileira feita no Espírito Santo. Estação capixaba: portal de cultura do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/literatura/mapa-da-literatura-brasileira-feita-no-espírito-santo/>. Acesso em: 04 ago. 2015. SALGUEIRO, Wilberth. Forças e formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea. Vitória: Edufes, 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. CARNEIRO, Flávio. No país do presente: ficção brasileira no início do século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. CHAVES, Rita & MACEDO, Tania. Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006. COELHO, Jacinto do Prado (Org.). Antologia da ficção portuguesa contemporânea. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979. FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2000. GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. 70/80 Cultura em trânsito: da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. GINZBURG, Jaime. Crítica em tempos de violência. São Paulo: Edusp, 2012. OLIVEIRA, Nelson de. Axis mundi: o jogo de forças na lírica portuguesa contemporânea. São Paulo: Ateliê, 2009 PONTES JR., Geraldo R. Dramaturgia brasileira contemporânea: uma retórica do impasse. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999. RIBEIRO, Francisco Aurélio. A modernidade das letras capixabas. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1993. RIBEIRO, Francisco Aurélio. A literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica. Vitória: Nemar, 1996. RYNGAERT, Jean-Pierre. Ler o teatro contemporâneo. Trad. Andréia Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2013. SALGUEIRO, Wilberth. Lira à brasileira: erótica, poética, política. Vitória: Edufes, 2007. SALGUEIRO, Wilberth; AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de; NEVES, Reinaldo Santos (org.). Bravos companheiros e fantasmas 4: estudos críticos sobre o autor capixaba. Vitória: Edufes, 2011. SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Ficção brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.</p>	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: LITERATURA INFANTOJUVENIL	
Professor: KARINA BERSAN ROCHA	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a literatura infantojuvenil e suas especificidades. <p>Específicos:</p> <p>Conceituar leitura, reconhecendo seus tipos e os passos para a formação do leitor;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar a análise do gênero literatura infantojuvenil; • Discutir os conceitos e questões que cercam esse gênero e suas transformações ao longo da história; • Reconhecer as características e modalidades de textos poéticos e narrativos para crianças; • Discutir as implicações ideológicas do gênero literatura infantojuvenil no processo educacional; • Discutir o uso da literatura infantojuvenil na escola e as questões mercadológicas que levam à adoção de certas obras. 	
EMENTA	
Considerações sobre a especificidade da literatura infantil. Relação texto e ilustração. Memória e formas de narrar no passado e no presente. A arte de contar, ler e recriar histórias: gêneros orais e gestualidade. Aproximações entre poesia e infância. Narrativa e drama para crianças. Experiência estética e afetividade na infância e na adolescência. Política, ideologia e literatura infantil. Literatura, PCNs e temas transversais.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Conceitos de leitura, tipos de leitura e a formação do leitor.	10
Literatura infantil e juvenil: história e situação atual.	12
Características da obra literária Infantojuvenil.	08
Poesia e infância. Tipologias das histórias infantis.	10
Literatura e educação.	05
Política, ideologia e literatura infantojuvenil.	05
A arte de ler, contar e recriar histórias. Técnicas e Prática.	10
Total	60
METODOLOGIA	
Aulas interativas e dialogadas com exposição por meio de seminários, leitura de textos, análises de livros didáticos e literários, discussão livre, análise de artigos de revistas e jornais, dinâmicas de grupo, apresentação de filmes (DVD), leitura e análise de produção escrita.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; quadro branco; Datashow; computador.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
<p>Crítérios:</p> <p>A avaliação será processual, observando a participação dos educandos nas discussões em sala de aula, a interação na construção dos conhecimentos, na apresentação de trabalhos.</p>	<p>Instrumentos:</p> <p>Exercícios Participação em Debate Resenha, Seminários</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

CADEMARTORI, Lúgia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 89 p. (Coleção primeiros passos)

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 328 p.

SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do; RODRIGUES, Inara de Oliveira. **Literatura infanto-juvenil**: pedagogia - módulo 5. Ilhéus, BA: Editus, 2012. 141 p.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. Curitiba: IBPEX, 2010. 257 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CITELLI, Adilson et al. **Prazer em ler**: registros esparsos da emoção do caminhante nas lidas com a mediação da leitura. Ilustrações de Cris Eich. Instituto C&A; CENPEC. 2007. Disponível em:
http://institutoce1.dominiotemporario.com/instituto/site/content/atuacao/prazeremler/materias_de_apoio/pdf/publicacao_prazer_em_ler2.pdf. Acesso em 29 set.2016.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil**: teoria e prática. 16. ed. São Paulo: Ática, 1997.

JOUVE, Vincent. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

KHÉDE, Sonia Salomão (org.). **Literatura infanto-juvenil**: um gênero polêmico. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Ensaio de leitura e literatura infantojuvenil**. Serra(ES): Formar, 2010.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura**: ensaios. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA	
Professor: MARIA M. COVRE DA SILVA	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 60h
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir estratégias para o ensino de língua e literatura por meio de laboratório de docência. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir estratégias de ensino. • Explorar métodos e recursos didáticos. • Articular o ensino da língua com as diversas linguagens • Avaliar e experimentar materiais didáticos. 	
EMENTA	
Gestão de sala de aula na prática: planejamento, organização, execução e avaliação. Ética profissional: a prática docente no contexto do Projeto Pedagógico da escola. Vivências de aulas práticas/simuladas. Proposta de ação interventora para melhoria da prática docente. Princípios pedagógicos de transversalidade, contextualidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: dificuldades e possibilidades. Diferentes abordagens para correção de textos e outras atividades. Estratégias de Ensino. Análise de materiais didáticos. Instrumentação para o trabalho com textos orais e impressos.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Diferentes abordagens para ensinar a produzir textos.	10
Estratégias de Ensino.	06
Seleção e experimentação de materiais didáticos.	06
Metalinguagens e ações interdisciplinares	06
Exploração de recursos diversificados e simulações práticas	12
Atividades extraclasse com finalidade prática	20
Total	60
METODOLOGIA	
Exposição dialogada. Realização de exercícios práticos. Seleção e experimentação de atividades práticas, utilizando recursos variados.	
RECURSOS	
Textos; obras literárias; quadro; televisor; aparelho de DVD; datashow; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios Serão observadas a frequência, manipulação das ferramentas, capacidade de elaboração, etc.	Instrumentos Elaboração de Projeto Organização de instrumentos Prova operativa.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MACHADO, Nílson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MIRANDA, S. de. Professor, não deixe a peteca cair. 7.ed. Campinas-SP: Papyrus, 2011. MURCIA, J. A. M. Aprendizagem através do jogo. Porto Alegre: Artmed, 2005. ZABALA, Antoni (Org.). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

- AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Mirian Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOLZAN, Dóris Pires Vargas. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- BROUSSEAU, Guy. **Introdução ao estudo da teoria das situações didáticas: conteúdos e métodos de ensino.** São Paulo: Ática, 2008.
- BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor.** 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Coord.). **Práticas interdisciplinares na escola.** São Paulo: Cortez, 1991.
- GONZÁLEZ ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; CAMPANI-CASTILHOS, Daiana; DREY, Rafaela Fetzner. **Gêneros de texto no dia-a-dia do ensino fundamental.** Campinas: Mercado de letras, 2008.
- MOROSOV, I.; MARTINEZ, J. Z. **Metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira: a didática do ensino e a avaliação de aprendizagem em língua estrangeira.** Curitiba: Editora IBPEX, 2008.
- PENIN, Sonia Teresinha de Sousa; MARTÍNEZ, Miquel. **Profissão docente: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2009.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina.** São Paulo: Contexto, 2011.
- SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo.** São Paulo: Contexto, 2011.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUES	
Unidade Curricular: GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR	
Professor: ANTONIO CARLOS GOMES	
Período Letivo: 8°	Carga Horária: 60 horas
OBJETIVOS	
<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> Contextualizar conhecimentos teórico-práticos relativos à organização educacional, com vistas à compreensão do trabalho escolar e do papel atual da gestão da escolar. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Analisar a trajetória histórica da gestão, buscando conhecer origens e evolução; Construir o conceito de gestão escolar democrática; Discutir a educação básica no que diz respeito à organização e gestão; Elencar instrumentos de democratização da gestão escolar, destacando o Projeto Político Pedagógico como essência da organização escolar. Compreender estratégias e mecanismos de interação com a comunidade. Problematizar o papel da gestão no direcionamento dos planejamentos e ações escolares. 	
EMENTA	
<p>Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica da administração escolar. Fundamentos da gestão dos sistemas de ensino e das escolas. A organização democrática da escola pública: bases legais e os desafios. O papel do gestor escolar na organização dos espaços educativos: variáveis comportamentais e ambientais. Pressupostos do projeto político-pedagógico da escola. A organização do trabalho escolar: noções gerais de planejamento, coordenação, controle e avaliação do trabalho pedagógico. Política educacional no contexto das políticas públicas. A sociedade contemporânea e os movimentos de reforma e mudanças da escola.</p>	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Contexto histórico das teorias da administração: Taylorismo, Toyotismo, Fordismo, etc.	04
Projeto Político Pedagógico: conceito, composição, sustentação legal e processo de elaboração.	06
Gestão escolar, qualidade de ensino e indicadores dos processos de ensino e de aprendizagem. LDB 9394/96 no cotidiano escolar desdobramentos na gestão educacional do PNE e das avaliações de larga escala (ENEM, prova Brasil, IDEB, SAEB, PAEB etc.).	06
Gestão democrática da educação: concepções, práticas e fundamentos legais; princípios da organização e gestão escolar participativa; conselho de escola; a liderança no contexto da gestão democrática: tipos de líderes e auto avaliação; perfil do gestor escolar: autoridade baseada na pessoa e na função.	06
Escola e comunidade: o diretor, agente da ligação escola-comunidade; participação da comunidade na escola; alianças: professor, família e comunidade.	06
Planejamento institucional: formas, desdobramentos, elaboração e avaliação:	12

responsabilidade social da escola; eventos escolares e sua organização.	
Gestão econômico-financeira e financiamentos educacionais: recursos diretos e indiretos; orçamento da escola; descentralização de recursos financeiros, execução e controle de recursos.	08
Gestão acadêmica: organização e apresentação do calendário escolar e implicações legais. pautas e documentos de registros; QMP (quadro e movimento de pessoal); atas de resultado final; reuniões pedagógicas,	08
Gestão educacional e tecnologias.	04
Total	60
METODOLOGIA	
O processo ensino aprendizagem será desenvolvido por meio de uma metodologia interativa em que o aluno, juntamente com o grupo, é responsável por sua aprendizagem, e o professor tem papel de mediar as múltiplas relações da sala de aula. Priorizará sempre uma abordagem interdisciplinar porque os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; visitas técnicas; pesquisas, entrevistas e outros.	
RECURSOS	
Kit multimídia, computador, apostila, revistas, textos, quadro branco, pincéis.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios A avaliação terá caráter diagnóstico e formativo considerando a realização das atividades propostas em sala de aula e extraclasse.	Instrumentos – Seminários. – Exercícios avaliativos escritos. – Provas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LÜCK, Heloísa et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . Rio de Janeiro: DP&A, 1998. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica . São Paulo: Cortez, 2002. PARO, Vitor Henrique. Crítica da Estrutura da Escola . São Paulo: Cortez, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FERREIRA, Naura S. Carapeto. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios . São Paulo: Cortez, 2003. GADOTTI, Moacir. Autonomia da escola: princípios e propostas . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 6.ed. São Paulo: Heccus, 2013. LUCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional . Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. LUCK, Heloisa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015. SANTOS, Clovis Roberto dos. O gestor educacional de uma escola em mudança . São Paulo: Pioneira Thompsom Learning, 2002.	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUES	
Unidade Curricular: EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Professor: CHARLINI CONTARATO SEBIM	
Período Letivo: 8°	Carga Horária: 30 horas
OBJETIVOS	
Geral:	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os aspectos históricos e legais da educação especial e da educação inclusiva, bem como as estratégias de ensino-aprendizagem para os discentes público alvo da educação especial. 	
Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar os movimentos históricos da Educação Especial e Inclusiva com as atuais políticas voltadas para essa modalidade de ensino. • Compreender a base legal pertinente à educação especial e inclusiva. • Conhecer o público alvo da Educação Especial • Entender a necessidade de acessibilidade e aplicação das tecnologias assistivas no âmbito escolar. • Desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem para os discentes público-alvo, considerando as adaptações curriculares que podem ser necessárias, bem como a avaliação em uma perspectiva inclusiva. 	
EMENTA	
Educação especial: aspectos históricos, políticos e legais. Público-alvo da Educação Especial. Implicações metodológicas: estratégias de ensino-aprendizagem, adaptação curricular, tecnologias assistivas, e avaliação.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Não há.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Fundamentos da Educação Especial, na perspectiva inclusiva: aspectos históricos, políticos e legais.	06h
Público-alvo da Educação Especial: tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.	06h
Estratégias de ensino-aprendizagem e tecnologias assistivas relacionadas aos diversos tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.	12h
Adaptação curricular e avaliação na perspectiva inclusiva.	06h
Total	30
METODOLOGIA	
Aulas expositivas dialogadas. Trabalhos em grupo. Pesquisa. Estudo de casos. Oficinas metodológico-didáticas.	
RECURSOS	
Televisão, DVD; Textos pertinentes aos temas em debate; Projetor multimídia. Material dourado. Sala de recursos.	
AValiação DA APRENDIZAGEM	
Crítérios A avaliação será qualitativa e quantitativa, obedecidas as diretrizes do Regulamento da Organização Didática do Ifes.	Instrumentos Seminários; Trabalhos acadêmicos; Avaliações e Oficinas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

JESUS, Denise Meyrelles de, BAPTISTA, Claudio Roberto, BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa, VICTOR, Sonia Lopes (orgs.) **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm>. Acesso: 22 jun. 2016.

SONZA, Andréa Poletto. KADE, Adrovane. FAÇANHA, Agebson. et al. **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs**. Série Novos Autores da Educação Profissional e Tecnológica. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul *Campus* Bento Gonçalves/SETEC-MEC, 2013. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/acessibilidade-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em 23 Jun. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACESSIBILIDADE. Disponível em: <<http://www.acesso brasil.org.br/>>

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, Art. 208, II.

_____. Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996. Art.4º, 58, 59 e 60.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

_____, Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, nº163, 26 de agosto de 2009. Seção 01.p.3.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica Nº. 11, de 7 de maio de 2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

ESPÍRITO SANTO. Resolução N.º 2152, de 07 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Conselho Estadual de Educação.

_____. Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a Rede Estadual de Ensino. Secretaria de Estado da Educação, 2010.

_____. LEI Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL/MEC/SEESP: **Ensinando na diversidade: reconhecendo e respondendo as necessidades especiais**. MEC/SEF/SEESP, 2003, Brasília.

_____. **Inclusão**: revista da educação especial. Brasília: v. 1, n. 1, p. 19-23, out.2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso 23 jun. 2016.

CALDAS, Wagner Kirmse; GOMES, Vitor. Acessibilidade e informática na escola inclusiva. In: **Informática na Educação: Um Caminho de Possibilidades e Desafios**. Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2011, cap. 8, p. 187-205. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxIZHV0ZWNPZmVzfGd4OjJhN2JhZThZjJkMmNjMmY>>. Acesso em 23 Jun 2016.

COSTA, Ailton Barcelos da; PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; ELIAS, Nassim Chamel. Habilidades Matemáticas em Pessoas com Deficiência Intelectual: um Olhar Sobre os Estudos Experimentais1. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 1, p. 145-160, Mar. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000100145&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun 2016.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta Khol et al. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

GONZÁLES, Eugenio (Org). **Necessidades educacionais específicas**: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2016.

MANZINI, Eduardo José. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In. SORRI_BRASIL (org) **Ensaaios pedagógicos**: construindo escolas inclusivas. p.82-86. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>>. Acesso: 23 jun. 2016.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco (Org.). **Da exclusão à inclusão**: (re)construindo significados à luz dos pensamentos de Vygotsky, Paulo Freire e Michel Foucault. Juiz de Fora/MG: Ed. UFJF, 2009.

MENDES, Enicéia G.; VILARONGA, Carla A. R. e ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: Edufscar, 2014.

MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (Coord.). **Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. 251-259.

SILVA, Mariana Cesar Verçosa; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Estudantes com necessidades educacionais especiais nas avaliações em larga escala: prova Brasil e ENEM. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 1, p. 53-68, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun. 2016.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	
Professor: LUCAS DOS PASSOS E SILVA	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 70h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Investigar o contexto educativo na sua complexidade. • Promover o desenvolvimento da pesquisa científica, buscando novos conhecimentos pedagógicos mediadores de uma prática educativa de caráter interdisciplinar, considerando-se a pluralidade e a diversidade do conhecimento humano. • Aplicar os processos de pesquisas e os métodos mais adequados ao projeto em desenvolvimento. • Discutir, fundamentar e assessorar a investigação científica. • Orientar uma investigação científica para elaboração do trabalho teórico-experimental e redação da monografia final. • Acompanhar o desenvolvimento da pesquisa e os cuidados com as regras da ABNT. • Exercitar a relação entre orientador e orientando. • Orientar a revisão de trabalhos e exercitar a apresentação de trabalhos de pesquisa. 	
EMENTA	
Execução de um trabalho teórico-experimental na área do ensino de língua ou literatura, sob orientação de um professor, e, se constitui momento de integração dos conceitos apreendidos ao longo do curso. Ao final, a monografia deverá ser apresentada diante de uma banca examinadora composta por 3 professores.	
PRÉ-REQUISITO (SE HOVER)	
Estágio Supervisionado I.	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
Os conteúdos trabalhados serão de acordo com cada projeto em desenvolvimento.	68
Apresentação do trabalho	02
Total	70
ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM	
As orientações serão feitas por meio de atendimento individualizado por trabalho, numa relação direta entre orientador e orientando.	
RECURSOS	
Atendimento personalizado a cada aluno ou grupo envolvido no projeto.	
CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Instrumento: Trabalho monográfico teórico-experimental	Critério(s): Média aritmética: <ul style="list-style-type: none"> • Relatório escrito (100 pontos) • Apresentação (100 pontos)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referência elaboração, 2002. INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos: documento impresso e/ou digital. 6.ed. Vitória: IFES, 2012. Disponível em: http://www.ci.ifes.edu.br/data/pdf/Caderno_WEB_Normas_TCC_140-2012.pdf INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Normas para apresentação de referências – NBR 6023: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2015. Disponível em: https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000F/00000F66.pdf	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GIL, Antônio. Como elaborar projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.	

- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- TACHIZAWA, Takeshi. . **Como fazer monografia na prática**. Rio de Janeiro: 12 ed. FGV, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6023: informação e documentação – referência elaboração**, 2002.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências**. Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1997.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2004.
- PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. De. **Projeto de pesquisa - o que e? como fazer?** São Paulo: Olho D'Água, 2008.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS	
Unidade Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	
Professor: ANTONIO CARLOS GOMES	
Período Letivo: 8º	Carga Horária: 135h
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Integrar o processo de ensino, pesquisa e aprendizagem; • Desenvolver projetos que envolvam as temáticas: educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnicorraciais; • Proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no curso; • Possibilitar o confronto entre novos conhecimentos teóricos e a prática adotada; • Estimular o desenvolvimento do espírito científico, através do aperfeiçoamento profissional; • Agregar valores junto ao processo de avaliação institucional, a partir do resultado do desempenho do aluno. 	
EMENTA	
<p>Ementa: Fase final de execução e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola. Aprofundamento do processo de construção do conhecimento; discussão da prática vivenciada; aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso; avaliação; elaboração do relatório final do estágio. Essa etapa se inicia com a reflexão sobre experiências dos estágios anteriores, compreendendo ações voltadas para o aprofundamento do processo de construção do conhecimento. Deverá ser elaborado um projeto docente interdisciplinar envolvendo língua, redação e/ou literatura e outros componentes do currículo, tais como temáticas ligadas à educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnicorraciais. O projeto poderá ser implementado na unidade escolar ou em espaços alternativos de educação, constituindo-se mais uma experiência de atuação do estagiário como docente na educação básica. O aluno poderá optar por estagiar em uma modalidade de ensino diferente das vivenciadas nos estágios anteriores. O estágio supervisionado III se conclui com uma discussão sobre as práticas vivenciadas em forma de relatório final apresentando apreciação de todos os estágios, a descrição do projeto, resultados obtidos e apreciação crítica sobre o fazer docente na área de códigos e linguagens.</p>	
CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA
O ESTÁGIO III SERÁ FOCADO NA DOCÊNCIA ALTERNATIVA	
Apresentação e discussão do plano de ensino e referencial teórico	3
Reuniões de orientação	16
Como elaborar um projeto interdisciplinar (aqui estão incluídas as temáticas: educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnicorraciais)	10
Planejamento do projeto interdisciplinar	30
Atividades de estágio curricular supervisionado: divulgação, sensibilização, aplicação e avaliação do projeto interdisciplinar.	32
Elaboração de relatório de estágio	34
Apresentação e avaliação dos estágios e considerações finais	10
Total	135
METODOLOGIA	
<p>Será adotada a concepção dialética em que são indissociáveis a teoria e a prática. As aulas serão ministradas com base em um roteiro e ilustradas com exemplos de experiências escolares e sociais.</p> <p>Para realização da parte prática serão utilizados os princípios básicos da formação de grupos de pesquisa-ação envolvendo a instituição formadora, os alunos-professores, a escola e seus respectivos alunos por meio de aulas, reuniões e elaboração/execução de projetos.</p>	

RECURSOS	
Textos; formulários específicos; datashow; retroprojeto; computador.	
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Critérios: Projeto de intervenção Formulários de visitas Aulas de campo no Ensino Fundamental Relatórios	Instrumentos: Serão observadas as adequações às normas da ABNT, a fundamentação teórica da proposta e veracidade das informações contidas nos relatórios (formulários específicos de visita).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>A PRÁTICA de ensino e o estágio supervisionado. 20. ed. Campinas: Papyrus, 2010.</p> <p>BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.</p> <p>BRITO, E. V. (org.). PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula. 2.ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.</p> <p>CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. 3. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.</p> <p>GOMES, Maria Tereza Uille. Direito humano à educação e políticas públicas. Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>MACHADO, Nílson José. Educação: projetos e valores. 6. ed São Paulo: Escrituras, 2006.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ROMÃO, Jeruse (org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: SECAD-MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=</p> <p>SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/Unesco, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRITTO, L. P. L. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. 3.ed. Campinas: Mercado de Letras, 1997.</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cad. Pesqui. [on line]. 2002, n.116, p. 245-262. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010</p> <p>FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, Marly. Educação inclusiva. São Paulo: DP&A / Lamparina, 2006.</p> <p>FERREIRA, R. F. Afro-descendente, identidade em construção. São Paulo: EDUC, 2000.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.</p> <p>MAROTE, M. B. O. Didática da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>MEC, Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: ensinando na diversidade, reconhecendo e respondendo as necessidades especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2003. v, 2. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie2.pdf</p> <p>PICONEZ, S. C. B. Prática de ensino e o estágio supervisionado. 20.ed. Campinas: Papyrus, 2010.</p> <p>SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. São Paulo: WVA, 2010.</p> <p>STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>	

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: proposta para ensino de gramática. 14.ed. São Paulo: Ática, 2009.

ZINANI, C. J. A. **Transformando o ensino de língua e literatura**: análise da realidade e propostas metodológicas. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

ANEXO II – Projetos de extensão ofertados na Licenciatura em Letras EAD

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS – EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: RETRATOS SOCIAIS DA CIDADE EDUCATIVA: ESPAÇOS NÃO FORMAIS E A PRÁTICA DE LETRAMENTO(S)
Carga Horária: 45h
<i>A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.</i> Paulo Freire
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral Desenvolver oficina(s) pedagógica(s) que desenvolvam a temática Linguagens e/ou Letramento(s) em espaços não formais de ensino da cidade em que o aluno cursista está inserido.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar aos moradores da cidade atendida a oportunidade de participar de projetos que visem melhorar seu desenvolvimento cognitivo. - Proporcionar vivências interdisciplinares entre Linguagens, Letramento(s) e outras áreas de conhecimento por meio de temas geradores que integrem essas áreas, tornando a aprendizagem mais significativa para o aluno quando realizada dentro dos espaços não formais. - Refletir sobre os resultados da interdisciplinaridade agregada aos espaços não formais de ensino, divulgando a comunidade acadêmica e científica envolvida no projeto os resultados.
JUSTIFICATIVA
<p>Sabe-se que, ainda hoje, muitos estudos têm priorizado aspectos relacionados à funcionalidade do sujeito. Nestas abordagens, os aspectos orgânicos e físicos são enfatizados, em detrimento da atenção às subjetividades, à existência de um mundo interno, do qual emergem as emoções e sentimentos que possibilitam a compreensão do sujeito, a partir do seu cotidiano e dos diferentes âmbitos em que ele atua e se relaciona socialmente: trabalho, lazer, moradia, entre outros.</p> <p>Partindo desse pressuposto, seria interessante discutir a possibilidade de se atender às necessidades educativas da vida contemporânea e colaborar para a emancipação e autonomia dos indivíduos, sujeitos do processo de construção de saberes e do próprio conhecimento. A educação abarca espaços fora das instituições escolares. Como afirma Gadotti (2005, p.3), “além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos.” Em outras palavras, a sociedade civil “está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimento.” Ao relacionar educação formal e educação não formal, diz esse autor:</p> <p style="padding-left: 40px;">A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de progressão. [...]</p> <p style="padding-left: 40px;">Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade. O espaço da cidade (apenas para definir um cenário de educação não formal) é marcado pela</p>

descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade. A educação não formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal. Daí também alguns a chamarem impropriamente de educação informal. (GADOTTI, 2005, p.2)

O crescente aumento da demanda de educação em face da incorporação de setores tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais, as transformações do mundo do trabalho que exigem novas formas de capacitação profissional, o desenvolvimento tecnológico, que permite a formação e aprendizagem fora dos sistemas presenciais da escolaridade convencional, a crescente sensibilidade social para a necessidade de implementar ações educativas em setores da população socioeconomicamente marginalizados, entre outros fatores, têm gerado novas possibilidades pedagógicas não escolares, novos espaços educacionais que buscam satisfazer essas necessidades. Gohn (2010, p.37), ao destacar a relação entre educação formal e informal, pondera:

A educação formal e não formal interpenetram-se constantemente, uma vez que as modalidades de educação não formal não podem prescindir da educação formal (escolar ou não, oficiais ou não) e as de educação formal não podem separar-se da não formal, uma vez que os educandos não são apenas alunos, mas participantes das várias esferas da vida social, no trabalho, no sindicato, na política, na cultura etc. Trata-se, pois, sempre, de uma interpenetração entre o escolar e o extraescolar.

Gohn (2010, p.33) ao conceituar educação não formal, distinguindo-a de concepções como educação social, educação continuada, entre outras, esclarece:

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações / instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

A partir dessa concepção, propõe-se esse curso de extensão, que pretende promover a realização de oficinas com o objetivo desenvolver trabalhos nas áreas de linguagens e letramento(s) em espaços não formais de ensino. Nossa intenção é desenvolver metodologias que possam, em espaços diferenciados, mostrar que a prática docente pode, em muitos casos, contemplar atividades que possam transcender os limites de uma sala de aula. Neste sentido, pretendemos desenvolver atividades interdisciplinares, que incentivam e fomentam a curiosidade, a experimentação, a reflexão e, conseqüentemente, o ensino e a aprendizagem, possibilitam melhorar o desenvolvimento cognitivo dos grupos envolvidos.

METODOLOGIA

Com vistas a promover a aproximação desta instituição com a comunidade escolar, a promoção da(s) oficina(s) busca estender as práticas pedagógicas para além dos limites institucionais, cumprindo o papel social a que se propõem os institutos. Dessa forma, um dos objetivos desse curso é mostrar a importância do trabalho escolar transcender o espaço de sala de aula. GOHN (2006) faz uma diferenciação entre os três diferentes conceitos: “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a não formal é

aquela que se aprende no 'mundo da vida', via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas" (p.2). Portanto, o desenvolvimento deste curso de extensão visa legitimar e consolidar o trabalho da Licenciatura em Letras com a comunidade.

Durante o curso os alunos estudarão, através da leitura e reflexão de textos, o trabalho com a educação em espaços não formais, bem como práticas de letramento(s) e atividades relacionadas ao desenvolvimento de Linguagens. Após essa etapa, os alunos farão um levantamento dos espaços de educação não formal no município que residem e, em grupos, desenvolverão, em um dos espaços, oficina(s) que desenvolvam os temas letramento(s) e/ou linguagens. Todo o trabalho desenvolvido deverá ser registrado para depois ocorrer a confecção de um portfólio dessa prática.

CONTEÚDOS

Discussão teórica sobre espaços educativos não formais	15
Elaboração de roteiros para trabalho na comunidade	10
Organização de portfólio	15
Apresentação de atividades no polo	05
Total	45

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do curso acontecerá a partir da produção de um portfólio, em que os alunos apresentarão por meio de fotos, comentários e entrevistas e questionário. A título de sugestão, propomos os trabalhos com os seguintes temas:

- Teatro;
- Alfabetização de adultos;
- Reforço escolar;
- Clube de cinema;
- Inclusão digital;
- Oficina de Fotografia; monumentos
- Oficina de consciência corporal;
- Conselhos municipais

Todos os textos que serão utilizados, atividades e exercícios que forem planejados, bem como filmes que forem exibidos, deverão ser anexados ao portfólio, seja por meio de documento ou link de internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AFONSO, A. J. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática. In: ESTEVES, Antonio Joaquim; STOER, Stephen (orgs.) **A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento**. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Ed. Afrontamento, 1992.
- CHISTÉ, Priscila de Souza; SGARBI, Antonio Donizetti. Cidade educativa: reflexões sobre a educação, a cidadania, a escola e a formação humana. **Revista Debates em Educação Científica e Tecnológica**, Vitória, v. 5, n. 4, p. 84-114, dez. 2015.
- GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. **Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution?** Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2006, vol. 4, n. 50.
- GOHN, M. G.. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010 a.
- GOHN, M. G.. **Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./abr. 2009, p. 28-43.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda B. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda B. Letramento: **um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, MG: CEALE/Autêntica, 1998.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: TRANSTORNOS DA LINGUAGEM: DA IDENTIFICAÇÃO À SUPERAÇÃO
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a formação acadêmica com foco nos distúrbios da linguagem, visando à possibilidade de intervenções proativas, compartilhadas e inclusivas no cotidiano escolar. <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relações entre evolução da linguagem e evolução do pensamento e da consciência. • Diferenciar dificuldades de aprendizagem de transtornos de linguagem. • Identificar características da dislexia, da disgrafia, da afasia, da disartria e da disfemia. • Analisar direitos legais das crianças e jovens portadores de distúrbios de aprendizagem. • Admitir possibilidades de condutas/intervenções compartilhadas e inclusivas junto a estudantes portadores de transtornos de linguagem.
JUSTIFICATIVA
<p>A inserção do Projeto de Extensão denominado <i>Transtornos da linguagem: da identificação à superação</i> na Matriz Curricular do Curso Licenciatura em Letras-Português – modalidade a distância – advém da constatação de que os problemas na aquisição da linguagem oral e escrita costumam comprometer toda a escolaridade do aprendiz, já que o domínio da língua materna perpassa todo processo educativo, de forma transdisciplinar. Então, torna-se relevante oportunizar aos alunos e alunas do Curso de Letras-Português o acesso a conhecimentos específicos sobre a temática, para que possam intervir de forma proativa e compartilhada, com postura inclusiva, na superação de tais problemas. Weiss (2012) destaca o não-aprender como uma das causas do fracasso escolar. E estuda o tema por diferentes perspectivas, entre elas a de que o fracasso resulta de uma sociedade na qual não se leva em consideração fatores determinantes da educação, como a cultura, as relações político-sociais e econômicas vigentes, o tipo de estrutura social e as ideologias dominantes. Nesse sentido, a sociedade tira de muitos estudantes oportunidades de crescimento cultural, de desenvolvimento da linguagem e de construção cognitiva, o que resulta, entre outros aspectos, em negar-lhes o acesso ao desenvolvimento da leitura e da escrita.</p> <p>A escola, como instituição social, traz em si os reflexos do que circula no âmbito da sociedade como um todo. Não por acaso, torna-se responsável por confirmar a produção do fracasso, sobretudo junto às camadas sociais empobrecidas. Em parte, no entanto, ao criar nuances com os fatores determinantes mais amplos, essa produção vai ao encontro da formação dos profissionais da educação.</p> <p>Ora, distúrbios na leitura e na escrita são problemas frequentes no cotidiano das escolas brasileiras, tanto nas públicas como nas privadas. No entanto, costumeiramente, professores/as não têm acesso a conhecimentos que lhes proporcionem condições de identificar tais distúrbios, que exigirão intervenções pedagógicas diferenciadas das usadas para auxiliar alunos/as na superação de dificuldades corriqueiras no processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>Por um lado, o professor deve reconhecer e diferenciar esses problemas. Por outro, admiti-los como transitórios, considerando a sala de aula como um local onde se deve trabalhar com vista à sua superação. As metodologias de ensino interferem no aprendizado, na formação e na saúde emocional dos alunos. Obviamente, no caso de suspeita de transtornos, a escola deverá buscar auxílio de profissionais especializados, tanto para o diagnóstico como para o planejamento de um trabalho multidisciplinar.</p>

É bem verdade que, geralmente, alunos portadores de distúrbios de linguagem estão integrados ao sistema educacional e frequentam regularmente as escolas brasileiras. No entanto, igualmente é verdade que ficam marginalizados dentro desse mesmo sistema, pois a integração, por si só, não garante a inclusão.

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente do relativo à integração. Requer transformar a educação comum para eliminar as barreiras que estejam impedindo o sucesso de crianças e jovens brasileiros já integrados ao sistema escolar. A inclusão remete à insurreição, “[...] contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico no interior de uma sociedade como a nossa” (FOUCAULT, 2002, p. 14). Insurreição esta materializada em mudanças na prática educacional.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a resposta à diversidade, o que implica a utilização de uma ampla variedade de estratégias metodológicas e a adaptação das tarefas de aprendizagem às possibilidades dos alunos, assim como critérios e procedimentos flexíveis de avaliação e promoção (MEC, SEESP, 2005).

Portanto, em síntese, o Curso de Extensão ora pretendido justifica-se pela intenção de conduzir atores sociais que atuam ou pretendem atuar na área educacional, especialmente na docência de Língua Portuguesa, à aquisição de conhecimentos que lhes proporcionem condições mais favoráveis tanto à identificação de transtornos de aprendizagem junto a estudantes integrados ao sistema educacional como à condução de intervenções pedagógicas compartilhadas e capazes de promover a inclusão social e o sucesso escolar desses estudantes.

METODOLOGIA

O Curso será desenvolvido na modalidade a distância, no Ambiente Moodle-Ifes, durante 2 semanas consecutivas, perfazendo a carga horária total de 45 horas, distribuídas em 23 e 22 horas, respectivamente na primeira e na segunda semanas.

Na sala virtual os participantes contarão, entre outros, com os seguintes recursos pedagógicos:

1. Vídeo do professor para orientações iniciais sobre a dinâmica do Curso;
2. Fórum de notícias;
3. Agendas indicativas dos conteúdos e das atividades a serem desenvolvidas em cada uma das semanas;
4. Textos para estudo sobre os conteúdos semanais previstos;
5. Vídeos sobre os conteúdos semanais em estudo;
6. Fóruns para esclarecimento de dúvidas;
7. Fóruns avaliativos, versando sobre textos lidos e vídeos assistidos;
8. Avaliação final, disponibilizada na tipologia objetiva.
9. Biblioteca com periódicos da Capes.

CONTEÚDOS

Relações entre pensamento e linguagem no pensamento de Vygotsky: Os conceitos e os significados das palavras evoluem: o pensamento se reestrutura e se modifica ao transformar-se em linguagem; A linguagem promove o desenvolvimento do pensamento e da consciência.	10
Diferenciação entre dificuldades e transtornos de linguagem. Características dos transtornos de linguagem: dislexia, disgrafia, afasia, disartria e disfemia	15
Condutas do professor e da escola frente à identificação de estudantes portadores de transtornos de linguagem.	10
Os direitos legais das crianças e jovens portadores de distúrbios de aprendizagem. Intervenções compartilhadas e inclusivas no cotidiano escolar	10
Total	45

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação será realizada mediante:
Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns;
Realização de questionário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL, MEC/SEESP. **Ensaio pedagógico**: construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>. Acesso em: 8 nov, 20016.
- CEFAC/UNESP. **Transtornos específicos de aprendizagem**: estratégias para o acompanhamento educacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RVIqc9GpnQc>. Acesso em: 30 out. 2016.
- _____. Dificuldades ou transtornos de aprendizagem? **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=HQ2MLiDwQbc>. **Acesso em: 2 nov. 2016.**
- _____. Transtorno específico de aprendizagem: **dislexia**. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=mbygABaJIOI>. **Acesso em: 2 nov. 2016.**
- _____. Transtorno específico de aprendizagem: dislexia e comorbidades. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=MskcXN0iUaQ>. **Acesso em: 2 nov. 2016.**
- BRASIL, MEC/SEESP. **Ensaio pedagógico**: construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>. Acesso em: 8 nov, 20016.
- CEFAC/UNESP. **Transtornos específicos de aprendizagem**: estratégias para o acompanhamento educacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RVIqc9GpnQc>. Acesso em: 30 out. 2016.
- _____. Dificuldades ou transtornos de aprendizagem? **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=HQ2MLiDwQbc>. **Acesso em: 2 nov. 2016.**
- _____. Transtorno específico de aprendizagem: **dislexia**. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=mbygABaJIOI>. **Acesso em: 2 nov. 2016.**
- _____. Transtorno específico de aprendizagem: dislexia e comorbidades. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=MskcXN0iUaQ>. **Acesso em: 2 nov. 2016.**
- FOUCAULT, Michael. História da loucura. 6. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 2002.
- MOOJEN, Sônia Maria Pallaoro. **A escrita ortográfica na escola e na clínica**: teoria, avaliação e tratamento. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WEISS, Maria Lúcia. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Porto Alegre: DP&A, 1994.
- _____. Reflexões sobre o diagnóstico psicopedagógico. **Psicopedagogia no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a formação acadêmica no que tange à aquisição de conhecimentos e à valorização do ato de contar histórias, com foco na ancestralidade e na ampliação da consciência individual e coletiva. <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a relevância social do ato de contar histórias. • Caracterizar, exemplificar e distinguir diferentes gêneros de histórias infanto-juvenis. • Identificar e decompor a estrutura macrossintática do gênero conto, com vista ao enredo da história. • Adquirir bagagem teórica e técnicas pertinentes ao ato de contar histórias. • Exercitar o ato de contar de história, mediante a utilização de conhecimentos adquiridos.
JUSTIFICATIVA
<p><i>A narração é viva, entusiástica, apaixonada. Não ouvi uma estória desinteressante nos anos em que vivi no sertão. Só conta uma estória quem está disposto a viver-lhe a vibração incontida, transmitindo-a ao ouvinte ou ao auditório.</i></p> <p style="text-align: right;">Luís da Câmara Cascudo</p> <p>A inserção do Projeto de Extensão denominado A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS na Matriz Curricular do Curso Licenciatura em Letras-Português – modalidade a distância – justifica-se pela intenção de conduzir atores sociais que atuam ou pretendem atuar na área educacional, especialmente na docência de Língua Portuguesa, à aquisição de conhecimentos afetos à temática, de forma a aprimorar possibilidades de intervenção crítica, qualificada e lúdica na realidade educacional.</p> <p>O Curso intenciona instruir, ampliar repertório e fomentar o ato de contar dos participantes, com foco na ancestralidade e na ampliação da consciência individual e coletiva “por meio da linguagem, da exteriorização da palavra interior” (VYGOTSKY, 2000).</p> <p>A tradição de histórias contadas em voz alta por um narrador a um grupo de ouvintes é milenar. A relevância social da narrativa oral, cuja finalidade está vinculada a contextos históricos demarcados, suscitou muitas maneiras de se contar uma história. Maneiras estas que cunharam vários gêneros hoje existentes, como o conto (popular, de encantamento, de fadas) fábulas, os apólogos, as parábolas, as lendas e os mitos. Por meio dessa diversidade de narrativas, preserva-se o contato com ideias que já fazem parte do patrimônio cultural da humanidade.</p> <p>Benjamin (2009, p.197) considera: “O conto de fadas, que ainda hoje é o primeiro conselheiro das crianças, foi outrora o primeiro da humanidade, permanece vivo, em segredo, na narrativa. O primeiro narrador verdadeiro é e continua sendo o dos contos de fadas”.</p> <p>O aparecimento da escrita impulsionou a preservação das narrativas da tradição oral, desde as mais antigas, como as do Antigo Egito e da Mesopotâmia, até as mais recentes, como os contos de fadas. Na atualidade, colocar crianças e adolescentes em contato essa literatura significa conduzi-las não apenas ao encantamento e à apropriação da macrossintaxe de diferentes gêneros, mas, também, a conhecimentos vinculados à história cultural da humanidade.</p> <p>Nesse sentido, a formação profissional de professores/as que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, em especial na docência de Língua Portuguesa, exige contemplar conhecimentos pertinentes às particularidades dos gêneros aqui em questão. Esses conhecimentos abrangem três principais aspectos: 1. aquisição de técnicas e instrumentos específicos afetos à arte de contar história; 2. identificação do contexto</p>

histórico-social pertinente ao gênero a ser contado; 3. análise da macrossintaxe do texto - das especificidades do gênero quando registrado por escrito.

É bem verdade que os aspectos antes mencionados compõem conteúdos ministrados no decorrer do Curso de Licenciatura em Letras, mas de forma incipiente, com exceção da análise macrossintática dos gêneros, bastante aprofundada tanto do ponto de vista teórico como prático. Assim sendo, o Curso ora desenvolvido irá complementar a formação de licenciandos/as no que tange às especificidades da contação de histórias.

Ultimamente, constata-se que o avanço tecnológico e a consequente diversificação dos meios de comunicação propiciam, em tempo real, o acesso a uma imensa quantidade de informações – sem fronteiras de espaço. Os processos e nas tecnologias de comunicação, consequências da cultura contemporânea, acarretam desafios cada vez maiores para aqueles que trabalham com crianças e adolescentes. Além das questões atribuídas à mídia, existe o apelo do consumo de mercadorias, que dificulta, ainda mais, a garantia dos esforços (tidos como conservadores), para proteger noções tradicionais, que ficam predestinadas ao fracasso (GIORDANO, 2013, p. 32). Nesse sentido, ressalta Giordano (2013, p.27):

Pensar o conto de tradição oral como instrumento de trabalho na área da educação, da psicopedagogia, da psicoterapia, da arteterapia, na atualidade, pode causar certa estranheza, já que estamos num tempo onde se procura sufocar qualidades como a memória e os saberes de antigamente. Afinal, estamos na era das máquinas, dos computadores e, conseqüentemente, a habilidade do ouvir e do contar histórias, ficou para trás. Mas, falar em memória, significa falar do encontro entre a memória e a tradição social efetuada pelo exercício da oralidade; significa também reavivar e atualizar a memória social de um povo, bem como abrir as vias de acesso a uma cultura autêntica do conto; uma cultura de transmissão de ensinamentos através da palavra falada. Esse é um desafio que vem nos cercando.

Nossas vidas [...] estão carentes de histórias, bem como de contadores, com eloquência para fazê-lo.

Na mesma direção, Benjamin (2009) aponta que essa atividade humana remete a uma troca de experiência do coletivo; a uma transmissão de experiências, cujas condições de realização são bastante subjugadas nas sociedades modernas. Para o autor, no “momento em que a experiência coletiva se perde, em que a tradição comum já não oferece nenhuma base segura, outras formas narrativas tornam-se predominantes.” (Idem, p.14). Não por acaso, portanto, hoje se assiste ao empoderamento da linguagem midiática, que cria realidades nas quais se inscrevem costumes e condutas, por vezes, absolutamente subjugados.

De forma específica, os contos populares trazem à tona informações históricas, etnográficas, sociológicas, jurídicas e sociais: são documentos vivos, que apontam costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos. Remetem a vestígios de usos estranhos, de hábitos desaparecidos que não se inscrevem como pura invenção do narrador. Aludem ao cabelo solto das donzelas, às crianças enjeitadas, ao rei triste que só vestia branco, à coabitação prévia antes da cerimônia nupcial. Enfim, remetem às regras da vida diária, legalizadas em sua inscrição histórica (CASCUDO, 1984). Golovaty (2005, p.70) afirma:

[...] as maneiras de narrar e as particularidades dos contos revelam as peculiaridades da sociedade ou grupo ao qual este pertencia. A tensão ou dinâmica entre o narrador e a tradição oral (entre o individual e o coletivo) se incumbem de atualizar o conto e trazê-lo para o vivido, o presente daquela sociedade. Prova de que a cultura popular é dinâmica, num contínuo fazer e refazer de manifestações culturais que podem ser estudadas para a sua compreensão.

<p>Enfim, a relevância do Curso A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS vai ao encontro da contextualização apresentada, que impõe sentido e significação à continuidade e ao fortalecimento da prática narrativa nos dias de hoje. Frente à realidade contemporânea, em que as pessoas estão perdendo o direito inato à imaginação, há que se encontrar formas de propiciar a docentes e discentes a descoberta de fontes criativas, com vista à ressignificação do viver, à permissão de encantar e de ser encantado.</p>	
METODOLOGIA	
<p>O Curso será desenvolvido na modalidade a distância, no Ambiente Moodle-Ifes, durante 2 semanas consecutivas, perfazendo a carga horária total de 45 horas, distribuídas em 23 e 22 horas, respectivamente na primeira e na segunda semanas.</p> <p>Na sala virtual os participantes contarão, entre outros, com os seguintes recursos pedagógicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vídeo do professor para orientações iniciais sobre a dinâmica do Curso; • Fórum de notícias; • Agendas indicativas dos conteúdos e das atividades a serem desenvolvidas em cada uma das semanas; • Textos para estudo sobre os conteúdos semanais previstos; • Vídeos sobre os conteúdos semanais em estudo; • Fóruns para esclarecimento de dúvidas; • Fóruns avaliativos, versando sobre textos lidos; • Vídeos relativos a dinâmicas de contação de histórias; • Links para postagem de arquivos de textos, slides e vídeos; • Avaliação final, disponibilizada na tipologia objetiva; • Link para biblioteca de periódicos da Capes; • Link com indicação de sites complementares para navegação; • Link com indicação de referências básicas e complementares para leitura. 	
CONTEÚDOS	
<p>A relevância social do ato de contar histórias. Caracterização, exemplificação e distinção de diferentes gêneros de histórias infanto-juvenis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização de contos de fadas. • Autores e obras clássicas de contos de fadas. • Caracterização de fábulas e autores e fábulas clássicas. • Caracterização de contos populares folclóricos. • Autores e contos folclóricos brasileiros. • Caracterização de lendas e de mitos. • Relações entre lendas e mitos. • Lendas de origem indígenas e africana. • Lendas regionais. 	20
<p>Aspectos a serem desenvolvidos na contação de história: afetividade; raciocínio; senso crítico; imaginação; e criatividade. A estrutura macrossintática do conto: a situação inicial; a complicação; as ações; a resolução; a situação final. Identificação da estrutura do conto em uma história selecionada. A exploração da estrutura do conto na narração de histórias.</p>	10
<p>Dinâmicas e recursos para a narração de histórias. Dicas para contadores/as de histórias. Exercícios preparatórios para a contação de uma história.</p>	10
<p>Gravação em vídeo da contação de uma história escolhida.</p>	05
Total	45
AValiação da Aprendizagem	

A avaliação será realizada mediante:

1. Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns;
2. Realização de questionário;
3. Postagem de uma sequência de slides preparada, em dupla, para contação de história;
4. Postagem de vídeo produzido e gravado em grupos de, no máximo, 4 (quatro participantes), para apresentação de uma contação de história realizada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIN, Walter. **História e narração**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BONAVENTURE, Jette. **O que conta o conto?** São Paulo: Paulus, 1992.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASCUDO, Luis da Camara. **Literatura oral no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CAMPBELL, Joseph. **Para viver os mitos**. São Paulo: Cultrix, 1998.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura popular: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis, 1945-2002**. 2005. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

GIORDANO, Alessandra. A arte de contar histórias e o conto de tradição oral em práticas educativas. Construção psicopedagógica. São Paulo v.21, n.22, p.26-41, 2013.

Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542013000100004.

Acesso em: 30 out. 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NA COMUNIDADE LOCAL
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo geral Descrever a diversidade linguística presente na comunidade local.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificar a procedência de indivíduos de algum grupo social da comunidade em que o aluno reside; - caracterizar as variantes linguísticas que convivem em um mesmo grupo social; - estabelecer relações entre língua, cultura e organização social; - compreender como as condições materiais e o ambiente em que vivem as pessoas na comunidade influenciam no processo de variação linguística, - conhecer como a diversidade linguística é trabalhada na escola da comunidade.
JUSTIFICATIVA
<p>Na atividade pedagógica, quando se reúnem teoria e prática como uma ação real, a construção do conhecimento é mais efetiva. Em se tratando do estudo das relações entre a linguagem, a dinâmica social e o ensino de língua materna, as pesquisas sociolinguísticas podem contribuir com os aportes necessários a um melhor trabalho com a Língua Portuguesa em sala de aula. Portanto, apropriar-se de saberes adquiridos em Sociolinguística e contextualizar a teoria em meio prático e concreto é a melhor oportunidade de aprofundar esses conhecimentos. Nesse sentido, é importante que os conhecimentos extrapolem o meio acadêmico e encontrem a comunidade, que oferecerá ao pesquisador o corpus necessário ao seu trabalho.</p> <p>A principal vertente da Sociolinguística é a Teoria da Variação e Mudança, que estuda a linguagem utilizada em uma comunidade. A variação linguística é inerente a todas as línguas naturais, consequência da própria dinâmica social, cultural e histórica das comunidades. Isso significa que a variação está presente e pode ser detectada se compararmos a linguagem de mulheres e homens; de crianças, jovens, adultos e idosos; de ricos e pobres; etc. A análise dessa variação, em determinados espaços de tempo, também nos leva a perceber o fenômeno da mudança linguística, que não pode ser contida ou reprimida. Vê-se, assim, que a língua sofre transformações em virtude de fatores advindos da própria constituição da sociedade que a utiliza, porque também a sociedade é totalmente mutável.</p> <p>Portanto, o estudo da variação linguística facilitará às pessoas a compreensão de como todo esse movimento se materializa na língua falada em uma determinada comunidade, ajudando a evitar os julgamentos preconceituosos que sofrem aqueles que não dominam a variedade culta da língua portuguesa. E esse conhecimento é essencial a educandos e educadores, especialmente os que trabalham com a língua materna.</p> <p>Assim, este projeto de extensão se justifica pela oportunidade de levar o aluno e o professor a interagir com a sua comunidade, a conhecer mais profundamente sua linguagem e sua cultura, e a trazer a representação de tais patrimônios imateriais para o espaço acadêmico e para a sala de aula.</p>
METODOLOGIA
<p>1 - Os alunos serão divididos em grupos e, após apropriarem-se dos fundamentos teóricos da Sociolinguística, farão levantamentos sobre a própria comunidade, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a procedência étnica dos moradores de sua comunidade; - como se caracterizam as variedades linguísticas aí presentes; - diferenças das variedades faladas na comunidade em relação à norma culta. <p>2 – Cada grupo reunirá os resultados do levantamento, postará no ambiente virtual e apresentará no polo.</p>

3 – Juntos, todos os alunos organizarão uma mostra cultural relacionada aos grupos entrevistados e postarão filmagem no ambiente virtual.

CONTEÚDOS

Processo histórico de formação da língua portuguesa Conceito e tipos de variação linguística	10
A pesquisa sociolinguística variacionista Relação entre língua e cultura Instrumentos para levantamento de dados	10
Pesquisa empírica, com coleta de dados na comunidade	15
Organização de painel com as variações linguísticas presentes na comunidade	10
Apresentação cultural, reunindo algumas variantes linguísticas e mostras da cultura local.	05
Total	45

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será feita com base em questionários objetivos e postagem de tarefas.

BIBLIOGRAFIA

- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico, o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BECHARA, E. **Ensino da gramática: opressão ou liberdade?**. São Paulo, Ática. 1979.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**, São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRITTO, L. P. L. 1997. **A sombra do caos: ensino da língua x tradição gramatical**, Campinas-SP: Mercado de Letras, 1997.
- CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARTINS, M.; TAVARES, A.; VIEIRA, S. R (Orgs.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: MAPA DAS VARIEDADES LINGUÍSTICAS NA COMUNIDADE LOCAL
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapear as variedades linguísticas presentes numa comunidade de fala. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os usos lexicais e morfossintáticos de determinada comunidade de fala. • Descrever a pluralidade de grupos linguísticos numa comunidade de fala. • Projetar o trabalho com a diversidade linguística na escola.
ASPECTOS TEÓRICOS E JUSTIFICATIVA
<p>As línguas, em geral, têm dispostas em seu construto lexical e gramatical possibilidades várias de expressar um mesmo valor de verdade – não para todos os eventos da comunicação linguística humana, mas para muitos deles. Guardadas as proporções das nuances contextuais, discursivas e situacionais de produção de sentido, o usuário de uma língua, desde que tenha tido acesso a essas maneiras diversas de expressão, pode lançar mão de algumas delas, com ou sem consciência e intenção, nas diferentes cenas em que precisa se comunicar, seja pela oralidade, seja pela modalidade escrita da língua – ambas em seus vários gêneros textuais.</p> <p>Nesse sentido, compreender e aceitar que as línguas apresentam uma gama múltipla de formas e funções linguístico-comunicativas torna-se aspecto fundamental para que uma investigação de cunho científico analise fenômenos linguísticos nos distintos segmentos em que a gramática de uma língua se organiza: a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática, cada qual em suas muitas e amplas ramificações e interseções.</p> <p>Particularmente nesta linha de pensamento, tratar de fenômenos variáveis requer um nível de observação e de percepção de suas ocorrências de forma contextual e direcionada. Em outras palavras, quando se decide estudar fenômenos variáveis, é necessário que se busquem os contextos da língua em uso em que possa emergir sua ocorrência, para assim ser passível de observação, análise e descrição minimamente plausíveis, com assertivas menos intuitivas e categóricas a seu respeito.</p> <p>Sendo assim, para que o linguista/pesquisador possa dar conta das explicações mais coerentes para as tendências de uso de uma ou de outra variante de uma variável linguística, bem como dos fatores linguísticos e/ou sociais que interferem nessas ocorrências, é preciso que ele tenha consciência das pressões que as condições diretamente ligadas ao uso corrente da língua podem exercer sobre a compreensão de um fenômeno linguístico em estudo. Incluem-se nessas condições o fato de os dados em análise pertencerem à modalidade oral ou escrita da língua em seus diversos gêneros; a frequência com que essas variantes são veiculadas nas diferentes situações comunicativas; as possíveis e prováveis restrições internas do sistema linguístico; e também os aspectos sociais referentes ao usuário, tais como o nível de escolarização, a idade, o sexo e a classe social a que pertence, entre outros fatores que se julgarem necessários para uma descrição mais acurada e precisa.</p> <p>Ao se reportar ao fato sociolinguístico, é importante dar especial atenção à chamada variação linguística de primeira e de segunda instância. Na verdade, trata-se de orientações metodológicas para desenvolver bem uma pesquisa sociolinguística, comprovando por meio da análise de dados levantados empiricamente os processos que envolvem a variação e a mudança linguística. Ainda se há de lançar olhares sobre os diversos tipos de variação, levando em conta os limites da variação à comunidade de fala, bem como o funcionamento linguístico dessas comunidades. Quanto ao trabalho de campo, o mesmo será levado a efeito em várias etapas.</p> <p>Primeiramente, serão definidas as comunidades de fala a serem investigadas, depois, serão feitas reuniões nessas comunidades com vistas a explicar os objetivos da pesquisa;</p>

seleção de falantes/informantes, levando em consideração a procedência, sexo, faixa etária e outras variáveis; aplicação de questionários e gravações de entrevista espontâneas. O desdobramento da metodologia pode ser mais bem observado no detalhamento das atividades a serem desenvolvidas.

METODOLOGIA

Identificar as comunidades de falas e selecionar os informantes num período não superior a um mês. Em seguida, vem o cerne do projeto, que é seu objetivo fundamental: verificar como se dá a interação linguística dos falantes, observado as perdas e ganhos no que diz respeito aos aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos. Mas, para a concretização deste objetivo, é imperativo o cumprimento de uma meta: a coleta de informações, que deverá acontecer num lapso de tempo não inferior a dois meses. Por último, vem o processo investigativo dos fatores determinantes da possível convergência linguística na região, que certamente, estará alinhada com a meta de demonstração dos fatores de convergência linguística na região e que, em virtude de tratar-se da parte conclusiva do projeto, exige mais meticulosidade e rigor no que diz respeito à análise dos dados e informações coletadas, razão pela qual o tempo previsto para a realização de toda a etapa ser de seis meses.

ETAPAS E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO PROPOSTA

1. Formação de um grupo de pesquisa sobre os fenômenos pertinentes à variação linguística da região em estudo, preparando os estudantes para o exercício da pesquisa a partir da graduação.
2. Estímulo à produção de trabalhos e artigos científicos durante a graduação e, também, de trabalhos de conclusão de curso.
3. Apresentação dos resultados da pesquisa em eventos científicos regionais e nacionais.
4. Publicação, em âmbito regional e nacional, dos resultados em revistas especializadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se, com esta proposta, que haja produção de conhecimento acerca da diversidade linguística e sobre os fenômenos que se manifestam linguisticamente na região. Ainda, que se estimulem mudanças nas propostas de ensino da língua portuguesa. Para que isso ocorra, é crucial fornecer elementos que permitam documentar as variedades linguísticas da região pesquisada e que se treine um grupo de pesquisadores no uso de recursos metodológicos de pesquisa linguística e no manuseio com equipamentos de transcrição fonética e de informática. Por fim, pretende-se fornecer subsídios que permitam compreender como as condições materiais e o ambiente em que vivem as comunidades influenciam no processo de variação linguística e despertar nas comunidades linguísticas uma consciência de valor no que diz respeito ao patrimônio linguístico de cada uma delas.

BIBLIOGRAFIA

- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 55. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BECHARA, Evanildo.. *Ensino da gramática: opressão ou liberdade?* São Paulo: Ática, 1993.
- BORTONI-RICARDO, Stela Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- YACOVENCO, L. C. O projeto "O português falado na cidade de Vitória": coleta de dados. In: LINS, M. da P. P.; YACOVENCO, L. C. (Orgs.) *Caminhos linguísticos*. Vitória: NUPLES, 2002.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: REFLEXÕES NA ESCOLA BRASILEIRA
Carga Horária: 45h
<i>Negar ao povo os seus direitos humanos é por em causa a sua humanidade. Impor-lhes uma vida miserável de fome e privação é desumanizá-lo.</i> Nelson Mandela
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral Entender o conceito e a evolução dos direitos humanos, refletindo sobre a sua efetividade no mundo atual, refletindo seus desdobramentos dentro da escola brasileira, moldando o tema às atividades e explicação do conteúdo programático de Língua Portuguesa, conforme orientação do artigo 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/96.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar um breve histórico dos Direitos Humanos; • Conscientizar os cidadãos de seus direitos e deveres; • Analisar trechos da Declaração do Homem e do Cidadão, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal Brasileira, principalmente no que tange aos direitos sociais; • Avaliar o papel da mídia na divulgação e na promoção dos Direitos Humanos no Brasil; • Tratar da violação dos direitos humanos, principalmente da violência contra a mulher;
JUSTIFICATIVA
<p>De acordo com o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH), instituído pelo Decreto n.º 7.037/2009, bem como a Resolução CNE/CEB n.º 02/2012, é obrigatório que no Ensino Médio o tema Educação em Direitos Humanos seja abordado, de forma transversal e integrada a outras disciplinas. Assim, visando cumprir a legislação educacional em vigor e proporcionar aos alunos momentos de discussão, reflexão e pesquisa acerca do tema, desenvolvemos o presente curso de extensão.</p> <p>Ser cidadão é, no mínimo, conhecer e respeitar os Direitos Humanos, ter consciência de quando estes são violados e das atitudes que devem ser tomadas para garantir a efetivação desses direitos. A escola tem o compromisso de fazer com que o estudante seja capaz de analisar a realidade com um olhar mais crítico, porém, sabendo reconhecer que não basta se queixar, é preciso se sentir corresponsável pela garantia dos direitos e realizar ações para que eles se efetivem.</p> <p>Considerada uma atividade essencialmente humana, a educação deveria voltar-se para a formação embasada nesse conteúdo. Reconhece-se universalmente que devem ser respeitados os direitos inerentes a todos os homens. Benevides (2000, p. 3) afirma que os direitos humanos são “[...] fundamentais a todos os seres humanos sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral”.</p> <p>Se os direitos humanos são garantidos a todos, por serem universais, as políticas públicas para a educação são definidas em conformidade com os preceitos constitucionais. No Brasil, a educação, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), deve ser ministrada com base nos princípios descritos no Artigo 206, os quais, juntos, devem permitir que a criança, o adolescente, o jovem e o adulto tenham acesso à escola, e nela se garantam as condições de qualidade, de gestão democrática, de gratuidade, e se valorizem os profissionais da educação. Com esses requisitos é certo o êxito do aluno, a aprendizagem, assim como a efetiva formação do homem. A Constituição, em seu Artigo 205, assegura o “pleno” desenvolvimento da pessoa, bem como a preparação para o trabalho e o exercício da cidadania.</p>

<p>A escola deve organizar ações pedagógicas que possibilitarão a concretização dos princípios constitucionais. A educação, como uma política pública, é o meio por excelência para que se efetive a formação do homem. É também o principal fator de valorização da aprendizagem e do exercício dos direitos humanos.</p>	
<p>METODOLOGIA</p>	
<p>A temática Direitos Humanos, neste curso, será abordada por meio de leitura de textos e reflexões, bem como a apreciação de filmes e documentários que tratem sobre Direitos Humanos ou sobre a violação dos mesmos.</p> <p>Será realizada uma retrospectiva histórica dos direitos humanos no Brasil e no mundo, procurando demonstrar aos alunos que os direitos humanos surgem num contexto de violência, guerras, massacres como forma de evitar a repetição dessas tragédias na humanidade. A partir disso, propõe-se com esse curso a reflexão de como associar esse tema ao trabalho em sala de aula, levando em consideração</p> <p style="padding-left: 40px;">O que significa dizer que queremos trabalhar com Educação em Direitos Humanos? A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados — os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2000, p. 1)</p> <p>Desse modo, o aluno do curso deverá pensar como a questão da preservação ou violação dos Direitos Humanos pode ser trabalhada na escola, no intuito de formar cidadãos plenos, conscientes de seus deveres e direitos.</p>	
<p>CONTEÚDOS</p>	
<p>Total</p>	<p>45</p>
<p>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</p>	
<p>A avaliação do curso acontecerá a partir da produção (individual ou em grupos) de uma Sequência Didática, em que o aluno, futuro professor, planejará o desenvolvimento em sala de aula da temática Direitos Humanos por meio de atividades planejadas.</p> <p>Essa sequência deverá basear-se em algum filme, documentário ou peça publicitária que envolva Direitos Humanos ou a violação desses direitos. A partir do filme, documentário ou propaganda escolhido, o aluno deverá produzir uma Sequência Didática que abarque as seguintes etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Leitura e estudo de textos sobre Direitos Humanos; b) Exercícios de interpretação; c) Debates em sala de aula sobre a temática; d) Produção de algum gênero textual <p>Todos os textos que serão utilizados, atividades e exercícios que forem planejados, bem como filmes que forem exibidos, deverão ser anexados à Sequência, seja por meio de documento ou link de internet.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf</p> <p>Lei Maria da Penha. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm</p>	

Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192

Vídeo **Você sabe o que são Direitos Humanos?** (Pense de novo). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RcTjyS6pbQE>

Essa bibliografia de apoio será sempre atualizada com novos produtos educacionais que forem disponibilizados para acesso público.

BILBIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENEVIDES, M. V. **Educação em direitos humanos: de que se trata?**. 2000.

Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm> . Acesso em: 11 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> . Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> . Acesso em: 30 de mar. 2016.

_____. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 11 de out.2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível

em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acessado em 11 de out. 2016.

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral Capacitar alunos de licenciatura em Letras para lidar com a temática da educação ambiental.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar ciência ao graduando da legislação pertinente ao trabalho com educação ambiental. • Proporcionar a oportunidade de o aluno compreender melhor, por meio da educação ambiental, a própria realidade e nela agir. • Promover a reflexão a respeito da preocupação, da mobilização e da mudança de hábitos com relação ao meio ambiente. • Inserir o aluno de licenciatura em Letras na discussão sobre educação ambiental no espaço escolar, colaborando com ações em execução e propondo novas abordagens.
JUSTIFICATIVA
<p>Entre as consequências das atividades inerentes aos processos de exploração de recursos naturais oriundos de ações humanas como a industrialização e a urbanização, a degradação do meio ambiente tem mostrado efeitos catastróficos para o planeta. Diante de índices alarmantes como poluição, desmatamento e contaminações em diversos níveis, que impactam diretamente em toda a biosfera, temos nos deparado diariamente com o comprometimento de ecossistemas inteiros.</p> <p>Com previsões mais pessimistas para o futuro da própria humanidade, em especial após a Segunda Guerra Mundial, foi possível observar o esgotamento e a inviabilização de recursos fundamentais para a vida terrestre. Nesse contexto, os movimentos em defesa do meio ambiente se mobilizaram, principalmente nas últimas décadas do século XX, trazendo à luz a temática do meio ambiente e colocando como ponto de pauta internacional a palavra sustentabilidade, na busca de um revisionismo de comportamento, de um redimensionamento do conceito de desenvolvimento e de novas formas de interagir com a natureza.</p> <p>Na macropolítica, o tema se tornou obrigatório nas relações internas e externas dos países, o que culminou nas grandes conferências da Organização das Nações Unidas: a Conferência de Estocolmo (1972), a Rio 92, a Rio+10 (2002, em Joanesburgo) e a Rio+20 (2012, novamente no Rio de Janeiro). Naturalmente, nem todos os acordos foram cumpridos e nem todos os países atingiram as metas estabelecidas.</p> <p>Ainda assim, como consequência das discussões internacionais, as mudanças apontadas em favor do meio ambiente se estenderam à micropolítica e ao cidadão comum em seus hábitos cotidianos. Desse modo, a educação ambiental ganhou grande relevância, na medida em que contribuiria, nos mais diversos setores da sociedade, com a tomada de consciência quanto à necessidade de se construírem formas de interação sustentáveis entre a população e o meio ambiente.</p> <p>Se a expressão “Educação ambiental” se popularizou na década de 1970, já na década seguinte, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu inciso X do artigo 2º, estabelecia que a educação ambiental deveria ministrada a todos os níveis de ensino, de modo a capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Outro avanço importante na área foi a promulgação da Constituição Federal (CF), de 1988, cujo inciso VI do § 1º do artigo 225 passou a determinar que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2016). A partir desses marcos legais, a temática ambiental passou a</p>

fazer parte das discussões, dos documentos e das demais legislações relativas à educação brasileira.

Na esfera dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que apoiam a escola na elaboração de seu projeto educativo, o meio ambiente, por seu caráter universal e pela urgência de sua discussão na sociedade, tornou-se um dos Temas Transversais, o que contribuiu para que deixasse de ser abordado apenas de modo lateral e/ou indireto e passasse a fazer parte do cotidiano escolar, atravessando o currículo como um todo:

[...] a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. Os Temas Transversais, portanto, dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando assim o aprender apenas pela necessidade escolar de “passar de ano” (BRASIL, 1998, p. 30).

Se dentro das Ciências Naturais, pelas características de seus objetos de estudo, o meio ambiente já é uma temática nodal, os demais componentes curriculares também se tornam, por meio dos Temas Transversais, caminhos possíveis para a reflexão do aluno acerca de sua interação com o mundo, podendo também proporcionar mudanças comportamentais que partem de um espaço escolar e afetam toda a comunidade. Para a disciplina de Língua Portuguesa, por exemplo, os PCNs apontam que é possível contribuir “trabalhando as inúmeras ‘leituras’ possíveis de textos orais e escritos, explicitando os vínculos culturais, as intencionalidades, as posições valorativas e as possíveis ideologias sobre meio ambiente embutidas nos textos” (BRASIL, 1998, p. 194).

Dessa maneira, não apenas para efetuar o cumprimento regimental de uma série de documentos que disciplinam a educação ambiental, mas também para contribuir com as discussões e as ações em atendimento a uma das questões mais emergenciais do século XXI, é fundamental que o professor esteja envolvido e preparado para lidar e construir no espaço escolar formas de dialogar com os temas transversais. Para isso, faz-se necessário que o aluno de licenciatura conheça a legislação vigente sobre o tema, bem como as orientações de órgãos e setores tanto da educação quanto do meio ambiente. Com esse embasamento, o graduando deve refletir e propor intervenções em escolas de ensino básico, no formato de oficina, para que coloque em prática o diálogo com alunos e promova momentos de reflexão sobre os problemas ambientais causados pela humanidade.

METODOLOGIA

O Curso será desenvolvido na modalidade a distância, no Ambiente Moodle-Ifes, durante 2 semanas consecutivas, perfazendo a carga horária total de 45 horas, distribuídas em 23 e 22 horas. A execução do projeto se subdividirá em duas etapas, sendo uma teórica e outra prática. A etapa teórica será desenvolvida na plataforma *Moodle*, com leitura e discussão de textos sobre o tema e de legislação pertinente. O aluno poderá usar a plataforma para dialogar com colegas e professores. Para avaliar a compreensão do aluno com relação ao assunto, será disponibilizado um questionário no valor de 40 pontos.

O desenvolvimento de atividades práticas deverá ocorrer em ambientes como escolas de ensino básico, associação de moradores, movimentos sociais ou em outros espaços em que se favoreça a interação estudante-sociedade. A atividade terá como foco a promoção de algum tipo de intervenção que conduza um determinado grupo a reflexões, discussões e debates em torno da educação ambiental. Dessa maneira, poderão ser formados grupos de alunos para propor e executar oficinas, palestras, rodas de leitura ou qualquer outra ação agregadora em prol dos objetivos estabelecidos. Após a realização da atividade, o grupo deverá disponibilizar na plataforma *Moodle* um relatório relativo ao trabalho desenvolvido.

CONTEÚDOS	
Total	45
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
A avaliação será realizada mediante: Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns; Realização de questionário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)</i> . Brasília: MEC/SEF, 1998	

Curso: LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS - EAD
Unidade Curricular: PROJETO DE EXTENSÃO
Título: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS
Carga Horária: 45h
OBJETIVOS
<p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar alunos de licenciatura em Letras para lidar com a diversidade étnico-racial em sua interação com a escola e com a sociedade. <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar ciência ao graduando da legislação pertinente ao trabalho com a diversidade étnico-racial. • Proporcionar a oportunidade de o aluno compreender melhor, por meio da consciência sobre a diversidade étnico-racial, a própria realidade e nela agir. • Inserir o aluno de licenciatura em Letras na discussão sobre diversidade étnico-racial no espaço escolar, colaborando com ações em execução e propondo novas abordagens.
JUSTIFICATIVA
<p>Se a diversidade étnico-racial tem resultado em conflitos ao longo dos séculos em todos os continentes – falemos, por exemplo, do <i>apartheid</i>, do holocausto nazista, dos movimentos xenófobos europeus do século XXI –, no Brasil, apesar da ilusão da suposta <i>democracia racial</i>, a tradição colonizadora de fundo patriarcal-escravocrata tem pautado as cisões entre privilégios e exclusões em toda a sociedade:</p> <p style="padding-left: 40px;">A partir de um povo misturado desde os primórdios, foi elaborado, lenta e progressivamente, o mito de democracia racial. Somos um povo misturado, portanto, miscigenado; e, acima de tudo, é a diversidade biológica e cultural que dificulta a nossa união e o nosso projeto enquanto povo e nação. Somos uma democracia racial porque a mistura gerou um povo que está acima de tudo, acima das suspeitas raciais e étnicas, um povo sem barreiras e sem preconceitos. Trata-se de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos (MUNANGA, 1996, p. 216).</p> <p>A abolição da escravatura no Brasil, datada no ano de 1888, não cessou a discriminação racial contra ex-escravos e afro-brasileiros. Ao contrário, a prática discriminatória, antes subsumida na escravidão, passou a ser um elemento central no destino social, econômico, político e cultural do povo recém-liberto e de seus descendentes, fato que perdura até a atualidade (HASENBALG, 1979). Sendo assim, a liberdade garantida pela Lei Áurea legou a essa parcela da população novos enfrentamentos promovidos tanto pela falta de recursos (não apenas financeiros, mas também em estruturas familiares ou sociais consolidadas) para a construção de uma nova vida quanto pela segregação resultante do racismo. A igualdade no tratamento étnico-racial ainda parecia distante, fazendo-se necessária uma “segunda abolição” (BASTIDE; FERNANDES, 1955; FERNANDES, 1978).</p> <p>Uma das válvulas que se tem buscado no intuito de superar esses novos processos de exclusão é a educação formal. Contudo, apesar de ser apontada como possível saída para a ascensão econômica e social entre as classes, para os negros, a escola frequentemente tem reforçado comportamentos segregacionistas e perpetuado as desigualdades sociais e étnico-raciais. Isso se dá, em especial, porque em seu bojo o sistema de ensino ainda tende a privilegiar uma história embranquecida e eurocentrada. Sobre isso, apesar de situada em fins da década de 1970, a fala de Abdias do Nascimento não parece tão distante dos muitos contextos atuais de ensino:</p>

O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (NASCIMENTO, 1978, p. 95).

Por meio de muitas lutas de militantes e movimentos sociais, um dos marcos na batalha contra a manutenção dos métodos de ensino que obnubilam discursos não europeus foi a inclusão dos artigos 26-A e 79-B na Lei de Diretrizes e Bases, por meio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

O texto, porém, como se pode perceber, é reticente quanto à forma de implementação desses conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, especialmente com relação às metas, à necessidade de capacitação docente e à reformulação dos modelos de ensino dos cursos de nível superior. Quanto à formação inicial e continuada de professores, outro documento norteador foi a resolução do Conselho Nacional de Educação publicada no ano de 2004, tornando obrigatório que as Instituições de Ensino Superior (IES) incluam nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares ministradas a Educação das Relações Étnico-Raciais, com atenção às questões e temáticas sobre afrodescendentes. A revisão das matrizes curriculares para atendimento a esses documentos ficaria a cargo das próprias instituições.

A licenciatura em Letras, em seus múltiplos trabalhos com língua(s), literatura(s) e texto(s), se torna um campo amplo de trabalho em favor do respeito à diversidade étnico-racial e da construção de uma sociedade mais igualitária. Assim, o processo formativo do futuro licenciado deve contemplar uma aprofundada abordagem dessa temática, preparando-o

para o desenvolvimento de ações que possam intervir em variados espaços de educação, sejam formais, sejam não formais.

METODOLOGIA

A execução do projeto se subdividirá em duas etapas, sendo uma teórica e outra prática. A etapa teórica será desenvolvida na plataforma Moodle, com leitura e discussão de textos sobre o tema e de legislação pertinente. O aluno poderá usar a plataforma para dialogar com colegas e professores. Para avaliar a compreensão do aluno com relação ao assunto, será disponibilizado um questionário no valor de 40 pontos.

O desenvolvimento de atividades práticas deverá ocorrer em ambientes escolas de ensino básico, associação de moradores, movimentos sociais ou em outros espaços em que se favoreça a interação estudante-sociedade. A atividade focará promover algum tipo de intervenção que conduza um determinado grupo a reflexões, discussões e debates em torno da diversidade étnico-racial. Dessa maneira, poderão ser formados grupos de alunos para propor e executar oficinas, palestras, rodas de leitura ou qualquer outra ação agregadora em prol dos objetivos estabelecidos. Após a realização da atividade, o grupo deverá disponibilizar na plataforma Moodle um relatório relativo ao trabalho desenvolvido.

CONTEÚDOS

Total

45

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação será realizada mediante:

Análise e pontuação das postagens e interações nos fóruns;

Realização de questionário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Orgs.). Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978.

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. SCHWARCZ, Lília

K. M.; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). Raça e Diversidade. São Paulo: Edusp, 1996. p. 213-229.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ANEXO III - Atividades Teórico-Práticas De Aprofundamento – ATPAs

As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento do Curso de Licenciatura em Português têm por objetivo permitir o contato do estudante com atividades e situações inerentes à profissão, bem como a vivência de situações reais que contribuam para seu crescimento pessoal e profissional, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a enriquecer sua formação técnica e humanística.

Pretende-se que as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento auxiliem principalmente no desenvolvimento de perfil do educador dos estudantes que deve ser caracterizado pela criatividade, iniciativa, perseverança, humanidade e capacidade de promover e se adequar a mudanças bem como estabelecer relacionamentos interpessoais construtivos.

As atividades complementares a serem oferecidas compreendem:

- Visitas Técnicas em estabelecimentos de ensino, museus, bibliotecas, cidades históricas, reservas florestais, empresas, entre outros, relacionados à área de atuação do profissional da educação.
- Participação em feiras, encontros, congressos, simpósios, ciclos de seminários, apresentações de produtos e serviços de empresas e outros eventos científico-culturais, que permitam ao estudante desenvolver o hábito de permanecer atualizado com relação a seus conhecimentos e habilidades.
- Contato com área de atuação, através de realização de estágio não-curricular em escolas. O aluno que já trabalha na área deve apresentar ao Coordenador do Curso uma declaração, em papel timbrado da instituição, carimbada e assinada pelo responsável, especificando as atividades e a carga horária do trabalho.
- Participação em projetos de pesquisa e extensão nas áreas de educação, português ou afim.
- Trabalho voluntário no auxílio, acompanhamento, organização e execução das atividades complementares durante todo o período letivo.
- Participação em ações comunitárias, de caráter voluntário e filantrópico.
- Aprovação em cursos online, participação em videoconferências e outras atividades de aprendizagem à distância, desde que devidamente aprovadas pelo Coordenador do Curso.

- Frequência e aprovação em cursos considerados complementares ao Curso de Licenciatura em Letras-Português.

Obs.: Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso.

Quando não organizadas pelo Ifes e Polos, também serão consideradas Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, desde que comprovadas e aprovadas pelo Coordenador do Curso.

Os critérios de atribuição e aproveitamento de carga horária relacionada às atividades complementares foram fixados no regulamento específico, aprovado pelo Colegiado do Curso.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

Regulamento aprovado pelo Colegiado de Curso em 18 de setembro de 2019

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art.1º - O presente Regulamento normatiza as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA) que compõem o currículo pleno do curso de Licenciatura em Letras-Português.
- Art. 2º - As ATPA serão desenvolvidas ao longo do curso e são integradas por atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, conforme previsto no Projeto do Curso.
- Art. 3º - São consideradas como ATPA as experiências adquiridas pelos licenciandos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, incluindo-se os meios de comunicação de massa, as diferentes tecnologias, o espaço de produção, o campo científico e o campo da vivência social.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art.4º - O objetivo das ATPA é proporcionar ao estudante oportunidades de vivenciar situações que contribuam para a formação do seu perfil profissional, nas esferas pessoal, social, cognitiva e psicomotora.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO (ATPA)

Art. 5º - As ATPA podem ser realizadas tanto na área específica do curso como em outras áreas de conhecimento, desde que permitam a complementação da formação do estudante, de acordo com o Colegiado de Curso.

Parágrafo único - As ATPA podem ser realizadas em âmbito interno ou externo ao IFES.

Art. 6º – A fim de garantir a diversificação e a ampliação do universo cultural, bem como o enriquecimento plural da formação docente, o estudante do Curso de Licenciatura em Letras-Português do IFES deverá realizar ATPA de, pelo menos, 02 (duas) categorias diferentes, definidas no Cap. IV deste Regulamento.

Art. 7º - São consideradas Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA):

- I. Visitas Técnicas internas e externas;
- II. Assistência e apresentações técnicas de produtos e serviços de empresas;
- III. Assistência a exposições de vídeos informativos;
- IV. Participação como voluntário no Programa de Enriquecimento Curricular do Curso de Licenciatura em Letras-Português;
- V. Vivência profissional por meio de estágios extracurriculares;
- VI. Participação em projetos de treinamento com prestação de serviço à comunidade;
- VII. Participação em programa de monitoria de disciplinas pertencentes ao currículo pleno do curso ou afim, realizada de acordo com as normas institucionais;

- VIII. Participação em cursos, seminários, simpósios, congressos e outras atividades científicas;
- IX. Realização de curso a distância;
- X. Atividades de pesquisa oficiais, aprovadas pelo órgão competente do IFES;
- XI. Publicações, como autor, do todo ou de parte de texto acadêmico;
- XII. Atividades de extensão, promovidas pelo IFES ou por outras Instituições de Ensino Superior;
- XIII. Disciplinas extracurriculares dos demais cursos de graduação do Ifes ou de outra IES;
- XIV. Participação em órgãos colegiados e comissões do IFES;
- XV. Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico;
- XVI. Atividades culturais, esportivas e de entretenimento,
- XVII. Outras, a critério do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO IV

DA CARGA HORÁRIA

Art.8º - A carga horária de ATPA fica assim definida:

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
ENSINO		
Monitoria	Por semestre (máximo de 2)	40
Estágio extracurricular	Por semestre (máximo de 4)	20
Cursos (idiomas, informática, cursos a distância, entre outros relacionados com os objetivos do curso)	Por módulo (máximo de 2)	máximo 20

Visita técnica extracurricular	Por visita	Horas total da visita (máximo 04)
Presença em palestra técnico-científica relacionada com os objetivos do curso	Por palestra	02
Presença em palestra de formação humanística	Por palestra	02
Disciplinas optativas	Por disciplina	Número de horas da disciplina
Componentes curriculares cursados fora da matriz	Por semestre (máximo de 2)	máximo 20

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
PESQUISA		
Participação em projeto de pesquisa como bolsista ou voluntário	Por semestre	40
Grupo de estudos científicos (registrado na coordenação de pesquisa)	Por pesquisa	30
Monografias não curriculares	Por monografia	30
Premiação científica, técnica e artística ou outra condecoração por relevantes serviços prestados.	Por premiação	20
Publicação de artigo completo em anais de simpósios ou encontros	Por publicação	10
Comunicações/apresentações de trabalho em congressos, apresentação de trabalhos em eventos científicos ou similares.	Por apresentação	10
Publicação de resumos de trabalho em Anais, periódicos e afins.	Por publicação	04

Publicação de artigo completo em revista indexada em áreas afins	Por publicação	20
Participação, como ouvinte, em congresso, simpósio, mostra de iniciação científica ou encontro técnico-científico em áreas afins.	Por participação	04

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
EXTENSÃO		
Participação em evento cultural, simpósio ou evento de caráter cultural (como assistente)	Por evento	05
Congressos, seminários, simpósios, mesas-redondas, oficinas, palestras e similares (participação, como expositor ou debatedor)	Por participação	10
Participação em comissão organizadora de evento como exposição, semana acadêmica, mostra de trabalhos.	Por dia de evento	05
Ministrante de palestra relacionada com os objetivos do curso ou Coordenador de mesa redonda com a mesma característica	Por palestra	10
Participação em projetos institucionais de extensão comunitária	Por projeto	15
Participação em projetos sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sociopolíticos (ONGs, Projetos comunitários, Creches, Asilos, etc.)	Por participação (máximo 30 h)	02
Comissão organizadora de campanhas de solidariedade e cidadania	Por participação (máximo 04)	04
Instrutor de cursos abertos à comunidade	Por curso (máximo 2)	Número de horas do curso (até 30 h)

Curso de extensão universitária	Por curso (máximo 2)	Número de horas do curso (até 30 h)
---------------------------------	-------------------------	-------------------------------------

Descrição da Atividade	Período	Nº de horas
ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS.		
Representação estudantil no Conselho Diretor, Colegiado de Curso, etc.	Por semestre	10
Participação em atividades socioculturais, artísticas e esportivas (coral, música, dança, banda, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos, saraus (não curriculares)), validadas a critério do colegiado.	Por apresentação	05
	Por produção	10
	Por participação	02
Participação em direção de associações estudantis, culturais e/ou esportivas (Associação Atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico)	Por mandato (até 3)	10

Art. 9º - Para fins de reconhecimento e controle da carga horária, semestralmente, o item “Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento” (ATPA) será incluído como disciplina, sem, no entanto, assim se caracterizar.

Art. 10 - Para efeito de integralização do total de horas previstas no art. 7º deste Regulamento, o estudante deverá entregar, semestralmente, à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras-Português, os seguintes documentos, nos casos em que se aplicar:

- I – Relatório Individual de ATPA;
- II – Solicitação de Horas de ATPA;
- III – Declaração de Vivência Profissional ou Trabalho Voluntário.

Parágrafo único – O estudante deverá entregar os formulários, previstos no *caput* deste artigo, preenchidos e acompanhados de documentos (fotocópias) que comprovem a realização de cada atividade.

Art. 11 - Os seguintes elementos devem constar, obrigatoriamente, nos certificados, declarações ou relatórios anexados aos documentos previstos no Art. 10:

- a) A natureza da atividade realizada (curso, palestra, estágio curricular não obrigatório, disciplina, monitoria, outros);
- b) Indicação da carga horária cumprida em cada atividade;
- c) Entidade promotora e local da realização da atividade;
- d) Indicação do período e forma de realização da atividade;
- e) Assinatura do responsável.

Art. 12 – O parecer de avaliação é expresso em horas, equivalente à carga horária de ATPA reconhecidas.

Art. 13 – O reconhecimento das horas é divulgado aos alunos pela Coordenação do Curso, até a data prevista no calendário escolar para divulgação dos resultados finais das disciplinas cursadas no semestre.

Art. 14 – O reconhecimento das ATPA é cumulativo a partir da data de ingresso, durante a permanência do aluno no curso, devendo o discente atingir, no mínimo, a carga horária de 200 horas, em atividades diversificadas pertencentes às quatro áreas descritas no Artigo 7º deste Regulamento.

Art. 15 – É considerado apto a requerer a colação de grau o estudante que tenha atingido a carga horária mínima de ATPA prevista, nos termos deste Regulamento, devendo ter cumprido, ainda, as demais exigências curriculares e regimentais.

Art. 16 – O licenciando terá cumprido o requisito curricular denominado de ATPA quando tiver validado sua participação com pelo menos 20 horas em cada grupo de atividades, conforme quadro do artigo 7º, respeitando o Artigo 6º.

Art. 17 – Dos resultados da avaliação, por aluno, cabe pedido de reconsideração ao Colegiado do Curso, no prazo de 02 (dois) dias, contados da divulgação dos resultados pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18 – A administração e a supervisão global das ATPA são exercidas pelo Coordenador do Curso ou profissional por ele indicado.

Art. 19 – Compete ao responsável pela administração e supervisão das ATPA:

- a) Apresentar este Regulamento aos alunos e orientá-los sobre a forma de integralização das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA);
- b) Avaliar os documentos constantes no art. 10 deste Regulamento, emitindo parecer de reconhecimento, com a totalização da carga horária reconhecida;
- c) Manter o registro da carga horária de ATPA computada aos estudantes;
- d) Encaminhar à Coordenadoria de Registros Escolares o resultado semestral do reconhecimento de cargas horárias de ATPA.

Art. 20 – Compete ao aluno:

- a) Participar de ATPA, requerendo
- b) Encaminhar, semestralmente, os documentos constantes no art. 10, com os respectivos comprovantes, à Coordenação do Curso, observadas as disposições dos artigos 10 e 11 deste Regulamento.
- c) Buscar orientação prévia, com o responsável pela administração e supervisão de ATPA, sobre as atividades a serem realizadas;
- d) Inscrever-se, antecipadamente, nas atividades oferecidas

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – Compete ao Colegiado de Curso dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas e expedir os atos complementares que se fizerem necessários.